

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE ECONOMIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

GREGÓRIO ECHEVERRÍA DE CARVALHO

**POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA
ENTRE 1930 E 1942: COMÉRCIO E DEFESA NACIONAL.**

Rio de Janeiro

2014

GREGÓRIO ECHEVERRÍA DE CARVALHO

**POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA
ENTRE 1930 E 1942: COMÉRCIO E DEFESA NACIONAL.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Área de concentração:

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros.

Rio de Janeiro

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

C331 Carvalho, Gregório Echeverria de.

Política externa e política comercial brasileira entre 1930 e 1942 : comércio e defesa nacional / Gregório Echeverria de Carvalho. -- 2014.

188 f. ; 31 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2014.

Orientador: Daniel de Pinho Barreiros.

Bibliografia: f. 183-188.

1. Política comercial. 2. Política externa. 3. Brasil – Forças Armadas. I. Barreiros, Daniel de Pinho. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 327.81

GREGÓRIO ECHEVERRIA DE CARVALHO

**POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA
ENTRE 1930 E 1942: COMÉRCIO E DEFESA NACIONAL.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Data de defesa:08/05/2014

Resultado:APROVADO.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Daniel de Pinho Barreiros (Orientador)

Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines (Arguidor)

Prof. Dr. João Márcio Mendes Pereira (Arguidor)

Rio de Janeiro

2014

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas importantes em uma trajetória acadêmica que, evidentemente, nunca começa apenas quando ingressamos na Pós-Graduação. Por isso, é sempre difícil expressar agradecimentos a todos e todas que de uma forma ou de outra foram importantes para minha trajetória.

Primeiramente ao professor Daniel Barreiros, orientador, por ter topado me orientar em um momento difícil. Pela atenção cuidadosa que teve como coordenador no turbulento processo de mudança de orientador. Apesar do “terrorismo” com os prazos, sua sinceridade fez com que a dissertação fosse concluída a tempo.

Outros professores do PEPI foram particularmente importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço ao professor José Luís Fiori, pelas valiosas contribuições na qualificação. Ao professor Andrés Ferrari, pela sugestão estratégica no momento de redefinição da pesquisa, pois sem a mesma, talvez não seria possível concluí-la a tempo.

Aos meus colegas do mestrado (PEPI), pelos momentos de descontração e debates politizados.

Aos meus professores da graduação, da Unesp de Presidente Prudente, pela boa formação intelectual e por terem instigado em mim a busca por um conhecimento que seja voltado para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual. Dentre estes, destaco o professor Everaldo Santos Melazzo, orientador na iniciação científica e exemplo de intelectual e militante.

Fora do mundo acadêmico, muitas são as pessoas que fazem diferença em uma trajetória muitas vezes árdua, como é a pesquisa acadêmica. No Rio de Janeiro, agradeço aos meus colegas da Escola de Dança “Jaime Arôxa” por terem me proporcionado tantos momentos agradáveis e felizes além de terem tornado o Rio de Janeiro ainda mais bonito e “dançante”.

Ao meu colega de República e “xará” Gregório Araújo, pelos bons momentos proporcionados e conversas sempre muito provocativas do ponto de vista intelectual.

Aos meus grandes amigos da graduação, com quem compartilhei uma das melhores fases de minha vida, especialmente: Denise Marini, Guilherme Marini, Anderson Marioto, João Vitor, Nívea, Marcelão e muitos outros que nem caberiam aqui. Nossa convivência ao longo de cinco anos de graduação me deram uma nova forma de olhar a vida e o mundo.

Ao irmão “não-sanguíneo” Rodrigo Mendes, pelas conversas de toda a espécie e pelo apoio incondicional em todos os momentos de minha vida. A Antonio Márcio, pela descontração das pedaladas e pelas conversas “filosóficas de botequim”.

Por último, mas não menos importante, não mesmo, à minha irmã Victoria Echeverría, minha mãe Agustina Echeverría e meu pai Natan Francisco de Carvalho. Pelo apoio e suporte incondicional em todos os momentos e todas as decisões de minha vida. A quem dedico esta dissertação.

RESUMO

Este trabalho procura compreender de que maneira o Brasil utilizou-se da rivalidade interestatal para ampliar suas possibilidades no campo comercial e da defesa nacional na década de 1930. Parte-se do entendimento que o período foi marcado por intensa rivalidade tanto no âmbito comercial quanto na esfera política entre Estados Unidos e Alemanha. Para ambos os países, a América Latina era uma região importante como fornecedora de matérias-primas e importadora de manufaturados. No caso específico do Brasil, sua localização geográfica despertava interesse das grandes potências pela proximidade da região nordeste com o continente africano. Alguns projetos do governo brasileiro, como o reaparelhamento das Forças Armadas e a industrialização, fizeram com que Vargas recorresse às duas potências a fim de extrair ganhos com a conjuntura geopolítica. É analisada a política comercial ao longo do período, pois a industrialização pouco contribuiu para a diminuição das vulnerabilidades do país no campo da defesa nacional. Recorre-se assim, às teorias do “jogo duplo” e da “equidistância pragmática” para compreender melhor de que maneira o governo utilizou-se/beneficiou-se da rivalidade interestatal, e quais foram os limites do “poder de barganha” que a mesma lhe proporcionava.

Palavras-chave: equidistância pragmática; jogo duplo; política comercial; política externa; marcos de compensação; Forças Armadas.

ABSTRACT

This work seeks to comprehend how Brazil used the Interstate rivalry to expand its possibilities in national defense and trade's field in the Decade of 1930. It is considered that the period was marked by intense rivalry both within commercial and political sphere between United States and Germany. Latin America was important as a supplier of raw materials and as an importer of manufactured goods for both countries, United States and Germany. Those countries were interested in the geographical location of Brazil due to the proximity of the Brazilian Northeast Coast to the African Continent. Some Brazilian Government's projects, such as the revamping of the Army and the industrialization, lead Vargas to linked to both countries in order to extract gains with the geopolitical situation. The Commercial Policy is analyzed during the Decade of 1930 due to the fact that the industrialization little contributed to the decrease of Brazil's vulnerabilities in national defense. Thus, we appeal to the theories of "*playing a double game*" and "*pragmatic equidistance*" in order to understand how the Government used and got benefits from the interstate rivalry, and what were the limits of "*bargaining power*".

Keywords: pragmatic equidistance; double game; commercial policy; foreign policy; landmarks compensation; Armed Forces.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
------------------------	-----------

I PARTE

POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA COMERCIAL ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS ENTRE 1930 E 1942.

1 A POLÍTICA EXTERNA E A POLÍTICA COMERCIAL ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS ENTRE 1930 E 1939.....	14
---	-----------

1.1 Introdução.....	14
---------------------	----

1.2 Breve análise da política externa e comercial entre Brasil e Estados Unidos: 1889-1930.....	19
---	----

1.3 Política Comercial e Política Externa entre 1934 e 1939.....	33
--	----

2 ESTADO NOVO E A “EQUIDISTÂNCIA PRAGMÁTICA”.....	51
--	-----------

2.1 Conferências Pan-Americanas e intensificação das negociações militares.....	51
---	----

2.2 Segunda Guerra Mundial: Conferências do Panamá, Havana e a neutralidade estratégica. Início dos acordos militares e da negociação da construção da usina siderúrgica de Volta Redonda.....	71
--	----

2.3 Fim da neutralidade e inícios do comércio de armas e da aliança militar Brasil- Estados Unidos.....	92
---	----

II PARTE

POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA COMERCIAL TEUTO-BRASILEIRA ENTRE 1930 E 1942.

3 POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA COMERCIAL TEUTO-BRASILEIRA ENTRE 1930 E 1942.....	105
--	------------

3.1 Introdução.....	105
---------------------	-----

3.2 Ascensão do Estado Alemão na economia internacional: 1871-1930.....	107
3.3 Ascensão do nazismo e intensificação do comércio Brasil-Alemanha em marcos de compensação.....	110
4 ESTADO NOVO E O “JOGO DUPLO”. INÍCIO DA COMPRA DE ARMAS.....	123
4.1 Crise diplomática e auge do comércio de compensação.....	123
4.2 Comércio de armas com a Alemanha	136
4.3 Segunda Guerra Mundial: neutralidade estratégica, comércio de armas e a construção da siderúrgica. Da reaproximação ao rompimento.....	147
CONCLUSÃO.....	176
REFERÊNCIAS.....	183

INTRODUÇÃO

A década de 1930 é um período rico para o estudo do sistema interestatal. Foi um dos momentos da história de redefinições de hierarquia entre as Grandes Potências, que precedeu uma das mais importantes guerras do século XX. A crise de 1929 impactou nos principais países do centro e da periferia do capitalismo internacional, marcando uma nova era no planejamento econômico e questionamento dos princípios liberais do “livre-comércio”.

De acordo com alguns autores, é difícil afirmar que nesse momento havia algo que pudesse ser caracterizado como “hegemonia” de algum Estado Nacional. Alguns autores entendem esse conceito do ponto de vista de uma liderança isolada, que advoga para si a responsabilidade do crescimento econômico internacional. Outros autores compreendem este conceito pela perspectiva do Sistema Monetário Internacional, ou seja, as situações de hegemonia têm como característica uma moeda internacional, que na verdade é a moeda de um determinado Estado Nacional que tem poder de impor sua moeda, seu sistema de tributação e sua dívida pública ao restante do mundo. Não parece ser essa a conjuntura da década de 1930, afinal, o sistema monetário “ouro-libra” estava em colapso, mas os Estados Unidos ainda não havia imposto sua moeda e sua dívida pública ao restante do mundo capitalista.

Ainda dentro da discussão de hegemonia, alguns autores afirmam que esses são os momentos da história mais favoráveis ao crescimento da periferia e de formação de “janelas de oportunidade”. Nosso trabalho procura mostrar justamente algumas “janelas de oportunidade” que se abriram para o Brasil, num contexto que talvez não seja possível falar na existência de um *hegemon*. Entretanto, será visto que tais janelas se abriram justamente pelas circunstâncias da rivalidade interestatal e de disputas por mercados e áreas de influência. Por motivos que escapariam de nossa proposta, nosso trabalho não aborda o conceito de hegemonia.

Este trabalho propõe compreender as possibilidades que se abriram para o Brasil no âmbito comercial, dentro da conjuntura geopolítica de rivalidade entre Estados Unidos e Alemanha. Outro objetivo central desse trabalho é compreender como o

Brasil, nos limites de sua condição de país periférico, utilizou-se da rivalidade interestatal/comercial para diminuir suas fragilidades no campo da defesa nacional.

O trabalho faz primeiro uma breve análise sobre a relação do Brasil com essas duas potências, nas décadas que precedem o ano de 1930. O objetivo dessa parte é mostrar os laços criados anteriormente à década de 1930, do ponto de vista comercial e diplomático. Dessa forma, será visto que o Brasil já estava bem consolidado na esfera de influência norte-americana nas décadas que precederam 1930.

Posteriormente é analisada a política comercial e a política externa brasileira com os Estados Unidos e a Alemanha. Até 1938, muito pouco será abordado sobre o comércio de armas, pois o mesmo inexistiu até esse ano. Até 1932, a economia internacional estava em forte recessão e só começa a se recuperar em 1933. Esse ano coincidiu com a ascensão de Roosevelt e Hitler ao poder nos EUA e Alemanha, respectivamente.

Por isso, nos anos de 1934, 1935, 1936 e 1937, o foco recai sobre o comércio de mercadorias, exceto armas. Nesses anos o Brasil utilizou uma forma de comércio “não convencional” que dispensava o uso de divisas estrangeiras. Isso permitiu ao país um desempenho excepcional com a Alemanha. Com os Estados Unidos, será dado destaque para o acordo comercial de 1935 (um dos mais importantes da década).

Paralelamente a isso, será apresentada a política externa brasileira que dava sustentação ao comércio com os dois países. Será importante explicar também a política americana da Boa Vizinhança que em boa parte permitiu uma maior abertura comercial brasileira com a Alemanha, pois seus defensores pregavam os princípios da união e cooperação em detrimento de intervenções militares e retaliações.

Em 1937, Getúlio Vargas e a cúpula do exército dão um golpe no dia 09 de novembro. O apoio decisivo dos militares levou-os a exercer influência ainda maior junto ao governo. No ano de 1938, a Alemanha atingiu altos níveis de crescimento econômico e de consumo tornando o segundo maior exportador para o Brasil. É apresentada uma controvérsia: se a Alemanha teria ou não ultrapassado os Estados Unidos como primeiro país exportador para o Brasil, o que veremos se tratar unicamente de uma diferença metodológica que leva a duas interpretações distintas.

Esse é também o ano que o Brasil começa a realizar contratos comerciais de armas com o *Reich*.

Ao longo do ano de 1939, o continente europeu movimenta-se rumo à guerra que eclode em setembro de 1939. Parte da historiografia vê no ano de 1939 o início da aproximação com os Estados Unidos, sobretudo com Osvaldo Aranha à frente do Ministério das Relações Exteriores. Nosso trabalho procurará compreender como se deu o chamado “jogo duplo” nesses cruciais anos de 1939, 1940 e 1941, e como o Brasil utilizou a rivalidade entre as grandes potências para conseguir alcançar os principais projetos do Estado Novo: industrialização e reequipamento das Forças Armadas.

Para a diminuição da fragilidade nacional no campo da defesa, a industrialização, com destaque para a indústria do aço, não teve nenhuma importância, uma vez que seu funcionamento só ocorreu depois da guerra. No entanto, os bastidores da implementação da usina estão dentro do “jogo duplo” de Vargas, e os resultados foram um ganho da rivalidade entre Estados Unidos e Alemanha. Por esse motivo será analisado brevemente o processo que culminou na assinatura do acordo em 1940.

O trabalho será concluído com as últimas negociações com as grandes potências em 1941 e 1942. O ano de 1941 é o último em que o Brasil realiza comércio com a Alemanha. Já com os Estados Unidos, os ganhos na área militar, de compra de armamento, ocorrem a partir de 1942 com a oficialização do alinhamento e declaração de guerra à Alemanha na Conferência do Rio de Janeiro em 1942. Como interessa para nós os ganhos obtidos com a rivalidade interestatal, enquanto a Alemanha se apresentava com potencial rival e substituidora da posição norte-americana, o trabalho irá até 1942, pois a partir daí os ganhos estavam relacionados à posição de aliado oficial e à participação do país na Segunda Guerra, que não fará parte de nosso objeto de estudo.

I PARTE

**POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA COMERCIAL ENTRE BRASIL E
ESTADOS UNIDOS ENTRE 1930 E 1942.**

1 A POLÍTICA EXTERNA E A POLÍTICA COMERCIAL ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS ENTRE 1930 E 1939.

1.1 Introdução.

O objetivo de nossa pesquisa é apresentar como o Brasil utilizou-se da rivalidade interestatal entre Estados Unidos e Alemanha na década de 1930 para minimizar suas fragilidades externas no campo da defesa nacional, e como se aproveitou da rivalidade política/comercial/militar entre as Grandes Potências para ampliar suas possibilidades comerciais. Nesse capítulo iremos abordar especificamente as relações comerciais e diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos, para compreender quais vantagens o Brasil obteve com os Estados Unidos ao longo da década de 1930 e posteriormente com alinhamento oficial na Conferência do Rio de Janeiro em 1942.

O capítulo está organizado da seguinte maneira. Na primeira parte é feita uma breve análise das relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e Estados Unidos entre 1889 e 1930. O objetivo é apresentar os históricos laços políticos e econômicos que uniam os dois países e que, portanto, já inseriam o Brasil na órbita de influência americana.

Na segunda parte iremos apresentar a política externa brasileira e os principais acordos e tratados firmados entre Brasil e Estados Unidos entre 1930 e 1939. Entre 1930 e 1933, a economia internacional encontra-se em forte recessão econômica, e as principais economias capitalistas voltam para si com medidas protecionistas que objetivaram uma recuperação da produção e do comércio. O período de 1933 (com a posse de Franklin Roosevelt e a implantação da Política da Boa Vizinhança, e a ascensão de Hitler ao poder) a 1939 é de “oscilação” diplomática e comercial entre Estados Unidos e Alemanha.

Na terceira parte iremos apresentar a política comercial e externa brasileira após 1939, com a viagem do Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, aos Estados Unidos. Para nosso objeto de estudo, os ganhos obtidos pelo Brasil com os Estados Unidos na área da defesa nacional acontecem após 1942, com a oficialização do apoio

brasileiro aos aliados na Segunda Guerra e declaração de guerra à Alemanha. Os Estados Unidos consolidam o Brasil como principal aliado na América do Sul, e os projetos almejados por Vargas para o aperfeiçoamento da defesa nacional se concretizam: os Estados Unidos começam a vender armamentos ao Brasil e inicia-se a construção da Siderúrgica de Volta Redonda.

O argumento que pretendemos apresentar nesse capítulo é que os Estados Unidos e sua política comercial com o Brasil, até 1941, não diminuiu a fragilidade externa brasileira uma vez que os Estados Unidos, receosos da aproximação do Brasil com a Alemanha, além da não autorização do Congresso Americano e falta efetiva de excedentes para comercialização, não venderam nenhum tipo de armamento para o governo brasileiro.

A política comercial brasileira que efetivamente diminuiu a vulnerabilidade do Brasil, do ponto de vista da defesa nacional, foi realizada com a Alemanha nos anos de 1938 e 1939. Desse modo, nosso trabalho vai até o ano de 1942, momento em que o Brasil transita da parceria do comércio de armas da Alemanha (as últimas transações foram em 1941) para com os Estados Unidos. O motivo desse recorte temporal é que, para nosso objeto de estudo interessa apenas compreender os ganhos que o Brasil obteve com a conjuntura de rivalidade interestatal, ou seja, enquanto a Alemanha se apresentava como rival e concorrente dos Estados Unidos. Ainda assim, mencionaremos no final do capítulo alguns acordos de compras de armas que o Brasil realizou com os Estados Unidos após 1942. O envolvimento do Brasil na Segunda Guerra torna-se, portanto, necessário para compreender o “jogo” diplomático e comercial que o Brasil realizou para diminuir suas fragilidades na área da defesa, mas a participação brasileira na Segunda Guerra não faz parte de nosso objeto de estudo.

O que estava em jogo para os Estados Unidos nesse período era concretizar o Brasil como aliado estratégico na América do Sul dentro do seu sistema de poder. Para isso, os Estados Unidos lançaram mão da política da Boa Vizinhança que foi um verdadeiro ponto de inflexão na política externa americana. Isto é, os Estados Unidos abandonaram uma política externa mais agressiva (o “*Big Stick*” de Theodore Roosevelt), para uma política mais “branda” com Franklin Roosevelt.

Os próximos dois capítulos abordarão também a principal controvérsia do debate sobre as Grandes Potências no comércio exterior brasileiro. De um lado do debate estão

historiadores como Gerson Moura, Roberto Gambini, Ricardo Seitenfus, Stanley Hilton, Amado Luiz Cervo, Moniz Bandeira, Eduardo Svartmann entre outros que atribuem um elevado peso da Alemanha no comércio brasileiro entre 1934 e 1940.

Seguindo a tradição das obras de Moura, e dos demais, compreende-se que a rivalidade interestatal, sobretudo entre Estados Unidos e Alemanha, permitiu ao Brasil barganhar concessões na área comercial, industrial e militar. Esses autores atribuem, portanto, um elevado papel à Alemanha no comércio exterior brasileiro. Do outro lado do debate estão alguns economistas com destaque para Marcelo de Paiva Abreu, um dos principais críticos dessa corrente, que defende que o papel da Alemanha no comércio brasileiro na década de 1930 é superestimado. Abreu também defende a tese de que estava fora do alcance da Alemanha de efetivamente financiar a usina siderúrgica de Volta Redonda. E há ainda alguns autores que defendem a tese de que ambas as interpretações não são contraditórias. A literatura que aborda, portanto, a política externa e comercial pela perspectiva da “equidistância pragmática” ou “duplo jogo” será analisada de forma crítica.

No que diz respeito aos ganhos obtidos pelo Brasil com a rivalidade interestatal, a discussão gravita em torno de dois pontos: a instalação de uma usina siderúrgica e o reaparelhamento das Forças Armadas. Nesse trabalho, não aprofundaremos o debate sobre a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda uma vez que a mesma não atendeu aos objetivos de diminuir a fragilidade nacional no que diz respeito à defesa. A usina só entrou em funcionamento após os términos dos conflitos da Segunda Guerra.

Antes de adentrar na abordagem da política externa e comercial entre Brasil e Estados Unidos, nos parece pertinente ressaltar que a década de 1930 é particularmente importante do ponto de vista histórico e da Economia Política Internacional. Três sistemas de poder¹ – Estados Unidos, Alemanha e União Soviética – rivalizavam entre si e disputavam zonas de influência. Além da interpretação de Moura (1980) nossa perspectiva sobre o conceito de sistema de poder, diz respeito à zonas de influência e domínio exercido sobre a Potência Dominante não apenas do ponto de vista comercial, mas também do ponto de vista financeiro e ideológico. Será apresentado ao longo desse trabalho que houve um projeto norte-americano para trazer o Brasil para sua esfera de

¹ O conceito de *sistema de poder* aqui utilizado é o mesmo de Moura (1980, p. 41), segundo o qual: “Entendo por sistema de poder uma constelação de Estados, composta de um centro hegemônico (grande potência) e sua respectiva área de influência (Estados aliados subordinados)”.

influência. Para isso, os norte-americanos abdicaram de ganhos imediatos na esfera comercial para consolidar uma aliança de longo prazo. Ao final da Segunda Guerra, o Brasil estava consolidado na esfera de influência norte-americana.

Trata-se de um período turbulento do ponto de vista geopolítico e de redefinições de hierarquia no sistema interestatal. Nossa interpretação sobre sistema interestatal é a mesma de autores como Fiori (1999), segundo o qual desde o seu nascimento é possível constatar duas características essenciais: o caráter competitivo e bélico do sistema. Ainda para o autor, no sistema interestatal, que têm como ponto de origem a Europa, “os primeiros estados europeus se transformaram quase imediatamente, ao nascer em cabeças de novos impérios, dentro e fora da Europa” (Fiori, 2005, p.38).

Por isso, na perspectiva de Fiori (2005) e demais autores como Elias (1993), o sistema interestatal é, em sua essência, conflitivo, bélico e hierarquizado, pois já nasceu hierarquizado e são as decisões e conflitos do seleto grupo das Grandes Potências que determinam a dinâmica do sistema, inclusive a entrada de novos “sócios” nesse seleto grupo. Assim como os estados europeus nasceram com determinadas características, como o caráter “imperial”, Fiori (2005) afirma que as colônias européias (de onde surgiu no século XIX e XX a grande maioria dos demais Estados Nacionais fora da Europa e dos Estados Unidos), nasceram com características distintas dos estados europeus. Para o autor:

Foram suas colônias que depois se transformara, na maioria dos casos, em “quase-estados”, com uma soberania política e econômica extremamente limitada. Para os países centrais, o problema sempre foi como manter a hierarquia e impedir o aparecimento de novas potências regionais que pudessem ameaçar sua supremacia histórica (FIORI,2005,p.47)

Será através dessa perspectiva que desenvolveremos nosso trabalho, ou seja, o Brasil e sua inserção internacional serão compreendidos à luz da rivalidade interestatal entre Alemanha e Estados Unidos que buscavam nesse período não apenas um parceiro comercial, mas, sobretudo (principalmente por parte dos Estados Unidos) aumentar sua influência e domínio na região.

A década de 1930 precedeu uma das mais importantes guerras do século XX, que consolidou a supremacia americana no campo militar e econômico e suprimiu as ambições alemãs de exercer algum tipo de hegemonia na Europa.

A década de 1930, portanto, caracterizou-se por profundas mudanças no campo econômico e político, tanto entre as Grandes Potências como entre países periféricos. Em todos esses países, as consequências geradas pela Crise de 1929 provocaram mudanças nos governos, que procuraram superar a crise com mudanças na política econômica que não mais seguia o receituário liberal.

Em muitos países ocorreram golpes de Estado que marcaram a emergência de novas forças políticas, que almejavam mais espaço no novo bloco de poder que sustentava o Estado. Apesar de abordarmos a inserção internacional do Brasil, sua política externa e sua política comercial, ambas respondem às forças sociais e políticas que surgiam no país, algumas novas e outras não, como a oligarquia agrária². Procuraremos destacar ao longo do trabalho que muitas das ações do governo brasileiro no campo internacional respondiam às forças políticas internas. Entre elas, destacamos os militares que influenciaram o governo Vargas na década de 1930, tanto na política comercial quanto na política externa.

Na medida em que tanto os Estados Unidos quanto a Alemanha necessitavam de matérias primas do Brasil (a Alemanha mais que os Estados Unidos), e os Estados Unidos desejavam consolidar o Brasil como principal aliado na América do Sul, o Brasil buscou ações e políticas que contrabalançassem a atuação de cada uma das Grandes Potências, buscando tirar proveito o máximo possível do que cada uma podia lhe oferecer. No caso, os Estados Unidos como principal comprador do café brasileiro, e a Alemanha como principal fornecedora de manufaturados e armamentos e também compradora de produtos brasileiros, com destaque para o algodão.

Essa forma de operar a política externa Moura (1980) chamou de “equidistância pragmática”, pois visava, sobretudo, atender às necessidades do país sem romper com a aliança histórica que caracterizava a relação entre Brasil e Estados Unidos, e atendendo ainda às necessidades militares supridas com a Alemanha.

² Sobre a literatura que trata das forças políticas que se mantiveram no Estado após a ascensão de Getúlio Vargas, ver Fausto (2006); Fiori (2003); Tavares (1999); Moura (1980).

Para entender a influência que os Estados Unidos exerceram sobre o Brasil na década de 1930, nos aspectos comerciais e políticos, é importante lembrar que o peso que a economia americana exercia no comércio exterior brasileiro é muito anterior ao período. Desse modo, mesmo após a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, que representava uma nova ordem política (em parte muito diferente da Primeira República), os laços com os Estados Unidos já estavam construídos de tal maneira que era pouco provável uma mudança brusca nas relações entre os dois países. Para isso, será feita uma breve análise do comércio Brasil-Estados Unidos e da diplomacia brasileira anterior a 1930.

1.2 Breve análise da política externa e comercial entre Brasil e Estados Unidos: 1889-1930.

Os vínculos históricos que uniam Brasil e Estados Unidos datam de algumas décadas antes de 1930. Alguns autores como Moniz Bandeira (2007) e Bueno e Cervo (1992) falam de um processo de *americanização* do Brasil iniciado com a proclamação da República. A própria forma de governo após 1889 era mais simpática aos Estados Unidos (também República) do que a monarquia, e não por acaso os Estados Unidos reconheceram o novo governo mais rapidamente que a Europa, que simpatizava mais com o regime monárquico.

A *americanização*, segundo esses autores, representava o fim do “colonialismo europeu”, o progresso da democracia e da industrialização. Após a proclamação da República foi elaborada uma nova Constituição com conteúdo bastante fiel à Constituição americana e o país passou a se chamar Estados Unidos do Brasil.

Para Moniz Bandeira (2007), o aumento da presença norte-americana no Brasil a partir de 1889, e sua luta contra a preeminência da Inglaterra, tinham como objetivo a constituição de seu próprio sistema de poder e de dominação econômica, cujas origens remontam a Doutrina Monroe de 1823. Desde 1880 os Estados Unidos desejavam criar uma comunidade comercial com as demais nações americanas, e foi esse o principal objetivo da I Conferência Pan-Americana realizada em 1889. Era o início do movimento Pan-Americano que ganharia força na década de 1930. Deve-se destacar

também, que o final do século XIX foi o verdadeiro salto dos Estados Unidos em sua política extraterritorial (ou imperialista³).

A Guerra Civil americana foi fundamental na construção e consolidação do Estado Nacional e da economia nacional americana. Para Teixeira (1999), esse foi o período de explosão do capitalismo americano, com a construção e amadurecimento de seu capital financeiro e sua economia nacional “como resultado de um processo endógeno de formação e consolidação de um capital industrial e financeiro novo, sem necessidade de apoios externos relevantes do capital inglês” (TEIXEIRA, 1999, p. 157).

No final do século XIX, os Estados Unidos já haviam completado uma imensa expansão territorial de seu estado nacional através da anexação do Texas em 1845, e na Guerra com o México em 1848, que anexou o Novo México e a Califórnia. Com essas expansões e conquistas territoriais, os Estados Unidos aumentaram em 60% o tamanho de seu território e tornaram-se uma economia nacional de dimensões continentais banhados por dois oceanos. A política externa americana, para Fiori (2004), ganhou traços nitidamente “imperiais” no final do século XIX, sobretudo a partir de 1898, e posteriormente com o governo de Theodore Roosevelt.

No final do século XIX e início do século XX, no governo de Roosevelt, a política externa americana tornou-se mais agressiva e pela primeira vez os Estados Unidos assumiram o papel de polícia internacional, “dando-se o direito” de intervenções diretas em outros países, ou ainda de “ataques preventivos” a países que demonstrassem incapacidade de manter boa ordem social interna, ou inadimplência do ponto de vista de suas dívidas externas (FIORI, 2004).

Os Estados Unidos, portanto, tornaram-se um importante ator no sistema interestatal no final do século XIX. No entanto, ainda estavam mais preocupados com a consolidação de seu território nacional e com a proteção de seu parque industrial do que com a projeção de seu capital financeiro⁴. Do ponto de vista econômico a América Latina, assim como outras regiões como a Ásia, eram “territórios econômicos⁵” da Inglaterra. Mesmo assim, Theodore Roosevelt instituiu a política do *Big Stick* como

³ Sobre a interpretação do imperialismo nos referenciamos na obra de Hobsbawm (2010) e Lenin (1988). Por esse motivo o recorte temporal para o fenômeno do imperialismo inicia no final do século XIX e início do século XX.

⁴ Sobre o desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos no século XIX, ver Fiori (2004); Teixeira (1999) e Belluzzo e Tavares (2004).

⁵ Sobre o conceito de “território econômico” e “território político” ver Fiori (2005).

corolário da Doutrina Monroe e não permitiriam a intrusão de outra potência na sua esfera de domínio. Veremos que o princípio da “não-intervenção” de nações não-americanas nos assuntos do continente será invocado pelos Estados Unidos ao longo de toda a década de 1930 e intensificado com o início da Segunda Guerra

Um episódio que deixou isso claro ocorreu durante a Revolta da Armada de 1891. Havia rumores sobre a possibilidade de o Brasil retornar à Monarquia. Os Estados Unidos, não interessados nessa possibilidade e temendo um possível retorno à influência europeia, se dispuseram prontamente a defender o governo republicano brasileiro. Segundo Moniz Bandeira:

O secretário de Estado, Walter Gresham, prometeu, a princípio, apoio moral ao governo de Floriano Peixoto e garantia contra qualquer tentativa de restauração da monarquia. Aconselhou mesmo a intervenção dos Estados Unidos, para antecipar-se à da Europa, mas o presidente Cleveland a considerou inoportuna. Os Estados Unidos só dariam esse passo quando uma atitude da Europa o justificasse, como violação da Doutrina Monroe. (MONIZ BANDEIRA, 2007, pp. 213-214).

Moniz Bandeira (2007), ao contrário de Cervo e Bueno (1992), defende o argumento de que não houve alteração na política externa na passagem do Império para a República. Para Moniz Bandeira (2007) os Estados Unidos, que já gozavam de popularidade no Brasil, ganharam maior projeção com os governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. A aproximação com Washington era a forma de resistir ao domínio da Inglaterra. Já para Cervo e Bueno (1992) é possível falar numa ruptura da política externa na passagem do Império para República. A principal característica dessa mudança foi a aproximação com os Estados Unidos e seu conteúdo, portanto, pan-americanista:

A República, nessa primeira fase, querendo inovar, rompeu em boa parte com a tradição diplomática imperial. Assim, abandonou-se o critério de não ligar o Brasil à primeira potência continental, os Estados Unidos, seja por alianças ou acordos comerciais. O convênio aduaneiro assinado entre os dois países em 31 de janeiro de 1891 foi, nesse sentido, a primeira ruptura, pois a diplomacia do Império já se havia negado à assinatura do tratado de reciprocidade proposto. (CERVO; BUENO, 1992, p. 164).

O convênio comercial, de 31 de janeiro de 1891, tratava-se basicamente de dar tratamento tarifário preferencial para uma lista de produtos americanos (principalmente trigo em grão e farinha de trigo), e em troca o Brasil continuaria a colocar o café isento de tarifas no mercado norte-americano. A aproximação com os Estados Unidos passava fortemente pela área comercial. O café era nessa época, o produto mais importante das exportações brasileiras e os Estados Unidos era o maior comprador. Assim, os primeiros governos da recém-criada República procuraram colocar as relações políticas num mesmo patamar das relações comerciais. Para Cervo e Bueno:

Os Estados Unidos, a partir de 1898, exercitavam-se na política mundial, procuravam dar corpo ao seu subsistema internacional de poder e, ao mesmo tempo, buscavam ampliar sua presença comercial na América Latina. A hegemonia britânica sobre esta passou a ser desafiada pelos norte-americanos, que ainda concorreram com o emergente imperialismo alemão. (CERVO; BUENO, 1992, p. 173).

Analisando a história da política externa brasileira, talvez seja possível perceber certa perspicácia por parte das autoridades brasileiras em relação à emergência dos Estados Unidos como Grande Potência na virada do século. Para Cervo e Bueno (1992), tanto Rio Branco (ministro das Relações Exteriores) quanto Joaquim Nabuco (embaixador nos Estados Unidos) perceberam precocemente a emergência dos Estados Unidos como potência econômica, e o reconheceram como o centro de um subsistema internacional de poder⁶.

Ainda para o autor: “A visão realista de Rio Branco permitia-lhe perceber, como outros de seu tempo, o peso dos Estados Unidos na nova distribuição do poder mundial e o fato de que a América Latina estava em sua área de influência” (CERVO; BUENO, 1992, p. 185). Joaquim Nabuco fora mais longe na defesa do alinhamento com os Estados Unidos que, segundo ele, garantiria a formação de um continente livre, pacífico e coeso.

Para nosso objeto de pesquisa, especificamente, é importante lembrar que a preocupação com a defesa nacional estava colocada pelas autoridades brasileiras desde

⁶ Utilizamos aqui o conceito de “subsistema de poder” para mostrar que nesse momento (final do século XIX), os Estados Unidos já eram um importante ator no sistema interestatal, mas ainda não exerciam a mesma influência no mundo que a Inglaterra. Sua esfera de influência estava restrita ao continente americano.

essa época, e tanto Rio Branco quanto Joaquim Nabuco acreditavam que poderiam tirar benefícios para a segurança nacional através do alinhamento com os Estados Unidos. Raciocínio semelhante a esse era o de algumas autoridades políticas brasileiras do governo Vargas, que viam no alinhamento com os Estados Unidos a melhor possibilidade de diminuição das vulnerabilidades externas.

Apesar de a segurança nacional ser uma preocupação constante para as autoridades políticas de qualquer Estado-Nação, em determinados momentos da história (como a década de 1930) os conflitos (ou possibilidades de conflitos) interestatais tornam a preocupação com a defesa nacional mais latente.

Para Nabuco:

... em tais condições a nossa diplomacia deve ser principalmente feita em Washington. Uma política assim valeria o maior dos exércitos, a maior das marinhas, exército e marinha que nunca poderíamos ter. Precisamos de atividade, de clarividência, resolução e organização de um serviço diplomático em Washington, onde está a chave das nossas relações diplomáticas. (CERVO; BUENO, 1992, p.186, grifo nosso).

Como dito, as relações comerciais foram um dos fatores mais importantes para o estreitamento político do Brasil com os Estados Unidos. Mas apesar dos Estados Unidos serem o maior comprador do café brasileiro na virada do século, a Inglaterra ainda era forte do ponto de vista das finanças, dos investimentos e das dívidas contraídas pelo Brasil no exterior.

O Brasil ainda estava na área da libra e os ingleses ainda controlavam importantes setores da economia, como as estradas de ferro e os meios de comunicação. Os serviços da dívida também eram realizados com os banqueiros de Londres⁷. No entanto, o tamanho do mercado americano (maior que o mercado inglês) foi dando pouco a pouco maior poder sobre a produção de café no Brasil, de maneira que os americanos passaram a exercer controle (ou no mínimo forte interferência) sobre os preços, como explica Moniz Bandeira (2007, p. 268): “Os americanos, porém, tinham

⁷ Segundo Hilton (1977a, p. 22): “Durante todo o período do Império – isto é, até 1889 – o Brasil obteve todos os seus empréstimos externos em Londres. Depois do estabelecimento da República, ocorrido naquele ano, os financistas britânicos continuaram a ter um papel dominante na vida financeira brasileira. No princípio da Primeira Guerra Mundial, o valor nominal dos investimentos britânicos no Brasil elevou-se a 224 milhões de libras esterlinas”

no monopólio do mercado cafeeiro um trunfo que deixava o Brasil numa posição bastante vulnerável e lhes daria a vitória na competição com os ingleses”.

Vejamos então alguns dados sobre o comércio brasileiro com as principais potências europeias, com destaque para os Estados Unidos, Inglaterra, e Alemanha no início do século XX:

Em 1902, as importações que os Estados Unidos fizeram do Brasil somaram 79.178.037 dólares, enquanto as suas exportações não passaram de 10.391.130 dólares. A Inglaterra, em 1902, importou 24.790.000 dólares do Brasil e exportou 22.200.000 dólares. As importações britânicas, em 1904, aumentaram para 33.680.000 e as exportações, para 29.185.000. (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 265).

Com esses dados constata-se que o Brasil era superavitário em seu comércio com os Estados Unidos e a Inglaterra, e revela a importância e o peso que esses dois países tinham para a economia brasileira, de modo que o mercado consumidor americano e inglês eram mais importantes para o Brasil do que o mercado brasileiro era para as exportações americanas e inglesas. Juntos esses países ultrapassavam em mais de 70% o destino das exportações brasileiras.

Os dados apresentados acima permitem perceber o peso maior dos Estados Unidos nas exportações brasileiras. No entanto, do ponto de vista da atuação financeira e da participação dos bancos no Brasil, a Inglaterra manteve a supremacia sobre os Estados Unidos no início da década de 1920, como podemos extrair dos dados abaixo:

Em 1904, havia, no Brasil, três bancos ingleses, dois italianos, um alemão, um francês e um português. O primeiro banco americano, *The First National City Bank*, só apareceu 11 anos depois, em 1915, quando também se instalou a *American Chamber of Commerce for Brazil*. Até 1900, os investimentos americanos, registrados oficialmente, no Brasil eram da ordem de 499.954 dólares, contra 108.00 de outros países, e apenas se referiam a derivados de petróleo. Em 1905, os investimentos dos Estados Unidos no Brasil, também oficialmente registrados, montaram a 100.000 dólares, abrangendo apenas o comércio de importação e exportação. (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 267).

A forte presença dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha na economia brasileira deve ser compreendida à luz da rivalidade imperialista que caracterizou a virada do século XIX, chegando até o final da década de 1930. A crescente presença da

Alemanha, por exemplo, é sintoma de um processo de amadurecimento de seu capitalismo financeiro parecido em alguns aspectos com o que ocorreu nos Estados Unidos no final do século XIX.

Ambas as nações tiveram seus Estados Nacionais unificados à sombra das guerras que foram fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. Depois de unificados, ambos os países projetaram o poder de seus Estados e de suas economias nacionais para fora de seus territórios. A rivalidade comercial, que caracterizou toda a década de 1930 e seus desdobramentos no Brasil, teve como pano de fundo a disputa imperialista por mercados e por áreas de influência.

Ao comparar Estados Unidos e Alemanha pretendemos mostrar que: 1) os Estados Unidos chegaram à década de 1930 mais fortes e com maior influência sobre o Brasil que a Alemanha; 2) para os Estados Unidos, não se tratava apenas de uma questão comercial, tratava-se de consolidar o Brasil como aliado na América do Sul, uma vez que pelas suas dimensões territoriais o Brasil tinha importância estratégica para os Estados Unidos.

Pelo tamanho de seu mercado, os Estados Unidos pouco antes da Primeira Guerra Mundial já eram o maior comprador de produtos brasileiros⁸, mas é importante lembrar que isso só foi possível através de acordos aduaneiros entre os dois países, uma vez que os Estados Unidos no início do século XX ainda não tinham condições de competir livremente com os europeus, e só conseguiram penetrar no mercado brasileiro graças aos acordos tarifários realizados sob ameaças de taxaço da entrada do café nos Estados Unidos (MONIZ BANDEIRA, 2007).

Além do acordo aduaneiro de 1891, mencionado anteriormente, em 1910, no governo de Nilo Peçanha, foram outorgados novos acordos alfandegários aos Estados Unidos. Ainda assim, a Alemanha continuou a ocupar até pouco antes da Primeira Guerra o segundo lugar nas importações do Brasil, apenas suplantadas pela Inglaterra. Ou seja, os Estados Unidos eram o maior comprador dos produtos brasileiros, mas estavam em terceiro lugar como exportadores para o Brasil.

⁸ Segundo os dados de Moniz Bandeira: “Os Estados Unidos, por volta de 1912, absorviam 36% das exportações do Brasil. Desde 1870, eles compravam mais da metade da produção brasileira de café e, mais do que qualquer outro país, consumiam o cacau da Bahia. À mesma época, 60% ou mais da borracha vendida em Nova York procediam da Amazônia. De 1889 a 1908, as vendas dos Estados Unidos ao Brasil aumentaram em pouco mais de 100%, contra 73% da Alemanha, graças, precisamente, ao acordo aduaneiro de 1891 e às concessões tarifárias de Rodrigues Alves” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 275).

O acontecimento que alterou a balança comercial a favor dos Estados Unidos foi a Primeira Guerra Mundial, que desviou as correntes de comércio da Europa. Segundo Moniz Bandeira: “Em 1915, pela primeira vez, os Estados Unidos tomaram a liderança de todo o comércio exterior brasileiro, tanto das exportações como das importações, e conseguiram mantê-la, embora a Inglaterra ainda tentasse reagir, em 1922 e 1923” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 276).

Além de principais credores da Europa, os Estados Unidos saíram da Primeira Guerra como o mais importante parceiro comercial do Brasil. Além de terem se tornado os maiores exportadores para o Brasil, entraram também em outros importantes setores até então dominados pelos europeus, como as jazidas de ferro, comunicações telegráficas e também nas estradas de ferro até então controlado basicamente pelo capital inglês.

O abandono da neutralidade pelo Brasil em 1917 e declaração de guerra à Alemanha não obedeceu, segundo Moniz Bandeira (2007), nenhum objetivo propriamente nacional e, na prática, visou a facilitar a utilização dos portos brasileiros pelos Estados Unidos. A declaração de guerra por parte do Brasil foi um duro golpe no comércio com a Alemanha que teve forte retração. Os Estados Unidos aproveitaram a oportunidade para alijar do mercado brasileiro seu principal competidor depois da Inglaterra (MONIZ BANDEIRA, 2007). Além disso, o posicionamento brasileiro na Primeira Guerra era importante para os Estados Unidos, na medida em que influenciava os demais países da América Latina.

O Brasil participou periféricamente na Primeira Guerra Mundial, enviando 13 oficiais aviadores, 100 médicos-cirurgiões à França, e um corpo de estudantes e soldados do Exército para dar guarda ao Hospital do Brasil, que continuou prestando serviços aos feridos depois de encerrado o conflito. O Brasil foi o único país da América Latina a participar do conflito e apesar da tímida participação, o apoio aos aliados lhe rendeu participação na Conferência de Paz em Versalhes, chefiado por Epitácio Pessoa, futuro presidente. O maior dividendo que a comitiva brasileira conseguiu com a ida à Conferência foi a inclusão, no acordo de paz, da indenização de sacas de café apreendidas em portos alemães quando da declaração de guerra. O Brasil também participou da Liga das Nações.

Em 1919, a dívida externa brasileira foi transferida para os Estados Unidos como expressão da transferência do poder financeiro de Londres para Washington, que pouco a pouco passava a ter cada vez mais presença nos assuntos financeiros do Brasil. Em 1921, o governo brasileiro obteve o primeiro empréstimo dos Estados Unidos, no valor de 50 milhões de dólares (MONIZ BANDEIRA, 2007).

Na década de 1920, os Estados Unidos ocuparam a posição de primazia que a Inglaterra antes detivera. Já a Alemanha conseguiu recuperar o comércio com o Brasil ainda na década de 1920. Apesar da forte instabilidade monetária e social que o país atravessava, a economia alemã começou a dar sinais de recuperação no final da década de 1920, e principalmente a partir de 1933 com a ascensão de Hitler ao poder.

Em relação ao comércio exterior, a economia americana chegou ao final dos anos 1920 com baixa dependência do comércio internacional, como afirma Hobsbawm (1994, p. 93): “[...] a maior das economias do mundo, a dos Estados Unidos, passara a ser praticamente auto-suficiente, exceto pelo suprimento de umas poucas matérias-primas; jamais dependera particularmente do comércio externo”.

Na década de 1920, duas correntes estiveram presentes no debate da política externa americana: os intervencionistas e os isolacionistas. Para Gambini (1977), os intervencionistas, cujo expoente maior era Walter Lippman, apoiavam a expansão militar e qualquer intervenção necessária para proteger os interesses americanos no exterior. Já os defensores do isolacionismo, opunham-se ao armamentismo. Na década de 1930, como veremos, prevaleceu a política externa americana que se opunha ao intervencionismo, e a política de Roosevelt para América Latina constitui-se em oportunidade para a expansão da política comercial brasileira.

Para Kennedy (1985), houve na década de 1920 uma perda relativa do poder dos Estados Unidos nos assuntos internacionais em uma proporção inversa do poder da União Soviética e da Alemanha⁹. A razão dessa aparente perda de poder, ou diminuição da participação americana nos assuntos internacionais, decorria de sua forte produção industrial e agrícola (quase auto-suficiente), e terem se tornado a principal nação credora após a Primeira Guerra.

⁹ Para o autor, a perda relativa do poder dos Estados Unidos foi particularmente forte na década de 1920, mas a partir daí foi gradualmente diminuindo ao longo da década de 1930, sendo retomado no final da década com eclosão da Segunda Guerra.

A política de Hoover e Roosevelt, para Kennedy (1985), tornou-se cada vez mais interiorizada, sobretudo após a crise de 1929:

Tendo em vista a força da tendência isolacionista e os prementes problemas internos de Roosevelt, dificilmente se poderia esperar que ele desse aos assuntos internacionais a atenção concentrada que tanto Cordell Hull como o Departamento de Estado queriam dele. (KENNEDY, 1985, p. 318).

A partir de 1934, no entanto, com a recuperação da economia mundial e, principalmente da Alemanha, Roosevelt passou a considerar a política externa com a América Latina como estratégica para consolidação do Pan-Americanismo no continente, além de afastar a possibilidade de influência alemã no comércio com a América do Sul.

Isso se relaciona com a tese de Moura (1980) para o qual:

A insistência do governo dos Estados Unidos na recuperação do comércio internacional sob sua liderança relacionava-se menos às exigências dos grupos americanos ligados ao comércio exterior e mais às formulações estratégicas de um Estado que começava a agir como Grande Potência. (MOURA, 1980, p. 55).

Por esse motivo, como afirmado anteriormente, é possível perceber um nítido projeto por parte dos Estados Unidos de “hegemonizar” o continente sul-americano.

Com essa introdução procuramos demonstrar as origens dos vínculos econômicos e políticos entre o Brasil e as Grandes Potências, principalmente os Estados Unidos. O objetivo dessa breve retrospectiva foi mostrar que no caso dos Estados Unidos, o Brasil já possuía estreitos laços tanto no aspecto comercial como no aspecto financeiro e diplomático. Por esse motivo, um dos temas mais delicados nos primeiros anos da década de 1930 foi a negociação da dívida externa brasileira com os Estados Unidos.

Para Moura (1980), a reprodução de uma relação de dominação (ou uma relação entre uma Grande Potência e um país periférico) requer mais que o simples uso da força, sobretudo se o país periférico em questão for um aliado como era o caso do Brasil. Requer também uma legitimação ideológica, através da qual apareça (pelo

menos no campo da aparência) uma convergência de interesses entre os dois países. Veremos que a política externa americana na década de 1930 tinha esse objetivo. Os Estados Unidos não iriam usar de meios coercitivos para consolidar a aliança com o Brasil e neutralizar a influência da Alemanha. Lançaram mão de uma política externa mais “amistosa” e com conteúdo ideológico/cultural de persuasão. Nesse sentido, podemos afirmar que os Estados Unidos foram mais bem sucedidos que a Alemanha.

Neste trabalho, o foco das nossas atenções é a ação estatal e os conflitos de interesses que estão por trás da mesma. Tentaremos apreender a ação do Estado à luz dos grupos que procuram ter maior espaço dentro do mesmo e/ou o influenciam diretamente. A conjuntura da década de 1930 pode ser tipicamente caracterizada como “guerra comercial”. Um dos ministros de Vargas, numa sessão do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1934, afirmou: “Toda a cortesia, toda a diplomacia, só servem para encobrir um fato: a luta comercial entre as nações” e acrescentou: “as guerras de amanhã, em vez de continentais, serão mundiais por causa da questão econômica, que é cada vez mais premente” (HILTON, 1977a, p. 39). A essência do conflito econômico era a disputa imperialista por mercados, matérias primas e zonas de influência.

Por esse motivo deixamos claro que, as relações comerciais e diplomáticas que o Brasil estabeleceu com os Estados Unidos e Alemanha foram nos marcos de uma relação centro-periferia. A importância dessa ressalva é para não superestimar o “poder de barganha” que o Brasil teve com ambos os países, uma vez que desprovido de tecnologia própria, capital e poder militar, dificilmente o Brasil poderia se confrontar com qualquer uma das grandes potências. Não era isso, evidentemente, que estava em questão.

Outra corrente teórica, com a qual não nos identificamos, é o conceito de “cultura política” encontrado em alguns autores norte-americanos, incluindo Hilton (1977a), que vê na virtualidade da elite governante brasileira e no seu estilo de comportamento, a chave para entender a política externa do governo Vargas e nos ganhos políticos com a rivalidade interestatal entre as Grandes Potências.

As obras de Hilton (1977a) fornecem bom arcabouço para compreensão das relações diplomáticas e comerciais entre Brasil, e Estados e Alemanha no período, e nos limitaremos apenas a extrair essa contribuição do autor. Segundo Moura (1980), Fontaine (1970) também analisa a política externa brasileira pela ótica da cultura

brasileira: o personalismo, o “jeito” entre outros aspectos. Para Moura, o conceito de “cultura política” é inadequado para compreender a política externa do governo Vargas: “a ‘cultura política’ pode ser considerada um elemento necessário, mas de modo algum suficiente para a compreensão de uma dada política externa” (MOURA, 1980, p. 36).

Do nosso ponto de vista, concordando com a argumentação de Moura, é necessário pensar a política externa:

... como resultado da conjugação das *conjunturas* políticas mais imediatas, tanto internas como externas, dentro dos condicionamentos *estruturais* mais amplos, que dizem respeito à totalidade do campo capitalista e o lugar que nele ocupa o país em estudo. (MOURA, 1980, p. 37).

Pelo raciocínio apresentado acima é que Moura se vale do conceito de “equidistância pragmática”, que em parte nos parece adequado para caracterizar a política externa brasileira nos anos 1930. Por equidistância pragmática, pode-se compreender que o Brasil manteve relações ao mesmo tempo com os Estados Unidos e com a Alemanha, não por afinidades políticas, culturais ou ideológicas, mas, sobretudo, porque havia interesses econômicos concretos por trás deles, e também porque o Brasil respondia (através do comércio exterior) às suas necessidades internas. Mas deve-se ter cuidado ao interpretar o conceito de “equidistância pragmática” como “distâncias iguais”, no caso, em relação às duas Grandes Potências: Estados Unidos e Alemanha. Do nosso ponto de vista, como será apresentado nesse capítulo, não se tratou exatamente de “distâncias iguais”.

Hilton (1977a), Gambini (1977) e Rahmeier (2009) mencionam o peso e a importância que tiveram as forças políticas como o Integralismo, por exemplo, nos anos 1930, ou os milhares de colonos alemães e italianos, para a aproximação do Brasil com os países do Eixo. Mas esse não nos parece um elemento central para entender a política externa e a própria dinâmica interna da política nacional.

Preferimos nos apoiar no seguinte raciocínio: na década de 1930, o Brasil não oscilou apenas entre dois países (Estados Unidos e Alemanha), tratava-se na realidade de dois *sistemas de poder*¹⁰ que rivalizavam entre si buscando hegemonizar territórios

¹⁰ Para Moura (1980) sistema de poder trata-se de uma constelação de Estados formada pela potência hegemônica e sua área de influência (aliados periféricos subordinados).

além de suas fronteiras, num contexto típico de disputas imperialistas. Por isso, concordamos com Moura de que *centro hegemônico* diz respeito à “liderança política, militar e ideológica sobre um certo campo, mas também designando uma economia central com a qual se relacionam as economias dependentes” (MOURA, 1980, p. 41).

Como dito na introdução, este trabalho não aborda o conceito de hegemonia. No entanto, convém apenas diferenciar algumas correntes teóricas dentro da Economia Política Internacional que abordam esse conceito. A primeira delas é a corrente da “estabilidade hegemônica” de Charles Kindleberger e Robert Gilpin. De acordo com esses autores, a economia internacional requer um, e apenas um país estabilizador, que seja capaz de fornecer ao sistema mundial alguns elementos indispensáveis ao seu funcionamento como a moeda internacional, o livre-comércio e a coordenação das políticas econômicas nacionais. Os autores avançam ainda mais nesse raciocínio concluindo que na ausência de um *hegemon*, a cooperação econômica internacional torna-se extremamente difícil de ser alcançada e o sistema tende ao caos. As crises do sistema monetário internacional das décadas de 1930 e 1970, por exemplo, de acordo com esses autores, têm em comum o fato de terem sido décadas de crise do *hegemon* (na primeira da Inglaterra e na segunda dos Estados Unidos).

Para Fiori (2005) há uma inconsistência na teoria da “estabilidade hegemônica”. De acordo com o autor:

O grande problema teórico está no paradoxo, absolutamente inexplicável do ponto de vista de todas as teorias existentes sobre as lideranças ou hegemonias mundiais: a descoberta de que as principais crises do sistema foram provocadas pelo próprio poder que deveria ser o seu grande pacificador e estabilizador (FIORI, 2005, p.15).

Portanto, para Fiori (2005), há que se diferenciar hegemonia econômica do exercício de um poder ordenador ou “pacificador”, e, além disso, o *hegemon* não pode ser entendido como um “gerente funcional”:

Ao contrário, a hegemonia econômica, assim como o poder político global, é sempre posição em disputa e conquista transitória, e nunca será o resultado de um consenso ou de uma escolha “democrática”. A posição hegemônica, portanto, é uma conquista, uma vitória do estado mais poderoso em um determinado momento, e neste sentido se pode dizer que é apenas um “ponto possível” na curva ascendente dos “estados-impérios” que lutam pelo poder global. Só quando ocuparam esta posição transitória foi que os países hegemônicos puderam exercer um poder global favorável, eventualmente, ao desenvolvimento dos demais membros do sistema (FIORI, 2005, p.53)

É através dessa perspectiva que podemos compreender melhor a década de 1930 e a relação do Brasil com as Grandes Potências. Havia, claramente, uma disputa entre Estados Unidos e Alemanha pelo território brasileiro. Tratava-se de conquistar não apenas o mercado brasileiro, mas o alinhamento político do país. No entanto, tal alinhamento estava diretamente relacionado com os ganhos que o Brasil poderia obter da rivalidade interestatal. Por isso, a complexidade da década de 1930 em compreendê-la para além da perspectiva do conceito de hegemonia. Não é possível falar na existência de um *hegemon*, assim como não é possível falar na existência de um bom funcionamento do sistema monetário internacional naquele momento. Mesmo assim, foi justamente a conjuntura da ausência de um *hegemon* (ou posição hegemônica), que possibilitou ao Brasil obter alguns ganhos devido certa paridade entre a posição dos Estados Unidos e da Alemanha.

Retornando à hipótese do trabalho de Moura, o autor afirma que a política externa de um país dependente está condicionada ao sistema de poder em que se situa, juntamente com as conjunturas políticas internas e externas. Para isso, é necessário conjugar as determinações estruturais (que limitam o campo de ação da elite governamental) e conjunturais. No caso do Brasil de Getúlio Vargas, na década de 1930, muito se especula sobre os reais compromissos de Vargas com a industrialização, ou se o político gaúcho foi na verdade um mantenedor da República Velha no campo econômico com sua política de valorização do café.

Hoje já está bem documentada sua política de valorização da indústria através de inúmeros incentivos fiscais¹¹, mas não é possível desconsiderar que o Brasil fora nas décadas anteriores um típico primário-exportador com uma tímida industrialização apenas nos setores leves (têxtil e alimentícia). Essa era uma restrição de caráter estrutural com a qual o governo tinha que lidar. Uma vez que toda a estrutura produtiva-exportadora do país estava concentrada na agricultura (principal fonte de divisas do país), não poderia o governo simplesmente abandonar as exportações dos produtos primários para se voltar para a industrialização¹².

¹¹ Sobre as medidas de proteção à indústria do governo Vargas, ver Hilton (1977a).

¹² A literatura sobre o papel da agricultura para o desenvolvimento industrial é controversa. A interpretação de que o desenvolvimento agrícola (ou o direcionamento produtivo para a agricultura) emperra o desenvolvimento industrial (clássica dicotomia: agricultura versus indústria) não ajuda a

Vargas foi um político comprometido com a industrialização, no entanto, a única ferramenta com a qual podia contar para diminuir a fragilidade externa do país no campo da defesa era o comércio de produtos primários. Por esse motivo selecionamos o comércio exterior e a política externa para compreender como o governo diminuiu sua vulnerabilidade externa. A industrialização, incluindo a instalação de importantes setores como a siderúrgica, pouco contribuiu para isso uma vez que se tratava de um projeto de longo prazo (visto que a siderúrgica de Volta Redonda ficou pronta quando os conflitos da Segunda Mundial já estavam encerrados).

1.3 Política Comercial e Política Externa entre 1934 e 1939.

A Revolução de 1930 trouxe num primeiro momento um rápido constrangimento para as relações entre Brasil e Estados Unidos. O governo americano procurou dar apoio ao governo de Washington Luís até o último momento (MONIZ BANDEIRA, 2007). Os Estados Unidos temiam a radicalização do movimento revolucionário de 1930, e esperaram que a situação estabilizasse antes de oficializar o apoio.

Nos primeiros dias houve rumores sobre o envio de navios para a costa brasileira para, se necessário, resgatar americanos que estivessem no Brasil. A situação mais embaraçosa foi criada pelo apoio que o Departamento de Estado deu para que o governo de Washington Luís pudesse comprar armas dos Estados Unidos para conter os rebelados. Nada disso, no entanto, foi suficiente e no dia 24 de outubro o governo caiu.

Nas semanas seguintes, os Estados Unidos permaneceram cautelosos aguardando notícias se o novo governo teria respaldo popular e internacional. O secretário de Estado americano na época, Henry L. Stimson, pedia notícias do Brasil

compreender como os Estados Unidos construíram o maior parque industrial do mundo no início do século XX, fortemente alicerçado sobre a agricultura. No caso do Brasil, a separação entre interesses industriais e interesses agrícolas é mais difícil ainda, uma vez que boa parte do empresariado industrial, a partir de 1930, eram cafeicultores que viram na indústria novas oportunidades de lucro em decorrência da forte queda dos preços com a crise de 1929 (Ver CANO, 1975). Do ponto de vista das classes sociais, a separação entre a burguesia industrial e latifundiária não foi nítida no Brasil pós-1930. Segundo Hilton: “O colapso dos mercados internacionais de matérias primas e gêneros alimentícios ‘quase paralisou’ as indústrias de São Paulo, o coração industrial do país. As vendas do café em 1930 caíram, em termos de valor, ‘quase 40%’ em relação a 1929, e o declínio da demanda rural resultou em ampla falência de fábricas” (HILTON, 1977a, p. 69).

frequentemente ao embaixador Edwin Morgan. No dia 15 de novembro, Morgan respondeu-lhe que não havia mais razões para Washington não reconhecer o governo de Vargas (MONIZ BANDEIRA, 2007).

Com o reconhecimento do novo governo, não houve a princípio nenhuma alteração na política externa. O Brasil desejava continuar com o bom relacionamento que há décadas possuía com os Estados Unidos, e a designação do banqueiro José Maria Whitaker para o Ministério da Fazenda ajudou a acalmar os ânimos dos investidores internacionais, principalmente britânicos e americanos. A crise de 1929 afetou as exportações brasileiras e os saldos comerciais¹³.

Nos anos de 1930 e 1931, uma forte crise cambial abateu-se sobre a economia brasileira tornando inviável a continuação do pagamento integral do serviço da dívida, pois tal pagamento envolvia uma proporção de saldos comerciais que não existia, em decorrência da forte contração do comércio internacional.

Em setembro de 1931, o pagamento da dívida pública externa foi suspenso gerando atrito nas relações políticas com os Estados Unidos. Os atrasados comerciais que o Brasil acumulou com os Estados Unidos se estenderam até 1934 e, mesmo assim, ainda foram pauta dos acordos e negociações entre os dois países nos Tratados de 1935, como veremos mais adiante. Uma comparação dos serviços financeiros que o Brasil possuía com os Estados Unidos e com a Inglaterra ajuda a compreender a postura que os dois países tiveram com o Brasil ao longo da década de 1930.

Segundo Abreu:

Em 1930, o capital nominal estrangeiro de risco investido no Brasil era da ordem de US\$1.250 milhões. Desse total cerca de US\$ 600 milhões correspondiam, a capitais britânicos e US\$200 milhões a capitais norte-americanos. Entretanto, entre 1914 e 1930, os investimentos britânicos decresceram em cerca de 10%, enquanto os investimentos norte-americanos aumentavam mais de quatro vezes. (ABREU, 1990, p. 76).

¹³ Segundo os dados de Marcelo de Paiva Abreu: “Em volume as importações decresceram em cerca de 60% entre 1928 e 1932, enquanto as exportações declinaram 16%. Os preços de importação em mil-réis cresceram 6%, enquanto os preços de exportação caíram quase 25%. Assim, os termos de intercâmbio sofreram uma deterioração de cerca de 30% e a capacidade de importar de 40%” (ABREU, 1990, p. 74).

O declínio dos investimentos britânicos refletia sua perda de supremacia financeira e econômica para os Estados Unidos, num contexto mais amplo de perda relativa de poder militar, industrial e financeiro em relação aos Estados Unidos. Por isso, enquanto os britânicos procuravam maximizar os pagamentos financeiros do Brasil, os Estados Unidos adotaram uma política conciliatória em relação à dívida pública externa, e procuraram concentrar esforços na manutenção de sua posição no mercado brasileiro que estava em ascensão (ABREU, 1990).

Por isso, ainda segundo Abreu, os instintos belicosos da classe empresarial americana foram contidos pelo Departamento de Estado e pela diplomacia:

Este (Departamento de Estado) se opunha tanto a pressionar o governo brasileiro para que fosse adotada política cambial que concedesse tratamento preferencial aos créditos norte-americanos, quanto a ameaças de imposição de taxaço sobre o café brasileiro no mercado norte-americano (pois a inclusão de café na lista de isenções prendia-se a razões estritamente domésticas). (ABREU, 1990, p. 77).

Isso, no entanto, não impediu nos anos seguintes que o governo americano fizesse pressões junto ao Brasil para o pagamento dos atrasados comerciais e concessões tarifárias para os produtos norte-americanos, sob a ameaça de taxar o café.

Apesar do impacto nas exportações, os dados mostram que o impacto da Crise de 1929 sobre o produto real nacional foi relativamente modesto, e o Brasil foi um dos países que (através das políticas adotadas) mais cedo se recuperou. Segundo Abreu (1990), a queda do produto real não excedeu 5,3% em 1931 – pior ano da depressão – em relação ao pico da atividade em 1929. Nos anos posteriores a 1931, o desempenho da economia brasileira foi excepcional quando comparado aos demais países da esfera capitalista:

Em 1932 o produto cresceu 4% e em 1933 e 1934 em torno de 9% ao ano. A recuperação do nível de atividade da economia brasileira foi singularmente rápida se comparada à experiência de outros países, especialmente os desenvolvidos. (ABREU, 1990, p. 78).

A discussão sobre a política econômica adotada pelo governo Vargas no início da década de 1930, seu caráter pré-keynesiano, não vêm ao caso de ser abordado neste

trabalho. No entanto, além dos dados apresentados que mostram a boa recuperação da economia brasileira no início da década, o governo Vargas adotou várias medidas que incentivaram a industrialização¹⁴.

A crise de 1929 impactou nas ideias econômicas e políticas dos revolucionários de 1930. O próprio Vargas tinha claro entendimento da importância da industrialização, em primeiro lugar para o país não se tornar dependente da exportação de um único produto agrícola, e em segundo lugar como própria condição para a soberania nacional do ponto de vista da defesa em uma conjuntura turbulenta como a década de 1930. Segundo Hilton:

Vargas declarou, em 1930, que não apenas o “desenvolvimento industrial” do país, mas também a “própria segurança nacional” requeria que o Brasil desenvolvesse sua própria indústria siderúrgica, de modo a obter uma maior independência em face dos fornecedores estrangeiros. (HILTON, 1977a, p. 46).

A convicção do governo de que a industrialização era necessária para autopreservação nacional só aumentou na década de 1930, e uma das maiores ambições do governo Vargas nesse aspecto era com a implantação de uma siderúrgica no Brasil.

Na esteira da recuperação da economia internacional e da eleição de Franklin Roosevelt em 1932, os Estados Unidos lançaram a Política da Boa Vizinhança que caracterizou a política externa do governo americano na década de 1930 e início de 1940. Para Gambini (1977), a Política de Boa Vizinhança surgiu como forma de criar um ambiente mais seguro e propício aos negócios por conta da instabilidade política e

¹⁴ Há consenso na bibliografia adotada por nós sobre o incentivo do governo Vargas à industrialização. Hilton (1977a), por exemplo, menciona os discursos proferidos por Vargas, no qual fazia referência à importância da industrialização, inclusive como condição para a segurança nacional. Ainda segundo o autor, as tarifas eram uma ferramenta usada recorrentemente pelo governo para incentivar a industrialização, por meio da manipulação das importações. Em 1931, Vargas assinou um decreto visando a eliminação gradual das tarifas interestaduais, que foi recebido com muito entusiasmo pelo Centro de Indústrias em São Paulo. Setores como as manufaturas de cimento, por exemplo, tiveram enorme crescimento a partir de 1932 como resultado da eliminação de tarifas alfandegárias sobre a importação de equipamentos industriais. O setor de processamento de carne também foi contemplado com redução de 30% sobre as tarifas de importação, que incidiam sobre a maquinaria, instrumentos e veículos necessários para operar as fábricas de conserva. Foram também concedidas isenções e reduções tarifárias para importadores de equipamentos utilizados na fabricação de vidro, pneumáticos e outros artigos de borracha, álcool, celulose e outros produtos da indústria leve. Enquanto encorajava as importações vitais, o governo mantinha as tarifas sobre artigos importados em níveis capazes de permitir às indústrias domésticas a possibilidade de competirem eficientemente.

econômica decorrente da Crise de 1929. A interrupção das intervenções militares tornou-se um pré-requisito para a consolidação do comércio externo:

... a Política de Boa Vizinhança resultava em parte do reconhecimento de que os Estados Unidos deveriam agir com mais tática em suas relações com vizinhos mais fracos, e em parte da percepção de que a intervenção militar na verdade atrapalhava o uso efetivo do poder político e econômico dos Estados Unidos. (GAMBINI, 1977, p. 36).

A Política externa americana – e a Política da Boa Vizinhança – ao longo da década de 1930, não tiveram apenas como objetivo criar um bom ambiente político para os investimentos americanos, mas também para amenizar e neutralizar ao máximo a influência da Alemanha no comércio e na política brasileira. No limite, queriam os Estados Unidos fechar o mercado brasileiro para a Alemanha. No entanto, isso dependia de um continente unido politicamente e vinculado à economia americana. Para que o Brasil não comercializasse com a Alemanha era necessário que os Estados Unidos suprissem as necessidades brasileiras tanto nas exportações quanto nas importações, o que não seria possível, evidentemente, para os Estados Unidos fazer.

Gambini (1977) ressalta ainda que, o comércio de vários países latino-americanos com os Estados Unidos esbarrava na falta de mercado (nos Estados Unidos) para alguns gêneros nos quais os Estados Unidos também eram produtores e exportadores como carne, trigo e algodão. No caso do Brasil, havia mercado nos Estados Unidos para o café, principal produto das exportações brasileiras. Mesmo assim, segundo o autor, o aumento do comércio da América Latina com os Estados Unidos poderia ocorrer caso as economias latinas orientassem sua produção para atender às necessidades das indústrias americanas (GAMBINI, 1977).

A América Latina poderia substituir outros fornecedores, como a África, com produtos como borracha, manganês, lã e estanho. Havia, no entanto, o receio com o ambiente político na América Latina, sobretudo após as expropriações de propriedade estrangeira no México e os atritos causados no Brasil decorrente do não pagamento da dívida externa. Toda essa conjuntura explica a necessidade de implantar a Política da Boa Vizinhança, que além de favorecer o ambiente de negócios ainda diminuiria a

influência da Alemanha. Nessa época foi fundado o *Export-Import Bank*¹⁵, que teve papel importante no comércio e no financiamento de projetos latino-americanos.

A Política da Boa Vizinhança substituiu o princípio da intervenção (e da dominação de aliados subordinados pela força) para o campo da cooperação e da reciprocidade. A substituição da política intervencionista (cuja expressão máxima foi o “*Big Stick*” de Theodore Roosevelt) já vinha sendo debatida por delegações latino-americanas antes de 1930. Mas foi apenas na Conferência de Montevideu (1933), que o secretário de Estado Cordell Hull assinou a Convenção de Direitos e Deveres dos Estados, “cujo artigo 8º estipulava que ‘nenhum Estado tem o direito de intervir nos assuntos internos ou externos de outro’, mantendo-se embora algumas reservas quanto à proteção de vidas e propriedades americanas” (GAMBINI, 1977, p.47).

Nesse sentido, concordamos também com Hilton (1977a) de que foi a Política da Boa Vizinhança que possibilitou uma “janela de abertura” para o comércio com a Alemanha.

Uma série de Conferências Pan-Americanas¹⁶ foram, pouco a pouco, consolidando nos Estados Unidos a importância de se adotar uma política externa menos belicosa pela consolidação de laços políticos e econômicos mais duradouros, baseado nos princípios de cooperação.

Deve-se creditar a mudança da política externa americana à sua estratégia de consolidar liderança política, econômica e militar na região. Como ressalta Gambini:

O abandono da prática de intervenção direta, recomendado pelo próprio dinamismo dos interesses vitais americanos, não resultava simplesmente da luta travada pelos países do continente para obter melhor tratamento, mas devia-se principalmente à conveniência de alterar o padrão tradicional de relacionamento para que os Estados Unidos pudessem aprofundar e fortalecer sua posição hegemônica. (GAMBINI, 1977, p. 48).

¹⁵ O *Export-Import Bank* é uma agência de créditos oficial do governo federal norte-americano. Foi estabelecido pelo congresso no dia 2 de fevereiro de 1934, com o intuito de financiar e garantir compras de mercadorias norte-americanas para clientes incapazes ou não-desejosos de aceitar os riscos do crédito numa época em que os investimentos privados se retraíam.

¹⁶ Em 1928 foi realizada a VI Conferência Pan-americana. A VII Conferência foi realizada em Montevideu em 1933. Em 1936 foi realizada em Buenos Aires a Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, que contou com a presença do Presidente Franklin Roosevelt. E em 1938 foi realizada a VIII Conferência Pan-Americana em Lima.

Impedir a influência externa na América Latina (sobretudo da Alemanha), assegurar a liderança americana no hemisfério e estimular a estabilidade política nos países latino-americanos eram, portanto, os principais objetivos da política externa de Roosevelt. Para Moura, a Política da Boa Vizinhança “respondia também às necessidades de recuperação econômica do país (EUA), que exigia mercados externos crescentes para as exportações norte-americanas, além de suprimento de matérias-primas e campo para investimento” (MOURA, 1980, p. 58).

O debate sobre a reformulação da política externa americana no governo Roosevelt esbarrou no debate sobre comércio exterior. Duas correntes políticas advogavam o melhor caminho a ser trilhado pela economia americana no plano internacional: a primeira era defendida por George Peek, assessor de Roosevelt para o comércio exterior, e a segunda era defendida por Cordell Hull, Secretário de Estado. Peek representava uma linha mais nacionalista na política americana, incluindo medidas protecionistas e de comércio compensado. Hull defendia uma postura mais liberal por parte dos Estados Unidos, o que incluía o multilateralismo no comércio exterior. Como veremos ao longo desse capítulo, a defesa irrestrita do multilateralismo em todos os mercados se tornaria um princípio da política econômica externa norte-americana.

Segundo Hilton (1977a), nos debates sobre o comércio com o Brasil, Hull foi um importante mediador, pois acreditava que acordos de caráter mais liberal com o Brasil desencadeariam uma rodada de outros acordos comerciais na América Latina.

Como importante exportador de matérias primas e importador de manufaturas, o Brasil parecia ser o lugar ideal para iniciar a liberalização do comércio mundial, e Hull e seus colegas estavam ansiosos para concluir o que esperavam ser um tratado modelo para negociações com outros países. (HILTON, 1977a, p. 93).

As primeiras conversas sobre um acordo de reciprocidade entre Brasil e Estados Unidos foram realizadas ainda em 1933, já sob a administração Roosevelt. Nesse ano, o embaixador do Brasil em Washington era Rivaldo Lima e Silva e solicitou ao Departamento de Estado que apresentasse as bases do acordo.

Para Moniz Bandeira (2007), o conteúdo das negociações manifestava as velhas bases dos acordos entre economias industrializadas (que procuram mercados para seus

produtos) e economias primárias. O Brasil reduziria tarifas para produtos americanos (que poderia causar prejuízo à indústria nacional) e, em contrapartida, os principais produtos de exportação do Brasil (como café e borracha) entrariam sem restrição nos Estados Unidos. Para Moniz Bandeira: “A chantagem era a mesma de outros tempos. Cada vez novas concessões por parte do Brasil, em troca de uma que já existia, beneficiava outros países e interessava, diretamente, à bolsa do consumidor americano” (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 309).

A ida de Osvaldo Aranha para os Estados Unidos em 1934, já como embaixador, foi um importante catalisador da aprovação do acordo comercial de 1935. Para Moura (1980), a prevalência das opiniões de Hull no debate sobre comércio exterior foi mais condizente com a posição de Grande Potência econômica que os Estados Unidos já haviam assumido na década de 1930, apesar da posição de Peek ainda exercer influência no governo Roosevelt. Nesse mesmo ano, o Brasil daria início aos acordos comerciais de compensação com a Alemanha (analisados mais detalhadamente no próximo capítulo).

Osvaldo Aranha, que nessa época já defendia priorizar os Estados Unidos nos acordos comerciais, transmitiu ao Rio de Janeiro as objeções (com as quais concordava) do governo americano sobre os acordos de compensação com a Alemanha. Para o governo brasileiro, diante da escolha entre fazer o acordo de compensação ou perder o mercado alemão, o governo deu prosseguimento nas negociações e Aranha foi mantido alheio às negociações com a missão alemã que visitava o Brasil.

Segundo Abreu (1999), um dos mecanismos que os Estados Unidos dispunham para barrar o comércio brasileiro com a Alemanha seriam acordos bilaterais entre os dois países (como defendia Peek). No entanto, tal proposta contrariava a estratégia comercial multilateralista dos Estados Unidos, defendida por Hull. Uma vez que os Estados Unidos se opunham ao comércio de compensação do Brasil com a Alemanha deveriam oferecer algo que compensasse essa perda comercial. Veremos que as viagens e missões aos Estados Unidos foram dominadas por essa pauta. E o Brasil “manobrou” entre os acordos comerciais estabelecidos com os Estados Unidos e Alemanha de maneira a maximizar seus ganhos.

Para Abreu (1999), os norte-americanos deram ao Brasil uma pequena mostra do *Big Stick*, diante do acordo comercial de compensação com a Alemanha de 1934, ao

ameaçar impor um esquema bilateral de comércio compensado com o Brasil. Mas uma vez que o debate entre comércio liberal e comércio compensado já estava sendo vencido pela corrente de Hull, que defendia o comércio liberal, além da Política da Boa Vizinhaça que não “permitia” políticas mais agressivas em relação a parceiros comerciais e políticos, nenhuma demonstração real do *Big Stick* veio acontecer, como o próprio Abreu reconhece¹⁷.

Segundo Hilton (1977a), as conversas realizadas entre representantes brasileiros e autoridades americanas no final de 1934 sobre um acordo comercial, não foi encarado por Vargas com grande entusiasmo. O café já entrava com tarifa reduzida nos Estados Unidos¹⁸. O acordo foi uma pressão, sobretudo dos Estados Unidos. O argumento norte-americano era:

... tendo em vista o fato de 96% ou mais de nossas importações do Brasil estarem isentas de tarifas, e de que se assegurará ao café, que é de longe a mais importante exportação do Brasil, a continuidade da isenção, o Brasil teria pouca base para reclamações se nossa concessão ficasse limitada ao café. (ABREU, 1999, p. 211).

Com essa declaração percebe-se o peso que o café ainda possuía para as exportações brasileiras, cujo principal destino era os EUA, e o caráter desigual do conteúdo do comércio, uma vez que o mesmo seria nos marcos do clássico comércio: matérias primas *versus* produtos industrializados.

Hull, que foi o principal articulador do acordo, em conversas com o embaixador brasileiro mencionou tentativas feitas pelo Congresso Americano para taxar o café brasileiro. Tais ameaças foram determinantes para a assinatura do acordo, e posteriormente para a aprovação no Congresso Brasileiro. Mas havia ainda outro argumento levantado pelas autoridades brasileiras contra o acordo: embora estivesse disposto a fazer concessões, o país não reduziria seus direitos tanto quanto fora proposto pelos EUA, tendo em vista a necessidade de proteger a produção nacional e de evitar perdas excessivas de receitas.

¹⁷ “Essa ameaça norte-americana foi a primeira de muitas tentativas fracassadas de bloquear o avanço do comércio de compensação entre a Alemanha e o Brasil. Sua fraqueza básica era que a introdução de um esquema compensatório entre Brasil e Estados Unidos contrariaria o compromisso global dos Estados Unidos com o multilateralismo após a vitória de Welles sobre Peek em 1934”. (ABREU, 1999, p. 161).

¹⁸ Segundo Hilton (1977a, p. 129): “Mais de 97% das exportações brasileiras para os Estados Unidos não pagavam direitos alfandegários”.

O conteúdo do projeto sobre o acordo comercial entre Brasil e Estados Unidos foi debatido em dezembro de 1934 nos seguintes termos:

Assegurando uma redução média de cerca de 23% sobre automóveis, rádios, pneumáticos e artigos correlatos, o governo brasileiro cortou pela metade as solicitações americanas iniciais. Apesar das taxas mais reduzidas, os veículos americanos pagariam direitos *ad valorem* de 28% a 36%; os acessórios para automóveis, mais de 40%; enquanto pneumáticos e rádios pagariam entre 20 e 60%. O Brasil concordava também em não aumentar as taxas sobre maquinaria agrícola, geladeiras, máquinas de costura e material de escritório. Em troca, Washington garantiria a manutenção do livre ingresso de mais de 90% dos produtos brasileiros, inclusive o café, bem como uma redução tarifária de 50% sobre outros artigos, entre os quais manganês e castanhas. (HILTON, 1977a, pp. 130-131).

Tratava-se, portanto, de um tratado que consagrava o princípio de nação mais favorecida¹⁹, que se aplicaria à regulamentação tarifária, controle cambial, taxas de importação e, principalmente, garantia à redução de tarifas para os itens do comércio entre Brasil e Estados Unidos. Os americanos resistiram à pressão brasileira para expandir a lista de produtos. Segundo a explicação de Moura (1980):

Assim, o governo brasileiro assegurou para os produtos norte-americanos a estabilização ou redução tarifária de 34 itens, incluindo-se aí produtos agrícolas e artigos manufaturados, como leite, peixe, cereais, farinha, filmes, automóveis e peças, motocicletas, máquinas agrícolas, tintas, etc. Do lado americano, seis produtos brasileiros tiveram suas tarifas rebaixadas (mate, bálsamo de copaíba, ipecacuanha, minérios de manganês, castanhas e mamona) e outros estariam livres de tarifas (café, cacau, cera de carnaúba, castanhas, óleo de babaçu e madeira). (MOURA, 1980, p. 80).

O tratado foi assinado em Washington no dia 2 de fevereiro na presença do presidente Roosevelt, Hull, Subsecretário de Estado Welles, além de outras autoridades brasileiras com destaque para Osvaldo Aranha. Constava na Constituição Brasileira de 1934 que acordos comerciais assinados entre Brasil e demais países deveriam ser submetidos à aprovação do Congresso para ratificação.

¹⁹ Segundo Cervo e Bueno: “A cláusula de nação mais favorecida determina “que os privilégios tarifários que um país concede a outro sejam extensivos a todos os demais países com os quais tenha assinado contratos concessivos do tratamento de nação mais favorecida” (SELDON; PENANCE, 1975 apud CERVO; BUENO, 1992, p. 220).

Após a assinatura do tratado decorreriam alguns meses para sua aprovação no Congresso Brasileiro. O motivo para essa demora foram os longos debates travados na Câmara e no Senado devido aos desdobramentos que o acordo traria à economia brasileira. Como dito na introdução desse capítulo, a Revolução de 1930 permitiu a emergência de novos atores na política nacional. Um deles, como analisado anteriormente, eram representantes da nascente indústria.

O debate sobre os desdobramentos do acordo de 1935 recai sobre seu impacto na indústria nacional, ou seja, se teria ou não havido consequências negativas para indústria brasileira. Mesmo tendo sido um acordo nos marcos de uma relação “centro-periferia”, isto é, de troca de matérias primas por produtos industrializados, não há um total consenso na historiografia se o acordo foi prejudicial para a indústria brasileira.

O acordo de 1935, assinado com os Estados Unidos era, na percepção de boa parte do empresariado industrial, um duro golpe para a competitividade da indústria nacional²⁰. Ao longo dos meses, a não aprovação do acordo no Congresso Brasileiro gerou irritação em Washington. Aranha advertia constantemente ao governo brasileiro a preocupação dos Estados Unidos com a não aprovação do acordo.

Para uma economia que dependia fortemente das exportações de produtos primários como o Brasil, a ameaça de Hull de elevar as tarifas sobre o café assustou as autoridades políticas, incluindo o próprio Vargas: “Vargas chamou também Raul Fernandes, líder da maioria na Câmara, instruindo-lhe para que fizesse todo esforço possível a fim de garantir uma rápida aprovação” (HILTON, 1977b, p. 140). No dia 12 de setembro de 1935, a Câmara dos Deputados aprovou o tratado por 127 votos contra 51. A aprovação final do tratado foi realizada no dia 14 de novembro com a aprovação no Senado. A votação de um acordo que beneficiava as exportações de produtos primários revela o peso político que a classe cafeeicultora ainda exercia sobre o governo Vargas.

A aprovação do tratado de 1935 pode por um lado ser interpretada como uma vitória da política comercial liberal dos Estados Unidos, que tinha como objetivo garantir mercado para seus produtos manufaturados. Pela pauta dos produtos que

²⁰ Segundo Hilton (1977a, p. 135): “Euvaldo Lodi, deputado por Minas Gerais, presidente da Federação das Indústrias e membro do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), disse com franqueza ao encarregado de negócios americanos que, se algumas estipulações tarifárias não fossem alteradas, ele e outros deputados bloqueariam a aprovação”.

entraram nos acordos tarifários de 1935 é possível concluir que o acordo beneficiou sumariamente os produtos manufaturados dos Estados Unidos e os produtos primários brasileiros. Outra questão ressaltada é a assimetria do processo, como destaca Moura (1980), para o qual, dada a situação de dependência da economia brasileira, o tratado obedeceu a uma relação assimétrica de poder baseado na imposição.

Para Moniz Bandeira (2007), por exemplo, o acordo não poderia ter favorecido o Brasil:

Os produtos primários, principalmente os gêneros alimentícios, compunham cerca de 99% das exportações brasileiras para os Estados Unidos e a expansão da sua demanda depende menos da redução dos preços do que da elevação da renda no país a que se destinam. No caso do café, cuja elasticidade é negativa (menos que 1%), a diferença de preço (um pouco mais baixo) não aumentaria seu consumo, que, além do mais, estava saturado nos Estados Unidos. O pequeno crescimento das exportações brasileiras não decorreu, portanto, da assinatura do tratado e sim da recuperação da renda, após a crise que abalou a economia americana, de 1929 a 1933, e isto se torna tão evidente quando se leva em conta que o café e os demais produtos (cerca de 97,5%) já entravam livremente naquele país e não receberam qualquer nova concessão. Para os Estados Unidos que exportavam cerca de 80% de produtos manufaturados, as reduções de tarifa representaram, porém, enorme vantagem, como os números comprovam (MONIZ BANDEIRA, 2007, p. 348).

Os dados de Moniz Bandeira (2007) permitem a conclusão de que o tratado beneficiou, sobretudo, a economia americana e foi, portanto, prejudicial ao Brasil. Moura (1980), entretanto, argumenta que os Estados Unidos não tinham condições de absorver maiores quantidades de café que já vinha absorvendo nos anos anteriores. Além disso, os rumores de que o tratado prejudicaria a indústria brasileira, segundo o autor, não se confirmaram: “Desse modo, os anos que se seguiram ao tratado não foram absolutamente desastrosos para a indústria brasileira: não ocorreram falências e desemprego maciço na indústria como se imaginava” (MOURA, 1980, p. 90).

Para Abreu (1999), o argumento do então embaixador Osvaldo Aranha, de que o Brasil devia favorecer o comércio multilateral para gerar superávits comerciais, que por sua vez seriam utilizados para o país cumprir seus compromissos financeiros, era enganoso, pois nos termos iniciais do acordo eram exigidas do Brasil garantias que, se fossem cumpridas, implicariam a interrupção do comércio com países que adotavam o bilateralismo como forma principal de troca internacional de mercadorias, como a

Alemanha, por exemplo. Por esse motivo, negociadores brasileiros que participaram da negociação do acordo conseguiram a substituição de um artigo para que o Brasil ficasse livre para entrar em qualquer acordo (inclusive de compensação) com outros parceiros comerciais (ABREU, 1999).

Ainda segundo Abreu (1999), o embaixador Aranha apresentava o acordo como concessões equivalentes entre Brasil e Estados Unidos, embora reconhecesse que a principal concessão feita pelos EUA era manter o café na lista dos produtos isentos, mas que com certeza o café seria taxado se não fosse feito o acordo. Para Abreu, o compromisso de não elevar tarifas, principalmente sobre o café, não era uma verdadeira concessão ao Brasil, e sim decorrência da política doméstica do *freebreakfast*. Segundo o economista, para se afirmar sobre a equivalência de concessões comerciais deve-se levar em conta alguns critérios: “as importações de cada país afetadas pelas reduções tarifárias; a redução dos verdadeiros direitos *ad valorem*; e a elasticidade-preço da demanda pelos produtos cujos preços sofrem reduções em virtude das concessões tarifárias” (ABREU, 1999, p. 219).

De acordo com os cálculos do economista, mesmo considerando idênticas as elasticidades-preços das importações afetadas em ambos os países, “seria esperado *a priori* uma expansão de exportações norte-americanas para o Brasil, consideravelmente maior do que a expansão das exportações brasileiras para os Estados Unidos” (ABREU, 1999, p. 220). E finalmente, conclui seu raciocínio de que as concessões não poderiam ser equivalentes, uma vez que as reduções tarifárias feitas pelos EUA referiam-se a matérias primas sem produção doméstica (como o café), enquanto que o Brasil fazia concessões para mercadorias norte-americanas que competiam com a produção nacional.

Mas apesar de sua elaborada análise sobre o acordo de 1935, o economista afirma ao final de sua argumentação ser muito difícil saber se o acordo de 1935 foi realmente prejudicial para a indústria brasileira como um todo. Talvez alguns setores tenham sido mais afetados do que outros, pois o fato é que o acordo de 1935 não impediu um bom desempenho do crescimento industrial global nos anos seguintes, como comprovam seus dados:

De fato, após cair cerca de 10% entre 1928 e 1930, e ficar estagnada em 1931-32, a produção industrial cresceu entre 1933 e 1939 a uma taxa média anual de 10%. A produção de setores tradicionais de bens de salário (excetuando têxteis) cresceu comparativamente menos, enquanto os setores têxtil e químico e de papel, cimento, aço e pneus tiveram crescimento anual muito superior a 10%. (ABREU, 1999, p. 204, grifo nosso).

Mesmo com o acordo que favorecia as manufaturas americanas, em 1935 os EUA protestaram contra o comércio de compensação com a Alemanha. O governo brasileiro alegou que não poderia perder os mercados que operavam sobre essa forma.

Retornando para a política externa, em 1936, ocorreu na cidade Buenos Aires a Conferência Interamericana de Paz. Roosevelt esteve presente, inaugurou a Conferência, e propôs um acordo que responsabilizasse todas as nações americanas pela repressão das revoltas que ameaçavam a paz dos vizinhos e a segurança dos investimentos. Mesmo sem a percepção latente de que um conflito estava próximo de ocorrer, os Estados Unidos buscavam, segundo Hilton (1977a), o isolamento do Hemisfério Ocidental, com objetivo claro de evitar o avanço da penetração alemã e japonesa na América do Sul.

Conforme Moura (1980), a proposta dos Estados Unidos estabelecia o princípio pelo qual a ameaça à segurança de qualquer nação americana seria considerada uma ameaça contra a segurança de todas. Com isso, pretendia vincular a segurança dos Estados Unidos à de todo continente. O pan-americanismo ganhava força a cada ano em um cenário geopolítico turbulento, com o rápido crescimento econômico e militar da Alemanha.

A presença de Roosevelt refletia a importância que os Estados Unidos davam naquele momento a um continente unido politicamente. Getúlio Vargas declarou pessoalmente que, uma Conferência Pan-Americana naquele momento era “não apenas oportuna, mas contava com simpatia do governo e do povo brasileiro, pois o Brasil está convencido de seu destino continental” (SEITENFUS, 1985, p. 125). O objetivo dos Estados Unidos, naquele momento, era manter a paz no continente e solidificar a união pan-americana.

Para Seitenfus (1985), havia unanimidade entre os Estados quanto à manutenção da paz, mas houve divergência para se determinar os meios a serem utilizados para alcançá-la. A posição da Argentina foi a única coisa que impediu uma resolução

conjunta para a implementação da Declaração de Buenos Aires, que estatuiu que qualquer ato suscetível de perturbar a paz do hemisfério dizia respeito a todos os Estados.

A proposta dos EUA implicava em uma obrigação de consulta entre os Estados americanos, caso surgisse um conflito armado, e era isso que a Argentina não queria comprometer-se. Vinculada politicamente e economicamente muito mais à Europa do que aos Estados Unidos, a Argentina procurou ao máximo manter a neutralidade e evitar o “alinhamento excessivo” aos Estados Unidos, que poderia lhe tirar margem de manobra em acordos comerciais com países europeus (SEITENFUS, 1985).

Representantes norte-americanos esforçaram-se então, para fazer com que fosse aprovada a institucionalização de reuniões extraordinárias de Ministros estrangeiros do continente, que poderiam se reunir a qualquer momento diante da simples convocação de um dos membros, a fim de se tomar medidas para salvaguardar a paz no continente americano. Todavia, a Argentina manteve-se irredutível. De acordo com Seitenfus (1985) veio do Brasil a proposta que evitou que a Conferência se torne um fracasso:

O impasse criado na conferência pela oposição argentina incita o Brasil a propor que, em caso de litígio entre os países americanos ou de perigo extra-continental, possam ter lugar consultas entre os membros do movimento, mas guardando um caráter facultativo. Em outros termos, a proposta do Itamarati mantém a idéia básica expressa pelo Departamento de Estado, mas retirando dela o caráter coercitivo, já que se torna uma simples recomendação. A Argentina não tem razão alguma para opor-se, e o conjunto da conferência adota a proposta do Itamarati. (SEITENFUS, 1985, p. 126).

A partir daí, os Estados Unidos procurarão abordar a questão da defesa continental de forma mais individualizada, ou seja, buscando acordos e parcerias individualmente com cada país, ao invés de tentar extrair resoluções de Conferências Pan-Americanas. Nesse projeto, o Brasil era peça fundamental, afinal, como o próprio Aranha afirmaria dois anos depois a Welles: “Armar o Brasil é preparar a defesa de metade da América do Sul e favorecer a segurança da outra metade” (HILTON, 1977a, p. 300).

Foi ainda no ano de 1936 que começaram as negociações entre Estados Unidos e Brasil sobre a possibilidade de empréstimos financeiros. Uma das principais demandas brasileiras naquele momento era um empréstimo para a construção de um Banco

Central. Os Estados Unidos tentam em 1936 “cativar” as autoridades brasileiras para um alinhamento político e econômico, e acenaram em 1937 (quando Macedo Soares visitou os Estados Unidos pouco depois da Conferência em Buenos Aires) com a real disposição de conceder ao Brasil um empréstimo de 50 milhões de dólares-ouro para o projeto do Banco Central (HILTON, 1977a).

A expansão das exportações alemãs para o Brasil e das exportações brasileiras para a Alemanha assustavam os norte-americanos²¹. Entretanto, a ajuda militar que o Brasil tanto demandava ainda estava longe de acontecer. Os Estados Unidos tentavam de outras formas fazer o Brasil “pender” progressivamente para a sua esfera de influência.

Poucas semanas após a Conferência de Buenos Aires, o subsecretário de Estado norte-americano Sumner Welles esteve no Rio de Janeiro, onde manteve conversas com autoridades brasileiras sobre o comércio de compensação entre Brasil e Alemanha. Os americanos atacaram o comércio de compensação afirmando que, embora não pretendessem obter proteção especial para seus produtos, os Estados Unidos sustentavam que os acordos de compensação colocavam em desvantagem o comércio de países que negociavam em bases liberais. Mas as autoridades brasileiras rebateram os argumentos alegando que os importadores brasileiros naturalmente comprariam de quem oferecesse melhores preços. A visita de Welles ao Brasil preparou outra missão ainda mais importante aos EUA, do Ministro da Fazenda Souza Costa alguns meses depois.

Em junho de 1937, o Ministro da Fazenda Souza Costa viajou aos Estados Unidos por iniciativa de Osvaldo Aranha, que temia represálias por parte dos Estados Unidos por conta do comércio de compensação. A comissão brasileira era formada, além do ministro, pelo diretor do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), um representante do Banco do Brasil e por Valentim Bouças (representante brasileiro do *International Business Machine* e também diretor da Seção Técnica do CFCE).

A pauta da viagem de Souza Costa era discutir os problemas comerciais (principalmente a questão do comércio germano-brasileiro), dívida externa e o

²¹ Segundo dados de Hilton (1977a, p. 230): “De acordo com um memorando feito para ser utilizado por Welles no Rio de Janeiro, as exportações do *Reich* durante a primeira metade do ano (1936) atingiram um montante da ordem de um quarto das importações globais do Brasil”.

empréstimo para criação do Banco Central. Os norte-americanos propuseram os seguintes termos ao Brasil:

... (a) que estabelecesse tetos às exportações em marcos de compensação; (b) que solicitasse à Alemanha que pagasse 35% de suas importações do Brasil em divisas conversíveis; (c) que reconhecesse o problema em uma nota aos EUA e buscasse garantias da Alemanha de que suas exportações não estavam sendo subsidiadas, com o Brasil se prontificando a impor direitos compensatórios caso necessário; (d) que se estabelecessem duas comissões para estudar os problemas do comércio Brasil-Estados Unidos. (ABREU, 1999, p. 173).

As discussões resultaram numa nota emitida no dia 14/07/37, na qual o Brasil faria esforço para que produtos importados pelo Brasil não fossem subsidiados e pudessem, portanto, concorrer com a produção norte-americana. A negociação ficou acordada no final da seguinte maneira:

... limitação de exportação de certos produtos brasileiros para a Alemanha; esforço brasileiro em conseguir do governo nacional-socialista que não subsidiasse diretamente os produtos de sua exportação; e constituição de duas comissões fiscalizadoras, uma nos Estados Unidos e outra no Brasil, para acompanhar o desempenho do comércio exterior brasileiro. (MOURA, 1980, p. 94).

Os termos citados acima, na prática, em nada afetavam o comércio de compensação com a Alemanha. Na realidade, a análise dos dados do comércio entre Brasil e Alemanha (tabelas 2 e 3 do capítulo 3) permite perceber que o comércio entre Brasil e Alemanha foi crescente entre 1937 e 1938. Para Abreu (1999), o objetivo principal da missão parece ter sido avaliar a possibilidade de retaliação norte-americana, caso o comércio compensado com a Alemanha continuasse.

Na questão da dívida externa e de um empréstimo para a criação do Banco Central, os dividendos foram ainda maiores. O governo americano aceitou a proposta do Brasil de tratar a dívida brasileira nos Estados Unidos separado da dívida da Europa (e não em conjunto), e colocou à disposição do Brasil cerca de 50 milhões de dólares para construção do Banco Central como mencionado acima. Tanto Moura (1980) quanto Hilton (1977a) afirmam que a missão foi para os Estados Unidos um fracasso, e uma vitória para os interesses brasileiros.

Mas por que os Estados Unidos fizeram concessões ao Brasil na esfera comercial e financeira? Por que não retaliaram perante o comércio de compensação do Brasil com a Alemanha, e por que se dispunha a realizar empréstimos para o comércio e a construção do Banco Central? A resposta a essas perguntas parece estar na nossa argumentação de que não se tratavam de interesses puramente econômicos que estavam em jogo nas missões diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos e nas Conferências Interamericanas.

Como já afirmamos no início desse trabalho, o que estava em jogo para os Estados Unidos não era apenas tirar dividendos dos tratados comerciais (a despeito dos benefícios que o setor exportador manufatureiro obteve com o Tratado de 1935), mas sim consolidar o Brasil como aliado estratégico na América do Sul. Para isso, os Estados Unidos abdicaram de uma política externa e comercial mais agressiva com vistas a alcançar apoio político de longo prazo.

Também para Abreu (1999), não é possível compreender que os norte-americanos não tenham adotado medidas mais firmes sem recorrer a explicações políticas, mas não exclui completamente as motivações econômicas por trás da política externa americana. No caso da criação de um Banco Central, as próprias autoridades brasileiras percebiam que o apoio americano à sua construção colocaria o Brasil definitivamente na esfera do dólar.

A recessão norte-americana de 1937 afetou as exportações brasileiras de forma global, ainda que Vargas tenha adotado uma política cambial que levou a um aumento de 40% na quantidade de café exportado entre 1937-39 (ABREU, 1999). Isso, no entanto não foi suficiente para conter a crise das finanças nacionais e o governo decretou moratória em 1937. A moratória agradava alguns setores do governo, como os militares que defendiam que parte dos recursos destinados ao pagamento da dívida deveria ser destinada à defesa.

2 Estado Novo e a “eqüidistância pragmática”.

2.1 Conferências Pan-Americanas e intensificação das negociações militares.

Em 1937, disputas políticas internas envolvendo possíveis nomes para a sucessão presidencial prepararam o terreno para o golpe do Estado Novo. Não cabe neste trabalho adentrarmos nas questões e nos motivos que levaram Vargas a instaurar uma ditadura no Brasil a partir de 1937. No entanto, é importante destacar que as Forças Armadas foram uma importante força política que deu sustentação para o golpe de novembro de 1937. Segundo Seitenfus (1985), Vargas recebeu apoio das Forças Armadas em setembro de 1937, após contato com Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e propôs um *putsch*.

Faltava apenas forjar um clima de instabilidade política no país (ou “estado de guerra”) que legitimasse o golpe. Foi então que surgiu o “Plano Cohen” publicado dia 29 de setembro de 1937, aparentemente um plano preparado pelos comunistas que visavam à tomada do poder. Apesar de ter sido atribuído aos comunistas, segundo Seitenfus (1985), o autor do plano foi um capitão do exército e simpatizante integralista, Olímpio Mourão Filho. O plano foi visto por Vargas e pelo chefe do Estado-maior do Exército, Góis Monteiro, como oportunidade para prolongar o “estado de guerra”.

Ainda de acordo com Seitenfus (1985), a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado, viu com bons olhos o golpe, pois as atitudes de Vargas ao longo do ano de 1937 foram ambíguas em relação ao Integralismo e pareciam supor que haveria espaço para a corrente fascista no governo pós-1937²². No entanto, Vargas em seu pronunciamento à Nação, no dia 10 de novembro, em momento algum menciona os Integralistas e é a própria Constituição do Estado Novo que vetou qualquer

²² Segundo Hilton (1977b, p. 48): “O próprio Vargas, naquele momento do mesmo mês (em 1937), encontrou-se secretamente com Salgado na casa do industrial Renato de Rocha Miranda, amigo comum e membro da AIB. O Presidente, com seu Ministro da Guerra anteriormente, expressou satisfação com o trabalho de Salgado, reconhecendo que a propaganda Integralista desde 1932 reforçara a ‘campanha nacionalista, anticomunista e anti-regionalista’ que ele, Vargas vinha promovendo. Prosseguiu, falando de uma nova ordem a ser instalada na qual ‘gente nova, com nova mentalidade’ substituiria os políticos, e terminou oferecendo a pasta da Educação, no novo regime, ao partido integralista”.

possibilidade de participação dos Integralistas ao proibir as atividades de todos os partidos políticos no país:

“Essa medida é não-discriminatória e se aplica a todos os grupos políticos existentes. De fato, porém, ela visa antes de tudo à AIB, e o decreto-lei estipula, em seus considerandos, que seu objetivo é o de instituir “um regime de paz social e de ação política construtiva”. (SEITENFUS, 1985, p. 157).

A tentativa de golpe dos integralistas ao Palácio Guanabara foi o último episódio da participação dos Integralistas na política do Estado Novo. Para Hilton, teria pesado na decisão de Vargas de eliminar os integralistas da vida política nacional o alarma com que alguns setores da imprensa e da opinião pública norte-americana receberam o Estado Novo, visto por muitos como um golpe fascista: “O departamento de Estado temia que uma forma totalitária de governo num país pudesse se alastrar ‘como uma doença’ e romper a solidariedade hemisférica ‘tão laboriosamente cultivada’ nos anos mais recentes”. (HILTON, 1977a, p. 292).

As similaridades e divergências entre o Estado Novo e os fascismos europeus serão melhores analisadas no próximo capítulo. Nesse capítulo, nos limitaremos apenas a analisar a política externa e comercial do Estado Novo face aos Estados Unidos, que é a mais importante para nosso objeto de estudo. Apesar de possíveis semelhanças entre o Estado Novo brasileiro e os fascismos europeus, alguns autores como Seitenfus (1985) defendem que foi a partir de 1937 que se iniciou a política externa mais alinhada aos Estados Unidos.

Concordamos com o autor de que a política externa do Estado Novo, em virtude das circunstâncias internacionais e das demandas internas, não poderia escolher livremente seus objetivos. Mesmo assim, veremos que mesmo com atritos diplomáticos entre Brasil e Alemanha em 1938, foi neste ano de 1939 que a oscilação ou “equidistância pragmática” atingiu seu ápice. E somente a partir de 1938 o Brasil conseguiu atingir seus objetivos de reequipamento das Forças Armadas através do comércio com a Alemanha.

Num primeiro momento, houve certa apreensão nos Estados Unidos em relação ao golpe do Estado Novo. A imprensa americana acusava a natureza supostamente fascista do regime e deduziu que a mudança poderia ter alguma relação com o eixo

Roma-Berlim. O influente Cordell Hull desejava saber qual era verdadeira natureza do novo regime e se havia inspiração nos regimes fascistas europeus.

De acordo com McCann (1995), os esclarecimentos vieram do Ministro das Relações Exteriores – Macedo Soares – no próprio dia do golpe. O ministro procurou deixar claro para o embaixador americano no Rio de Janeiro, Jefferson Caffery, que o Brasil daria continuidade à sua política externa, principalmente em suas relações cordiais com os Estados Unidos:

A nova Constituição, afirmou, não era de modo algum integralista, nazista ou fascista, e seu governo não tinha conexão alguma com as potências do Eixo. Enfatizou que desejava manter relações próximas com os Estados Unidos. (MCCANN, 1995, p. 53).

Ainda segundo o autor, a eliminação dos integralistas na vida política do país ajudaria, na percepção de Vargas, a eliminar qualquer suspeita de que o golpe de 1937 pudesse ter relação com as potências do Eixo. Outra figura importante no círculo político de Vargas, que ajudou a afastar o temor do caráter fascista do golpe de 1937 em relação aos Estados Unidos, foi Osvaldo Aranha, que no momento do golpe ainda era embaixador nos Estados Unidos.

Aos dias que se seguiram ao golpe, Aranha procurou amenizar os temores norte-americanos. Segundo consta nos memorandos oficiais do governo brasileiro, veio do próprio Vargas o pedido à Aranha que esclarecesse as apreensões do governo de Washington quanto à política de amizade com os Estados Unidos. Por fim, para suprimir qualquer rumor sobre o caráter fascista do Estado Novo, o Itamaraty publicou uma Circular às Missões Diplomáticas no dia 17 de novembro, que não deixava dúvida sobre o verdadeiro caráter do regime:

A transformação política por que acaba de passar o Brasil em nada altera a sua tradicional política internacional. Continuamos fiéis como sempre aos ideais democráticos, pacifistas e pan-americanistas, para a realização dos quais estamos agora com meios de ação mais fortes, rápidos e decisivos. A nossa carta política não obedece aos ditames de nenhuma ideologia exótica. Ela consagra a realidade brasileira e se ajusta às nossas necessidades dentro do mundo moderno. Não nos seduziram conselhos, inspirações ou sugestões, que nunca existiram nem o nosso patriotismo admitiria, de qualquer líder de

grande fama mundial. Não cogitamos também por nós mesmos de imitar exemplos de fora²³.

Não é adequado, portanto, associar politicamente e ideologicamente o Estado Novo ao nazismo ou fascismo europeu, a despeito de certas semelhanças como veremos no próximo capítulo. O governo Vargas, após 1937, buscou na ideologia nazi-fascista alguns elementos que lhe eram convenientes naquele momento, em face da conjuntura política nacional e internacional. Mas no que diz respeito especificamente à política externa, o governo não tardou a desmistificar qualquer suspeita entre o novo regime e os fascismos europeus.

Mesmo assim, diante do turbulento quadro político do Brasil, Aranha pediu demissão do cargo, “a fim de fazer uma análise *in loco* e melhor captar a nova situação política” (SEITENFUS, 1985, p. 159). Vargas negou num primeiro momento a demissão de Aranha, pois considerava seu posto de embaixador nos Estados Unidos importante para a manutenção dos vínculos com os Estados Unidos, e para explicar ao governo norte-americano o verdadeiro caráter do novo regime. Mesmo assim, Aranha deixou seu posto em Washington depois de tranquilizar a imprensa norte-americana, informando que o novo governo não tinha vínculo com as potências do Eixo, e desembarcou no Rio de Janeiro em dezembro de 1937. De volta ao Brasil, Aranha apoiou o novo governo, mas impõe suas condições:

... abertura de negociações imediatas sobre os juros da dívida externa, cujo pagamento foi suspenso; o controle do comércio, a fim de colocar em pé de igualdade a circulação das mercadorias compensadas e aquelas que não o são; o respeito à Constituição, quando ela for aprovada por via referendária; a elaboração de um plano de desenvolvimento dos recursos nacionais com a ajuda externa; o estreitamento dos vínculos com os Estados Unidos; e por fim, a de ser nomeado Ministro das Relações Exteriores (SEITENFUS, 1985, p. 159, grifo nosso).

Oswaldo Aranha assumiu o Ministério das Relações Exteriores em março de 1938. Aranha, que já tinha sido figura importante desde a Revolução de 1930, era visto por Vargas como uma figura estratégica para assumir o Ministério das Relações

²³ Circular do Itamaraty às Missões Diplomáticas, de 17 de novembro de 1937, transcrita na obra de Seitenfus (1985, p. 164, grifo nosso).

Exteriores. Com Aranha no Itamaraty, Vargas tinha certeza que os laços com os Estados Unidos não seriam perdidos e a possibilidade de se vincular o Estado Novo ao fascismo europeu seria definitivamente afastada.

Para Seitenfus (1985), a posse de Aranha no Ministério não foi apenas uma vitória pessoal sua, mas, sobretudo de uma política externa que seria cada vez mais voltada ao alinhamento com os Estados Unidos. A posse de Aranha significava a vitória do Pan-Americanismo e do reforço dos vínculos com os Estados Unidos.

Ainda para o autor, o essencial a ser verificado com a posse de Aranha no Ministério das Relações Exteriores era a existência de um desejo profundo por parte da diplomacia brasileira de pôr fim ao duplo jogo diplomático entre Estados Unidos e Alemanha. Em suas palavras, “a partir da entrada de Aranha, as relações do Rio de Janeiro com Roma e Berlim entrarão em crise profunda” (SEITENFUS, 1985, p. 167). No entanto, há de se ter cuidado com essa interpretação para não confundir crises diplomáticas com crises nas relações comerciais.

Como veremos detalhadamente na parte 2 deste trabalho, os anos de 1938 e 1939 foram os mais prósperos no comércio com a Alemanha, tanto em relação aos produtos que o Brasil já exportava para a Alemanha (com destaque para o algodão) quanto no comércio de armas. As crises diplomáticas entre Brasil e Alemanha nesses dois anos, que incluiu fortes desavenças entre embaixadores, não foram suficientes para diminuir o comércio teuto-brasileiro, que atingiu cifras recordes em 1938.

O próprio Osvaldo Aranha, que sempre fora defensor do comércio em bases liberais com os Estados Unidos, e crítico do comércio de compensação com a Alemanha, ficou mais cauteloso ao perceber que somente a Alemanha podia efetivamente diminuir a vulnerabilidade externa brasileira em 1938 e 1939. Mesmo assim, seus esforços à frente do Ministério das Relações Exteriores foram no sentido de consolidar a aliança Brasil-Estados Unidos, ao mesmo tempo em que a administração Roosevelt promovia um revigoramento da Boa Vizinhança.

Roosevelt, assim como Aranha, desejava preservar a amizade entre os dois países mediante a *americanização* do Brasil, mas sabia que para isso seria necessário ajudas concretas para os projetos de Vargas.

Isso na prática significava que Getúlio poderia esperar mais dos Estados Unidos para consolidar seus projetos do Estado Novo, que tinha dois importantes pilares: industrialização e reaparelhamento das Forças Armadas. Segundo McCann (1995, p. 63): “O presidente do *Export-Import Bank* estava pronto para ir ao Rio de Janeiro discutir as providências do financiamento, quando Vargas o desejasse”.

No final de 1938, conforme as fontes de Abreu (1999), funcionários do Tesouro Americano pensavam de forma muito ambiciosa em relação ao Brasil, pois viam o país como o melhor caso para iniciar assistência econômica à América Latina. Ao invés de limitarem os esforços a representações e missões diplomáticas, que pouco efeito parecia surtir, o governo americano tomou consciência que uma das únicas maneiras do Brasil abandonar suas práticas comerciais com a Alemanha, e ainda por cima afastar possíveis aproximações políticas com o III *Reich*, seria fornecer assistência concreta aos projetos do governo Vargas. Naquele momento, possíveis formas de assistência seriam:

... (a) um empréstimo em ouro de US\$ 50 milhões ao Brasil (o ouro seria reservado no FRBNY, e somente seria usado após a exaustão das reservas brasileiras; o empréstimo seria a princípio por seis meses, renovável a cada três, a juros de 0,5% acima da taxa de desconto do FRBNY); (b) abertura de uma linha de crédito de US\$ 50 milhões para financiamento de exportações norte-americanas para o Brasil; (c) um empréstimo de US\$ 100 milhões da *Reconstruction Finance Corporation* (a juros de 3%, com pagamentos anuais de 6% do valor devido), em parcelas trimestrais de US\$12,5 milhões, condicionado a: (i) que o Brasil aportasse pelo menos um terço do valor total dos recursos investidos em cada projeto; (ii) que o controle ficasse em mãos brasileiras; (iii) que pelo menos um quarto do empréstimo fosse gasto nos EUA (devendo todas as importações ser obtidas nos EUA); (iv) que os projetos fossem selecionados de modo a garantir benefícios em prazo relativamente curto. (ABREU, 1999, pp. 155-156).

Ao longo do ano de 1938 aumentou a percepção, por parte das autoridades políticas brasileiras, de que um conflito armado internacional estava prestes a acontecer. No Brasil, as atenções se voltavam para a Argentina. Para McCann (1995), os Estados Unidos começaram a se preparar para uma confrontação em 1938, e isso levou a uma reformulação da política externa para América Latina para que fosse fortalecida a unidade continental.

Oswaldo Aranha, já como Ministro das Relações Exteriores, vinha propondo aos EUA que fosse discutido pactos de cooperação na área da defesa. O Secretário Hull, preocupado com o crescimento da Alemanha nazista na América do Sul e sua possível

influência política, convocou uma conferência interministerial para discutir ajuda militar aos países latino-americanos. O encontro foi realizado em janeiro de 1938, e o Departamento de Estado determinou a prestação de ajuda militar para fortalecer a união pan-americana liderada pelos EUA. Cinco foram as medidas propostas pelo Departamento de Estado na área da cooperação militar:

... treinar militares latino-americanos nas escolas das Armas nos EUA; realizar voos frequentes de demonstração de aeronaves americanas e visitas de navios de guerra; convidar oficiais latino-americanos de alta hierarquia para visitar os EUA; fornecer publicações das Forças Armadas para as bibliotecas militares e designar outros adidos militares e navais na área. (MCCANN, 1995, p. 93).

Ainda conforme o autor, o Exército acrescentou duas sugestões: incentivar a aviação comercial americana na América Latina e promover as vendas de armas americanas. Essa era a primeira vez que se falava nos círculos políticos norte-americanos sobre vender armamento para países da América Latina.

No dia 08 de junho, o subsecretário Welles explicou ao embaixador Pimentel Brandão que os Estados Unidos colocariam à disposição do Brasil, e de outros países latino-americanos, assistência em treinamento militar, mas não havia falado ainda nada que dissesse respeito à venda de armas. Aranha enviou uma carta a Welles no final de outubro com o seguinte conteúdo: “Tenho para mim que, se formos assistidos e auxiliados com material militar e naval, poderemos fácil e vitoriosamente enfrentar qualquer agressão” (HILTON, 1977a, p. 300).

No dia 14 de novembro, Roosevelt se reuniu com assessores civis e militares para discutir defesa nacional e segurança no hemisfério. Desse encontro, Welles respondeu a carta de Aranha afirmando que o Presidente Roosevelt concordava em que uma projetada resolução congressional autorizasse o Departamento de Guerra a vender material bélico aos países latino-americanos (HILTON, 1977a).

Nesse aspecto chama a atenção o fato de que em todos os acordos comerciais estabelecidos entre Brasil e Estados Unidos, não foi discutido em nenhum a venda de armas até o final de 1939. Por que então, os Estados Unidos não venderam nenhum tipo de armamento até 1939, e sequer as missões diplomáticas entre os dois países envolveram a discussão sobre defesa continental com propostas concretas dos Estados

Unidos para a defesa e/ou reequipamento militar dos aliados latino-americanos? Para McCann, porque os Estados Unidos ainda não estavam em condições de fornecer proteção a nível continental. Havia ainda outros motivos:

... legislação restritiva, incapacidade da indústria americana de oferecer preços e condições de pagamento competitivo com relação às propostas alemã, o desejo do Governo brasileiro de conseguir o máximo em quantidade de armas pelo preço mínimo e a oposição da Argentina. (MCCANN, 1995, p. 94).

Ainda segundo o autor, em janeiro de 1937, Vargas propôs a Roosevelt que fosse discutido formas de cooperação militar e naval, que incluía a construção de uma base naval num porto brasileiro para utilização dos norte-americanos. Mas a “sugestão não deu em nada, porque os EUA não estavam preparados àquela época, para ir tão longe” (MCCANN, 1995, p. 94).

O Departamento de Estado reavaliou, portanto, pela primeira vez em 1938, sua posição na questão da venda de armas para América do Sul. Conforme informações de Hilton (1977a), para que fosse realizada a venda de armas de empresas privadas para o governo brasileiro seria necessário revisar os regulamentos existentes (que até então não permitiam). A sugestão do exército então foi de que o próprio governo norte-americano realizasse a venda de armamento, mas o Departamento de Estado ainda não estava disposto a mudar sua política e vender armas num momento em que a presença da Alemanha na América do Sul parecia tão forte. Era necessário fortalecer o pan-americanismo ainda mais.

Para Seitenfus (1985), a crise nas relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha permitiu uma brecha para aproximação entre Brasil e Estados Unidos. Enquanto as duas embaixadas permaneciam sem embaixadores, no Rio de Janeiro e em Berlim, em dezembro de 1938 foi realizada a Oitava Conferência Pan-Americana em Lima.

O Ministro Osvaldo Aranha não pôde comparecer e Vargas instruiu a delegação brasileira, chefiada por Afrânio de Melo Franco, a colaborar com a representação dos Estados Unidos. O objetivo era fazer com que a Conferência de Lima não resultasse em fracasso para o movimento Pan-Americano de consolidação de aliança a nível continental, como ocorreu em Buenos Aires em 1936. Por isso, a delegação brasileira

conduziu as negociações com o governo da Argentina para que resoluções unânimes, relacionadas à defesa do continente, pudessem ser aprovadas naquele momento.

Aranha declarou que era importante que os EUA ajudassem os demais a se armar, e evocou novamente a necessidade de o Brasil estar devidamente armado contra agressores externos, ressaltando a importância do país devido suas dimensões territoriais. As proposições do Departamento de Estado para a Conferência de Lima eram:

... i) reafirmação do princípio de solidariedade continental, o que significa a adoção da regra da segurança coletiva; ii) defesa continental contra ameaças externas; iii) reunião não-protocolar e urgente dos ministros das Relações Exteriores quando uma situação, continental ou extra-continental, o exigir; iv) não-reconhecimento das aquisições territoriais realizadas através de coerção ou força; v) rejeição do conceito de minoria étnica, linguística ou religiosa. (SEITENFUS, 1985, p. 235).

Estava também implícito, dentro das propostas americanas para a Conferência, combater a penetração do Eixo na América Latina. Por motivos que não vêm ao caso aprofundar, a posição irredutível da Argentina impedia a tomada de decisão de tornar coercitivas as disposições pan-americanas. Afrânio de Melo Franco presidiu a primeira comissão que debateu questões relativas à paz continental. Suas propostas permitiram desbloquear a Conferência e aprovar resoluções referentes à defesa continental, ainda que em caráter não obrigatório por parte dos países da América do Sul:

Nesse documento (Declaração de Lima), os governos dos Estados americanos reafirmam a solidariedade continental e se propõem a “colaborar entre si para defender os princípios sobre os quais se baseia essa solidariedade”. O princípio mais importante da declaração é o que consagra a não-intervenção estrangeira nas questões continentais. A esse respeito, a Declaração de Lima sublinha que, no caso de haver uma intervenção extracontinental nas questões americanas ou ainda no caso de a paz ou a integridade territorial de um dos Estados americanos ser ameaçada, os outros Estados deverão, de comum acordo, entrarem em entendimento. (SEITENFUS, 1985, p. 238).

A conferência previa ainda a convocação de reuniões extraordinárias de Ministros das Relações Exteriores, caso a conjuntura política internacional demandasse. O que tornou possível a aprovação da Declaração de Lima foi a resolução que tornava facultativo a participação dos países signatários a participarem ou não de reuniões

extraordinárias. Essa resolução foi a condição imposta pela Argentina para assinatura da Declaração. Pode-se afirmar, portanto, que o movimento pan-americano saiu fortalecido da Conferência de Lima, pois o princípio da não intervenção estrangeira nos assuntos do continente foi consagrado.

De acordo com Svartman (2008), as negociações em torno de uma cooperação militar, para além daquilo que os Estados Unidos propunham para a América Latina nos termos do pan-americanismo, começaram a ser delineadas às vésperas da Conferência de Lima e foram intensificadas com as visitas dos Chefes de Estado-Maior dos dois países: George Marshall e Góes Monteiro. Mas no que se refere à aquisição concreta de armas, destaca que ainda levaria muito tempo para os militares brasileiros terem em mãos armas “*made in USA*”:

O clima ainda era de confiança e cordialidade, tanto que o número de oficiais de ambos os países envolvidos no processo crescia. Porém começava a ficar evidente para a cúpula militar brasileira que as esperadas armas tardariam bastante. Na correspondência trocada por Marshall e Góes, nas semanas seguintes, que coincide com o início da fase européia da guerra, o militar norte-americano informa que a legislação de seu país impedia a venda de armas para o exterior nos termos desejados pelo Brasil, e Góes replica que seu país não dispõe de recursos para organizar sua segurança e ficaria, então, no “aguardo” para que os EUA fornecessem a sua ajuda indispensável. (SVARTMAN, 2008, p. 84, grifo nosso).

Para Seitenfus (1985), o Brasil foi o país que mais teve iniciativas que iam ao encontro dos desejos norte-americanos. Osvaldo Aranha, segundo memorandos trocados entre o Ministro e o próprio Vargas, teria lamentado o caráter não obrigatório das resoluções e mostrou-se disposto a cooperar com todas as proposições norte-americanas. Seu apoio irrestrito aos Estados Unidos rendeu-lhe um convite do Secretário de Estado Cordell Hull para uma visita em Washington a fim de tratarem de questões de comum interesse.

O Brasil percebe nesse momento que poderia colher melhores frutos caso tratasse de suas questões na área da defesa através de acordos bilaterais, ao invés de resoluções aprovadas em Conferências Pan-Americanas. No mês seguinte à Conferência de Lima, em janeiro de 1939, o governo brasileiro e norte-americano acertam a viagem do Ministro Aranha aos Estados Unidos, visita que ficou conhecida como “Missão Aranha”.

A imprensa norte-americana anunciava ao longo do ano de 1938 notícias alarmantes sobre a presença alemã no Brasil e a força do comércio alemão. Temia-se que a influência econômica poderia se tornar influência política²⁴. Além da ampla proposta do Tesouro americano de ajuda financeira ao Brasil, apresentada anteriormente, o secretário Morgenthau chegou a afirmar em mensagem a Roosevelt, no dia 17 de outubro, que se não fosse ampliada a ajuda, “os países da América Latina tornar-se-iam ‘um terreno desamparado para a exploração política e econômica’ das nações agressoras” (HILTON, 1977a, p. 297).

Já estava na agenda norte-americana oferecer ajuda financeira ou outra forma de apoio para os projetos latino-americanos em troca de apoio político. Para Hilton (1977a, p. 297): “Tinham em vista não apenas empréstimos em ouro para a estabilização da moeda e créditos para liquidação de débitos comerciais, mas também empréstimos para o desenvolvimento, a longo prazo, para uma reestruturação básica das economias nacionais”.

Ou seja, ao invés de uma possibilidade de retaliação, devido ao comércio com a Alemanha, a conjuntura política internacional do pré-guerra parecia indicar uma tendência contrária: a de que os Estados Unidos estariam dispostos a oferecer ainda mais ao Brasil para consolidá-lo como aliado estratégico na América do Sul. Por isso nosso argumento nesse trabalho de que a “equidistância pragmática” esteve bem perto de ser concretizada nos anos de 1938 e 1939.

A possibilidade de uma retaliação naquele momento era pequena, como bem havia percebido o governo brasileiro. Na percepção do governo Vargas, e mais precisamente de Aranha, o momento para obter ganhos com o alinhamento aos Estados Unidos era mais adequado do que nos anos anteriores. Assim, foi orientada a política externa do governo sob o comando de Aranha.

No dia 09 de janeiro, Vargas recebeu de Roosevelt um telegrama convidando Aranha a ir a Washington para tratar de assuntos de interesses dos dois países. Vargas aceitou prontamente o convite do presidente americano. Conforme as fontes de

²⁴ Conforme Hilton (1977a, p. 296): “Warren Pierson, diretor do *Export-Import Bank*, em artigo para o *Times*, após uma viagem para a América do Sul escreveu: ‘a penetração comercial é frequentemente seguida pela dominação política’. A rivalidade alemã na América do Sul, naturalmente, foi um dos principais temas de discussão na convenção anual do Conselho Nacional de Comércio Exterior, inaugurada em Nova Iorque em 31 de outubro.

Seitenfus (1985), Vargas teria pedido ao Departamento de Estado que enviasse ao Itamarati a lista das questões que os Estados Unidos gostariam de abordar com o embaixador brasileiro.

O autor chama a questão para o fato de Vargas (que não era um americanófilo como Aranha) ter dado total liberdade ao Departamento de Estado para montar a pauta do encontro, enquanto ele mesmo, não ofereceu *a priori* sugestões para as negociações. Para Seitenfus (1985), esses são indicativos da vontade brasileira de cooperar com Washington.

Do nosso ponto de vista, a atitude de Vargas pode ser compreendida como cautela em relação ao quadro geopolítico internacional e suas ambições de obter dividendos com uma aliança com os EUA. Aranha sabia que o interesse da Alemanha pelo Brasil era seu grande trunfo. Segundo consta num memorando redigido supostamente pelo próprio Aranha, ao longo da viagem pelos EUA,

... a assistência para o desenvolvimento do Brasil, particularmente nas áreas do aço e dos transportes, tinha sido oferecida “em diversas ocasiões pelos países totalitários –a Alemanha, a Itália, o Japão –, cujas necessidades de matérias primas são prementes [...] Se não puder contar com a colaboração dos Estados Unidos [...]”, dizia ainda o memorando, o Brasil será forçado a aceitar a de outro país industrial. (HILTON, 1977a, p. 305, grifo nosso).

Os norte-americanos dividiram a pauta do encontro em dois grupos: o primeiro seria resolvido com o Tesouro e dizia respeito a questões relativas à modalidade do financiamento de um programa de desenvolvimento econômico em larga escala no Brasil; tratamento que deveria ser dado ao capital norte-americano investido no Brasil; controle de câmbio; dívida externa e suspensão do pagamento dos juros; medidas a serem tomadas para a criação do Banco Central.

Não entraremos na análise dessas questões por não fazer parte de nosso objeto de estudo, mas adiantamos que de toda a pauta abordada no encontro, aquelas referente ao Tesouro foram as que mais se concretizaram.

O outro grupo compunha-se de questões que foram abordadas pelo Departamento de Estado, compreendendo os seguintes pontos: i) elaboração de um plano de cooperação entre os dois governos a propósito das questões referentes à defesa

nacional do Brasil; ii) desenvolvimento dos recursos e do comércio brasileiro; iii) assuntos diversos (controle da navegação aérea, programas de rádio, refugiados, etc). Aranha fez discursos exaltando o cenário geopolítico de rivalidade interestatal e ampla disponibilidade de recursos naturais que havia no Brasil ainda inexplorado.

A questão militar era de extrema importância para o Brasil, e mais ainda para o círculo militar de Góes Monteiro e Dutra. Conforme Hilton (1977a), o primeiro item da agenda que Hull sugerira para as conversas com Aranha foi cooperação no programa brasileiro de defesa. Roosevelt estava ansioso em promover um entendimento militar com o Brasil, e propôs a Aranha intercâmbio de visitas entre os chefes de Estado-Maior brasileiro (Góes Monteiro) e americano (George Marshall), com o objetivo de discutir as necessidades de defesa e as formas de cooperação.

Para Seitenfus (1985), a missão Aranha correspondia às aspirações das duas partes. De um lado, os Estados Unidos, que desejavam diminuir de todas as formas a influência e presença da Alemanha no Brasil. Também interessava aos Estados Unidos resolver problemas na área financeira como o pagamento da dívida externa brasileira. Para o Brasil, e especialmente Aranha, o aparente “sucesso” das negociações significava se aproximar mais dos EUA em detrimento da Alemanha. No que diz respeito à construção da siderúrgica, os americanos ainda manifestavam desinteresse naquele momento, e não acreditavam na viabilidade do projeto. Os resultados e acordos da missão foram:

... i) obtenção de um crédito de 19.200.000 dólares do Banco *Export-Import*, a fim de desbloquear os bens norte-americanos retidos (liquidar as dívidas comerciais – os ‘congelados’ – e reativar o comércio Brasil-EUA); ii) obtenção de um crédito de 50.000.000 dólares do Tesouro norte-americano a fim de constituir um fundo de reserva indispensável à criação de um Banco Central; iii) promessa de um crédito de 50.000.000 dólares do Banco *Export-Import* para facilitar a implantação de uma indústria de base no país. Essa promessa de crédito deve tornar-se efetiva em curto prazo e será reembolsada em um prazo de 5 a 10 anos, a uma taxa de juro que não ultrapassa 5% ao ano; vi) promessa por parte do governo norte-americano de facilitar e incentivar a constituição de empresas conjuntas brasileiro-americanas, com capital dos dois países, a fim de desenvolver a produção de matérias-primas, bem como a exploração e a comercialização da indústria extrativa brasileira. (SEITENFUS, 1985, p. 243).

Seitenfus (1985) considera a Missão Aranha relativamente um sucesso a julgar pela rapidez com que os acordos foram assinados. Mas para nosso objeto de estudo (no

que se refere à defesa e reequipamento das Forças Armadas brasileiras), podemos afirmar que a missão não foi um sucesso, pois absolutamente nada de novo foi discutido e a missão apenas realizou alguns acertos referentes a acordos já existentes²⁵, o que causou certa irritação entre os militares brasileiros. Para Dutra e Góes Monteiro, os armamentos eram o que realmente interessava na viagem de Aranha, e chegaram a delinear para o Ministro as necessidades gerais de equipamento bélico.

Como visto anteriormente, a legislação americana não permitia venda de armas para países da América Latina. No entanto, ao longo do ano de 1938, Roosevelt percebeu que o alinhamento com importantes países sul-americanos, como o Brasil, aconteceria mais rapidamente caso atendesse algumas de suas principais demandas, no caso do Brasil o fornecimento de armas era uma delas.

De acordo com Hilton (1977a), em março de 1939, a poucos meses do início da guerra, o governo americano enviou um projeto de lei ao Congresso, que autorizava o Departamento da Guerra a vender excedentes de armas pelo preço de custo. Isso deixava claro para os militares brasileiros que o armamento americano ainda levaria meses para chegar ao Brasil. Ainda segundo o autor, os próprios americanos estavam de certa forma conformados do Brasil ter que recorrer à Alemanha para suprir suas demandas armamentistas uma vez que dos Estados Unidos ainda demoraria a obter.

Quando os acordos da missão Aranha se tornaram públicos, a reação dos militares foi de desapontamento: “Vargas comunicou à Casa Branca seu agradecimento ‘pelas atenções e pelas hospitalidades’ concedidas ao seu Ministro do Exterior, mas os generais esperavam benefícios mais tangíveis” (HILTON, 1977a, p. 310).

O principal saldo da Missão Aranha (além dos acordos econômicos e empréstimos mencionados anteriormente) parece ter sido o fortalecimento das relações políticas entre Brasil e Estados Unidos. Para Seitenfus (1985), “a Missão Aranha representa menos um alinhamento do Rio de Janeiro com a política de Washington do que uma retomada do diálogo entre os dois países”. Ainda para o autor, a proximidade com Washington naquele momento pode ser vista como verdadeira astúcia por parte do

²⁵ Conforme Moura: “ A missão sondou a possibilidade de cooperação norte-americana na criação da indústria de armamentos moderno no Brasil e obteve promessa de facilidade de créditos, mas não um empenho do próprio governo americano, tolhido por disposições constitucionais. A generalidade no que diz respeito às decisões no plano militar explica-se não apenas pelo fato de que o assunto fugia à competência do Ministro das Relações Exteriores, como também pelo conflito de posições dos dois governos a propósito da natureza da cooperação militar entre os dois países”. (MOURA, 1980, p. 125).

Ministro Aranha, que esperava um momento de crise maior na política internacional que pudesse atingir a América, para então oferecer uma cooperação sem limites com Washington.

No primeiro semestre de 1939, vários encontros e viagens procuraram aproximar Brasil e Estados Unidos para cooperações na área da defesa. Em maio, o Chefe do Estado-Maior do Exército, George C. Marshall, foi ao Brasil e retornou trazendo consigo o General Góes Monteiro. O processo de cooperação, como mostra McCann (1995), foi lento por vários motivos: um deles era a diferença na percepção do conflito na América do Sul e, portanto, nas ações que deveriam ser tomadas. Os Estados Unidos se preocupavam com a “saliência” do nordeste brasileiro – mais precisamente a cidade de Natal (RN) e redondezas – que é o ponto da América do Sul mais perto da África, e poderia ser então um ponto estratégico para um eventual ataque do Eixo. Mas para o Brasil o perigo maior estava no Sul, pois além do “perigo argentino”, era onde estavam concentradas as colônias alemãs e italianas.

Conforme McCann (1995), os Estados Unidos chegaram à conclusão em 1939 que o Brasil era peça estratégica para a defesa continental, mas um estudo feito pelo *Army War College* concluiu que o Brasil não tinha condições militares para salvar seus milhares de quilômetros e nem mesmo para defender apenas a região Nordeste (a mais vulnerável na percepção dos americanos). O relatório da *Army War College* concluiu que o Brasil estava em condições precárias na área da defesa nacional²⁶.

Mas além da legislação americana, que não permitia a venda de armas até aquele momento, McCann (1995) destaca ainda outro aspecto importante que impedia os EUA de venderem armas ao Brasil: o fato da produção bélica até 1939 apenas conseguir atender a demanda interna dos Estados Unidos. Toda a produção armamentista, assim como a própria estrutura do Exército e Marinha, era inferior às demais Grandes Potências até 1940:

²⁶ Conforme McCann (1995, p. 113): “O melhor equipamento desse tipo centrava-se no Rio de Janeiro e a ‘bateria de primeira classe’ que lá existia estava obsoleta, batia um alcance de escassos 23 quilômetros e não dispunha de pólvora. As duas outras baterias de tiro de calibre maior eram do mesmo modo antiquadas e supridas de pólvora prismática marrom de uma safra anterior a 1900. As defesas anti-submarinas nada tinham de melhor; todas as minas tinham mais de 20 anos de idade e sua capacidade de funcionar era no mínimo duvidosa. Uma belonave moderna poderia ter irrompido Baía de Guanabara adentro, arrasado os fortes do Rio e destruído com facilidade a velha e heterogênea coleção de navios da Marinha. De ações conjuntas Exército-Marinha nunca se tinha ouvido falar e, a exceção de algumas metralhadoras, não havia defesa antiaérea em todo o território brasileiro.

Os Estados Unidos necessitavam muito de preparação, pois, em princípios de 1939, o Exército norte-americano era constituído de 9 divisões, nenhuma delas dispoñdo de poder de combate integral. Nessa mesma época o Japão tinha 50 divisões na China; a Alemanha conseguia colocar 90 em operação e à Itália se atribuíam 45. (MCCANN, 1995, p. 114).

Esse mesmo argumento é encontrado em Kennedy, segundo o qual os EUA eram, até o início da guerra, um país que menos gastava com produção de armamento: “mesmo em 1938, os Estados Unidos estavam gastando menos em armamento do que a Grã-Bretanha ou o Japão, e apenas uma fração das somas gastas pela Alemanha e a União Soviética”. (KENNEDY, 1985, p. 319).

Outra fonte de dados que permite perceber que de fato os EUA estavam muito atrás das demais potências na corrida armamentista é a tabela de Alves (2002) reproduzida abaixo:

Tabela 1: Gastos com armamentos, em bilhões de dólares de 1944, de algumas das principais potências beligerantes:

	1935-39	1940	1941	1942	1943	1944
EUA	1,5	1,5	4,5	20,0	38,0	42,0
Reino Unido	2,5	3,5	6,5	9,0	11,0	11,0
URSS	8,0	5,0	8,5	11,5	14,0	16,0
Alemanha	12,0	6,0	6,0	8,5	13,5	17,0

Fonte: COHEN, Eliot A. Churchill and Coalition Strategy in World War II. In: KENNEDY, Paul. **Grand Strategies in War and Peace**. New Haven: Yale University Press, 1991, p. 48.

O relatório do *Army War College* previa ainda, como importante etapa de defesa do continente, o envio de tropas americanas para o nordeste. Esse foi outro ponto de divergência entre autoridades norte-americanas e brasileiras. O Brasil resistia à ideia de tropas americanas ocuparem o país, pelo menos enquanto o país ainda não tinha armamento adequado. O Brasil preferia reforçar o poder de combate de suas próprias forças.

O objetivo do Exército brasileiro, e mais especificamente de Dutra e Góes Monteiro, era aumentar e aperfeiçoar suas atividades terrestres para que o Brasil pudesse se defender de ameaças estrangeiras sem recorrer à assistência americana. Os Estados Unidos avaliaram então que, caso suprissem o Brasil dos armamentos que tanto necessitavam resistiriam menos quanto à presença de tropas americanas no Nordeste. Mesmo com a demanda de armas colocadas pelo Brasil muito antes de 1939, o impasse sobre a venda de armas se arrastou até 1942.

Como veremos mais adiante, o Brasil conseguiu os armamentos que tanto desejava, mas as estratégias de defesa foram realizadas da forma como desejavam os americanos, isto é, as bases aéreas para pouso de aviões americanos foram feitas em Natal (RN) e não no Sul do país. Essa foi do nosso ponto de vista, uma das demonstrações do limite do “poder de barganha” brasileiro face aos Estados Unidos.

No Rio de Janeiro, as conversas de George Marshall às autoridades brasileiras giraram em torno de acordos e formas de cooperação para a defesa do Nordeste. Conforme as fontes de McCann (1995), Marshall explicou aos militares brasileiros que os Estados Unidos desejavam construir bases aéreas completas, com munições e depósitos de suprimentos, no Nordeste. Para o autor, a preocupação excessiva dos americanos com o Nordeste decorria, além da proximidade com a África, da necessidade de defesa do Canal do Panamá.

Góes Monteiro, assim como Dutra, foram ao longo de toda a década os principais defensores do comércio com a Alemanha, principalmente pela possibilidade de fornecimento de armas que o mesmo proporcionava. No entanto, a partir de 1939, Góes se aproxima dos Estados Unidos pela percepção de que os americanos pudessem vir a suprir o Brasil de armamento. Segundo McCann (1995), quando chegou aos EUA, Góes se irritou com alguns jornais que insinuavam que ele apoiava o nazismo. O Chefe do Estado-Maior brasileiro procurou corrigir essas distorções de sua imagem afirmando que sua visita expressava na verdade aproximação com o Estado americano.

Nos Estados Unidos, Góes Monteiro discutiu minuciosamente com militares americanos os termos dos acordos de cooperação militar, o que o Brasil precisava na área da defesa e as condições de pagamento. O Chefe do Estado-Maior não se esqueceu de lembrar aos americanos que, caso os EUA não estivessem dispostos a oferecer boas

condições de fornecimento de armas, provavelmente a Alemanha estaria. O conteúdo de toda a visita de Góes aos EUA pode ser sintetizado da seguinte forma:

Góes solicitou que os Estados Unidos fornecessem os dados técnicos necessários à construção de bases adequadas. Prometeu organizar novas unidades de artilharia de costa, antiaérea e elementos motorizados para suprir a defesa terrestre dos locais propostos; na verdade, uma divisão-de-exército completa deveria estar permanentemente estacionada na área. Mas, repetia e repetia que tudo dependeria do grau de assistência material que os EUA proporcionassem. Submeteu uma relação de equipamentos militares que o Exército brasileiro considerava de “primeira e indispensável urgência”, insistindo em que preços e termos de pagamento americano não devem ser “menos vantajosos para o Brasil que os que, até agora, tem sido propostos e acordados com a Alemanha e outros países”. Embora representasse apenas um terço das totais necessidades militares do Brasil, a relação era considerável; os itens de primeira prioridade incluíam 156 peças de artilharia pesada, 196 canhões antiaéreos, 41 carros-de-combate, 252 viaturas blindadas e 722 armas automáticas. (MCCANN, 1995, p. 118).

Góes voltou ao Brasil em agosto de 1939 com uma minuta de acordo de cooperação militar, mas como dito, três anos se passariam até que armas americanas chegassem ao Brasil. Já no Brasil, Góes enviou um telegrama a Marshall dizendo que Vargas estava satisfeito com os resultados de sua missão, e havia dito que desejava que as negociações prosseguissem. É possível afirmar que do ponto de vista da defesa nacional e reaparelhamento das Forças Armadas nacionais, a “Missão Góes” foi muito mais importante do que a “Missão Aranha”, que pouco conteúdo sobre defesa nacional teve. A partir daí, questões concernentes à defesa ganhavam gradativamente mais importância nas relações entre os dois países, a expensas de temas estritamente econômicos.

No entanto, concordamos com a McCann (1995) que a missão Góes teve resultados dúbios. Por um lado, sua visita aproximou o Brasil dos Estados Unidos, fortaleceu a determinação de elementos pró-EUA das Forças Armadas brasileiras de evitar vínculos com o Eixo, e as conversações foram direcionadas em torno das demandas brasileiras de armas. Por outro lado, no mês do retorno de Góes (agosto), o Congresso ainda não havia aprovado o projeto de Lei que Roosevelt havia encaminhado em março para autorizar a venda de armas. E para piorar o quadro, Góes estava receoso com a real capacidade dos EUA de fornecer proteção a nível continental: “como comentou ao General Marshall, o Exército americano não lhe parecia pronto para a

guerra. Recusou-se a comprometer definitivamente seu país com acordos que mais tarde se poderiam revelar prejudiciais” (MCCANN, 1995, p. 120).

Para Seitenfus (1985), a viagem de Góes Monteiro foi um fracasso completo, pois o Chefe do Estado-Maior brasileiro não conseguiu sequer obter uma promessa de acordo, com vistas a uma cooperação militar entre os dois países no futuro. Chama atenção o fato de Seitenfus (1985) achar que a missão Góes foi um fracasso completo enquanto a missão Aranha, segundo o autor, foi de relativo sucesso. Do ponto de vista da assinatura de contratos que estabeleciam a venda de armas americanas para o Brasil pode-se dizer que a missão Góes foi um fracasso, mas deve-se perceber que na viagem do Chefe do Estado-Maior foi discutido o conteúdo das necessidades militares do Brasil, questão que sequer foi abordada por Aranha em sua viagem no mesmo ano.

Mas há um elemento importante na argumentação de Seitenfus (1985), que permite entender por que as negociações e acordos de armas entre Brasil e Estados Unidos se arrastavam sem chegar a resultados concretos nos primeiros dois anos da guerra. Já apontamos a questão da legislação e da limitada produção americana para exportação de armas. Mas havia ainda outro importante elemento. A posição dos Estados Unidos quanto a um armamento brasileiro – e até mesmo latino-americano – era ambígua e desconfortável. De acordo com o autor:

Washington se divide em duas atitudes possíveis, mas contraditórias. A primeira é conservar a América Latina fora de qualquer corrida armamentista. As vantagens de uma política desse tipo são evidentes, mas os inconvenientes também o são, pois é incompreensível para os países ao sul do Rio Grande que os Estados Unidos, ao mesmo tempo em que pregam a necessidade de uma defesa comum do continente, recusem conceder aos países latino-americanos os meios técnicos e financeiros para essa política. A segunda possibilidade que se oferece aos Estados Unidos é a de continuar sua política isolacionista, mas eles correm então o risco de ver os países latino-americanos se dirigirem a outros fornecedores, em especial ao Eixo, para obter as armas que Washington não quer lhes entregar. (SEITENFUS, 1985, pp. 279-280).

Ou seja, os Estados Unidos estavam evidentemente preocupados com a defesa do continente americano, mas da perspectiva norte-americana o reaparelhamento da América Latina deveria ser feita em “doses homeopáticas”. Prova disso foi que em junho de 1939, o Departamento de Estado propôs à América Latina um programa geral de cooperação, em vista do fornecimento de material naval e militar para a defesa do

continente. Havia, no entanto, uma ressalva: “Esse programa é discutido pelo Congresso e prevê unicamente a entrega de armas defensivas, tais como patrulhas para vigilância costeira e sistemas defensivos compreendendo baterias antiaéreas, bem como as munições necessárias” (SEITENFUS, 1985, p. 280).

Como mencionado anteriormente, os planos iniciais para uma aliança militar com o Brasil incluía a instalação de bases militares no Nordeste e ocupação de tropas americanas. Num primeiro momento, Góes Monteiro excluiu a possibilidade de tropas americanas no território brasileiro. Mas ao longo do ano de 1939, Góes procurou satisfazer (ao menos parcialmente) os EUA para que o governo brasileiro tivesse as tão desejadas armas. Os EUA perceberam então que se fornecessem as armas, os brasileiros não se oporiam à presença de tropas americanas no Brasil.

Para entender a evolução dos acordos e impasses entre Brasil e Estados Unidos no plano militar, há que se ter em conta que as negociações visavam dois objetivos: o primeiro era o fornecimento pelos EUA de um equipamento que permitisse a modernização das Forças Armadas brasileiras. O segundo objetivo era a concretização do projeto norte-americano de defesa comum do continente. Quanto ao primeiro objetivo, não houve nenhum avanço concreto (de venda de armas) até junho de 1940. Já quanto ao segundo objetivo, houve avanço apenas nas resoluções das Conferências Pan-Americanas, todas no sentido de vincular a segurança dos Estados Unidos à de todo o restante do continente.

Para o Brasil esses dois objetivos estavam estritamente vinculados. O governo brasileiro concordava com as resoluções das Conferências Pan-Americanas, e ao mesmo tempo não abria mão do reequipamento militar. Por esse motivo é que se pode afirmar que o Brasil não desejava participar da elaboração de uma defesa continental comum, nos termos em que queriam os Estados Unidos, pois os americanos resistiam o quanto podiam ao fornecimento de armas. O impasse só começou a ser solucionado quando o governo brasileiro concorda com a utilização pelos Estados Unidos de bases militares no Nordeste, em troca da ajuda militar que acabasse com a vulnerabilidade do Brasil no campo da defesa:

O Rio de Janeiro propõe então negociações exclusivamente bilaterais com Washington e, nesse quadro, o Brasil estaria disposto, segundo Góes Monteiro, a permitir aos Estados Unidos a utilização das “bases da região de

Natal, inclusive a ilha de Fernando de Noronha”, em troca de uma ajuda militar substancial, mas que deveria ser determinada quando de negociações futuras. Essa declaração é feita por Góes Monteiro ao embaixador norte-americano no Rio de Janeiro, Caffery, no início de maio de 1940. É a primeira vez que um alto responsável militar brasileiro menciona a possibilidade de uma cessão de bases em território nacional. (SEITENFUS, 1985, p. 291, grifo nosso).

Em resumo, até junho de 1940, o reequipamento das Forças Armadas brasileiras ainda estava comprometido, apesar de todas as inúmeras conversas e negociações sobre parcerias entre Brasil e Estados Unidos. O acontecimento que veio para mudar esse quadro e acelerar o comércio de armas com os Estados Unidos foi a derrota francesa em junho de 1940. O “perigo alemão” nesse momento passa a ser encarado de maneira diferente.

2.2 Segunda Guerra Mundial: Conferências do Panamá, Havana e a neutralidade estratégica. Início dos acordos militares e da negociação da construção da usina siderúrgica de Volta Redonda.

O que poderia fazer o Brasil então diante de um quadro relativamente incerto com os Estados Unidos? A resposta era não se desfazer completamente dos vínculos com a Alemanha. Assim que estourou a guerra, por volta do dia 02 de setembro, Getúlio Vargas anunciou oficialmente que o Brasil ficava afastado do conflito. Vargas queria conservar máxima liberdade de ação, sobretudo num quadro geopolítico tão incerto como se apresentava, e com suas demandas de armas e siderúrgica ainda não supridas. O governo emitiu três decretos presidenciais, fazendo cada um, menção à neutralidade brasileira diante do conflito (SEITENFUS, 1985).

Finalmente em setembro de 1939, o projeto de Lei encaminhado ao Congresso por Roosevelt é aprovado e a legislação que impedia a venda de armas é derrubada²⁷.

²⁷De acordo com Alves (2002, pp. 83-84): “No âmbito interno, o Presidente conseguiu, em sessão especial do Congresso, derrubar a legislação neutralista vigente, que impedia a venda de armas para países em guerra. Ela foi revogada e substituída por uma nova norma conhecida como *cash and carry* (pague e leve). Qualquer país beligerante poderia adquirir armas e munições nos Estados Unidos, desde que pagasse à vista e levasse seus produtos em navios próprios ou de países”.

Por ocasião da comemoração do 50º aniversário da República, por volta do mês de outubro ou novembro, o Departamento de Guerra dos Estados Unidos conseguiu que fortalezas voadoras americanas visitassem o Rio de Janeiro. Esteve presente o General Delos C. Emmons, que comandou o vôo, o Major Ridgway e o Coronel Allan Kimberly, chefe da missão militar dos EUA no Brasil. Todos eles discutiram com Góes o problema do fornecimento de armas. Renovaram a oferta de vender peças excedentes de artilharia de costa e deram ao Chefe do Estado-Maior uma relação de materiais estratégicos de que os Estados Unidos necessitavam.

Os brasileiros concordaram com a proposta americana e designaram três oficiais de artilharia para retornar com o General Emmons e inspecionar o material oferecido. Pela primeira vez em toda a década, a cooperação militar começava a ganhar contornos reais, já que agora pelo menos não havia empecilhos de caráter legislativo para isso.

Para Seitenfus, a política externa brasileira havia sido ingênua até o estopim da guerra, em setembro de 1939: “Até o presente, a diplomacia brasileira demonstrou uma grande ingenuidade e não tentou de maneira sistemática explorar as querelas e as rivalidades internacionais, a fim de atingir os objetivos de sua política nacional de desenvolvimento” (SEITENFUS, 1985, p. 255).

Para o autor, tal ingenuidade decorre da maneira muito tímida como as autoridades brasileiras abordaram a questão da construção da siderúrgica e de fornecimento de equipamentos militares, tanto com autoridades norte-americanas como com autoridades alemãs.

Do nosso ponto de vista, “ingênua” não parece ser a palavra mais adequada para caracterizar a política externa brasileira ao longo da década de 1930. Ao contrário, é analisado detalhadamente no próximo capítulo que o Brasil procurou manter da melhor forma possível os vínculos com Berlim, devido ao promissor comércio que havia entre os dois países. Além disso, a despeito de inúmeras críticas e até ameaças de retaliação, o Brasil não deixou de comercializar com a Alemanha ao longo da década de 1930 por causa das objeções dos americanos. Na verdade, até 1939, os dados revelam um comércio crescente com o *Reich*. Além disso, é sempre um exercício difícil para o pesquisador da história, especular o que “mais poderia ter sido feito” num dado momento.

No caso do fornecimento de armas, além da legislação, mostramos anteriormente que a produção bélica norte-americana só começou a ganhar força a partir de 1939, com a percepção maior de que um conflito se aproximava. Mas até esse momento, toda a produção norte-americana estava voltada para abastecimento da demanda interna do país. Além disso, torna-se mais difícil ainda de se saber “o que mais” um país como o Brasil poderia ter obtido naquele momento, considerando sua frágil inserção militar internacional.

Para nós, o alinhamento aos poucos que o Brasil construiu com os Estados Unidos revela muito mais astúcia por parte do governo brasileiro do que ingenuidade. Afinal, como poderia o Brasil concluir um alinhamento estreito com um país incapaz de suprir suas necessidades de armamento, e diante de uma Alemanha que nos primeiros meses teve enormes conquistas territoriais e ainda por cima sinalizava positivamente com a venda de armas para o Brasil?

Nesse sentido, concordamos com Alves de que “o melhor que o governo brasileiro devia fazer era continuar postergando seu alinhamento total ao bloco de poder estadunidense” (ALVES, 2002, p. 81). Além disso, a declaração de Góes Monteiro de que a cooperação militar entre Brasil e EUA não tomaria corpo “enquanto os carregamentos provenientes dos EUA se resumissem a caixas de uísque e pacotes de *Lucky Strike*” (MCCANN, 1995), nos revela também que o governo brasileiro não estava agindo no campo da ingenuidade e sim no campo do pragmatismo.

Para Seitenfus (1985) então, foi a partir do início do conflito mundial que o Brasil se encontra em condições de praticar uma política que vise aumentar seu fraco poder de negociação. Concordamos com o autor, de que toda a política externa do país se movimentou com o objetivo de dotar o país de equipamento militar moderno e de um complexo siderúrgico.

Com o estouro da guerra, o movimento Pan-Americano decidiu convocar mais uma reunião de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. A Conferência ocorreu no Panamá, teve início no dia 23 de setembro de 1939 e durou apenas uma semana. O Brasil enviou seu embaixador em Washington, Carlos Martins Pereira de Souza, como chefe da delegação.

De acordo com Seitenfus (1985), a Conferência do Panamá se constituiu de três pontos principais: i) questões relativas à aplicação da neutralidade do Novo Mundo; ii) proteção da paz no hemisfério ocidental; iii) cooperação econômica continental, para fazer face aos inevitáveis desarranjos da economia mundial em consequência do início das hostilidades na Europa.

Ainda para o autor, a situação do Brasil é embaraçosa, pois a despeito das aproximações com os Estados Unidos através das inúmeras viagens e missões entre os dois países, o Rio de Janeiro conserva sua neutralidade absoluta por julgar indispensável preservar sua liberdade, sobretudo nas suas relações comerciais com o conjunto dos países, inclusive os beligerantes.

De acordo com o autor, a posição brasileira vai ao encontro da interpretação alemã do direito e dos deveres dos neutros. Surpreendentemente, a posição brasileira se afasta (ainda que discretamente) da corrente majoritária pan-americana e se aproxima da linha da Argentina, no sentido de preservar ao máximo sua liberdade de ação. Ou seja, “a delegação brasileira considera indispensável que o continente americano preserve sua liberdade de comunicação e de navegação” (SEITENFUS, 1985, p. 259). Ao mesmo tempo, concorda com a proposição dos outros países participantes quanto à necessidade de estabelecer um programa continental de cooperação econômica e à criação, para esse fim, de um Comitê Financeiro e Econômico Interamericano.

Do nosso ponto de vista, a posição brasileira é compreensível diante das demandas nacionais de armamentos que até então somente a Alemanha era capaz de suprir. Uma resolução que bloqueasse completamente o comércio brasileiro com a Alemanha seria um prejuízo não apenas para as exportações brasileiras, mas também para as importações provenientes do *Reich*. A Conferência do Panamá fez três declarações que podem ser consideradas os primeiros passos para a efetiva consolidação da união pan-americana, para afastar definitivamente o Eixo do continente americano. São elas:

... a primeira é uma Declaração Geral de Neutralidade, na qual os países americanos recorrem às decisões tomadas em Lima e justificam sua neutralidade coletiva “tendo em vista a similitude de suas instituições”. A segunda declaração fundamental é uma interpretação da neutralidade. Ela é conhecida como sendo a Declaração do Panamá, e visa tornar efetiva a neutralidade e a paz do continente americana, instituindo uma “zona de

segurança continental” marítima no Atlântico. Essa zona de segurança deve estender-se ao longo da costa atlântica desde a fronteira americano-canadense até ao sul do cabo Horn; nenhum ato de beligerância pode ocorrer ao longo das costas americanas do Atlântico. Essa zona de paz-com 300 milhas de largura- permite, além do mais, que os países americanos mantenham, como no passado, sua navegação marítima, sem medo de serem envolvidos nas operações de guerra. A terceira declaração de princípios importante é conhecida como Declaração Conjunta de Solidariedade Continental. Não se trata de um pacto militar ou de um tratado que dita as normas de segurança coletiva continental. Na verdade, trata-se apenas de uma declaração de princípios, com três pontos, na qual os Estados Americanos colocam em evidência sua interdependência diante da paz e fazem uma promessa mútua de utilizarem todos os meios “materiais e espirituais” a fim de conservar e consolidar a paz no Novo Mundo. (SEITENFUS, 1985, pp. 260-261, grifo nosso).

A interpretação de neutralidade talvez seja o ponto mais interessante e importante de toda a Conferência do Panamá. Para McCann (1995), a zona tinha pouco efeito prático sobre os beligerantes, mas permitia a Roosevelt lançar patrulhas navais no Atlântico sob um manto de legalidade. O objetivo da zona de segurança era não permitir ações entre os beligerantes dentro dessa área, em outras palavras, permitindo que os países americanos mantivessem uma navegação marítima costeira sem receios de serem envolvidos nas operações de guerra.

De acordo com Seitenfus (1985), os países participantes não consideraram necessário estabelecer um sistema de vigilância efetiva da “zona” por meio de um comando naval unificado dos países marítimos, até porque os próprios norte-americanos que eram o Estado mais poderoso militarmente só possuíam condições naquele momento de exercer vigilância ao longo de seu litoral e no mar das Caraíbas. O resultado disso foi a ocorrência de alguns atos de guerra dentro da zona de segurança envolvendo navios alemães.

Concordamos com Alves, de que esse (a Declaração do Panamá) foi um passo importante dado pelos Estados Unidos para

... transformar seus interesses em causa comum de todos os países latino-americanos, respeitando a soberania formal de cada um e ao mesmo tempo cedendo pequenos ganhos a estes, em troca de suas pacíficas e cooperativas inclusões dentro da esfera de poder norte-americana. (ALVES, 2002, p. 80).

Ainda segundo o autor, dessa forma, quando os EUA efetivamente entraram na guerra, apresentaram-se chefiando um coeso bloco de poder, englobando praticamente todo o hemisfério ocidental. Já a questão da “zona de segurança” (300 milhas), além de ter aumentado o controle dos países americanos sobre seus mares costeiros, foi idealizado com o objetivo de proteger e poupar o comércio intra-hemisférico:

A zona de neutralidade era duplamente vantajosa para os norte-americanos. Ao mesmo tempo em que concedia “carta branca” para os britânicos manterem a influência comercial germânica distante da América Latina, protegia o comércio entre as nações do continente, o que, em vista da estrutura econômica dependente dos países latino-americanos, e do concomitante afastamento do parceiro alemão, levaria a um fabuloso incremento do comércio dos EUA com seus vizinhos do sul. (ALVES, 2002, p. 85).

Em termos militares práticos, portanto, a zona não teve implementação real, pois os Estados Unidos ainda não eram capazes de proporcionar segurança a nível continental. Mas seus desdobramentos foram significativos no campo comercial, aumentando o comércio com os Estados Unidos. Não por acaso a reação alemã à “zona de segurança” foi extremamente negativa.

De fato, foi exatamente isso que ocorreu. O comércio do Brasil com os EUA foi aumentado em detrimento da queda do comércio com a Alemanha. Antes de adentrarmos na análise do comércio nos primeiros anos da guerra convém tecer algumas considerações sobre a conjuntura política norte-americana e brasileira no primeiro semestre de 1940. A primeira constatação interessante é a de que os Estados Unidos não se sentiam de fato preparados para entrar num conflito mundial nos primeiros meses de 1940 como mostra McCann:

Em Washington, autoridades do Departamento de Estado se mostravam pessimistas com relação ao desfecho do conflito europeu. O derramamento de sangue na Europa havia seguramente demonstrado que os Estados Unidos não se achavam adequadamente preparados para a guerra. As autoridades militares norte-americanas estavam excepcionalmente inquietas com relação à eficiência da aviação alemã. Temiam que os aviões americanos fossem inferiores aos da *Luftwaffe*. (MCCANN, 1995, p. 152).

Essa aparente “fraqueza” dos Estados Unidos no primeiro ano da guerra parece ter sido um elemento importante para o “jogo duplo” de Vargas, ou pelo menos, sua

tentativa de manter a “equidistância pragmática” visando ganhos. Será visto em detalhes no próximo capítulo, as relações diplomáticas e comerciais entre Brasil e Alemanha no ano de 1940 e 1941, mas aqui é importante ressaltar que o governo brasileiro aproximava-se cada vez mais dos Estados Unidos, sem, no entanto, oficializar o alinhamento e muito menos demonstrando desejo em romper com a Alemanha.

No começo de maio de 1940, tropas alemãs invadiram os Países Baixos preparando terreno para a invasão da França. As tropas de Hitler entraram em Paris em 14 de junho, deixando a Inglaterra praticamente sozinha na guerra. A guerra-relâmpago alemã (*Blitzkrieg*) demonstrava sua eficiência. Com a França derrotada, Mussolini se junta à Alemanha declarando guerra aos aliados. Era um dos momentos mais críticos da 2º Guerra, no qual a Alemanha tinha sucessivas vitórias em seus ataques. A situação apenas se agravava ao longo do primeiro semestre de 1940 para os Aliados. Em 16 de junho, Petain (líder da França de Vichy) decide iniciar conversações com a Alemanha, com vistas a um armistício separado.

Em 22 de junho, a Inglaterra de fato estava sozinha contra a poderosa máquina de guerra alemã. Um telegrama enviado em junho (pouco antes da ocupação das tropas nazistas) pelo francês Paul Reynaud à Roosevelt expressa bem o sentimento de temor em relação à Alemanha: “se o senhor não puder dar à França a certeza de que os Estados Unidos da América entrarão na guerra num espaço de tempo bastante curto, o destino do mundo vai mudar” (REYNAUD, 1947 apud SEITENFUS, 1985, p. 295).

Nos Estados Unidos, as sucessivas vitórias da Alemanha geraram apreensão no círculo político de Roosevelt. Contudo, os EUA ainda não se sentiam preparados para entrar na guerra. Segundo autores como Svartman (2008), McCann (1995), Seitenfus (1985) e Hilton (1977a), quando eclodiu a guerra em setembro de 1939 a opinião pública americana não era favorável à entrada na guerra. No entanto, o desenrolar dos acontecimentos, sobretudo no primeiro semestre de 1940, promoveu mudança na opinião pública americana que começou a se tornar favorável à entrada dos EUA na guerra²⁸.

²⁸ Conforme Seitenfus (1985, p. 300) “Se em 1939 apenas 1,7% das pessoas interrogadas são favoráveis à entrada imediata dos Estados Unidos na guerra, essa proporção passa para 14% a 25 de junho de 1940, para atingir 26% a 9 de setembro de 1941. Isso reflete o aumento dos riscos que ameaçam os Estados Unidos: 38% das pessoas interrogadas consideram, em agosto de 1939, que os norte-americanos deverão entrar na guerra. Essa proporção passa para 65% em junho de 1940”.

Para Seitenfus (1985), com o desenrolar dos acontecimentos ao longo do semestre de 1940, os norte-americanos entendem que é necessário reforçar a unidade no continente, tarefa que não será fácil, pois as vitórias militares alemãs, além de produzirem simpatia e admiração em várias autoridades latino-americanas, dariam, no caso brasileiro, um pouco mais de fôlego para o “jogo duplo”. Foi o que aconteceu. Em um discurso realizado no dia 12 de maio, Vargas reafirmou a neutralidade brasileira e disse que o Brasil “permanecerá afastado dos ‘acontecimentos que perturbam a vida de outros povos” (SEITENFUS, 1985, p. 305).

Para Seitenfus (1985), nesse momento a política externa brasileira não está decidida e lança as seguintes perguntas: O Brasil se associará a medidas coletivas em escala continental? Permitirá que suas bases militares do Nordeste sejam colocadas à disposição dos Estados americanos? Para o autor, nenhuma resposta segura a essas perguntas poderia ser dada em maio de 1940.

Os relatórios trocados entre as embaixadas pelos representantes diplomáticos dos dois países apresentavam interpretações contraditórias e que mudavam rapidamente de um dia para o outro. Essa mesma informação é encontrada em Rahmeier (2009) que, ao analisar os relatórios e documentos produzidos na Alemanha, ao longo do ano de 1940, constatou que havia total inconstância entre as opiniões emitidas. No entanto, chama atenção Seitenfus (1985) lançar essas questões e acreditar que o cenário era tão incerto, quando o próprio autor apresenta em sua obra que em maio de 1940, pela primeira vez, Góes Monteiro afirma ao embaixador americano Caffery que o Brasil permitirá aos Estados Unidos a utilização das bases da região de Natal e a ilha de Fernando de Noronha, em troca de ajuda militar substancial.

Do nosso ponto de vista, o que parece ter ocorrido é que o Brasil se aproximava dos Estados Unidos sem se afastar da Alemanha. Uma manobra um tanto complicada de se fazer, e difícil de ser mantida, mas que Vargas conseguiu sustentar pelo menos até julho de 1940. As evidências que nos levam chegar a essa conclusão serão apresentadas no próximo capítulo, ao falarmos da diplomacia entre Brasil e Alemanha. Por enquanto, nos limitamos a afirmar que todos os passos dados pelo governo brasileiro iam ao encontro dos desejos e objetivos norte-americanos, sem renunciar a conversas com autoridades alemãs.

Para Seitenfus (1985), com o bom desempenho dos exércitos alemães no primeiro semestre de 1940, a simpatia pelos regimes totalitários se reforçou dentro da equipe governamental. O governo estava dividido em dois grupos: o primeiro liderado por Osvaldo Aranha, que se declara disposto a colaborar intensamente com os Estados Unidos na defesa do hemisfério ocidental; e o segundo grupo, liderado por Góes Monteiro e Eurico Dutra, que enfatizavam as condições vantajosas oferecidas pela Alemanha.

Mas há de se ter cuidado com essa divisão para não achar que Góes Monteiro e Dutra nesse momento faziam algum tipo de objeção à aliança com os Estados Unidos, pois ao contrário, veio por iniciativa do próprio Góes a aceleração das conversas sobre parcerias na esfera militar e de defesa continental com os EUA. E, como dito anteriormente, o próprio Góes a essa altura via com bons olhos a aliança com os Estados Unidos, que poderia resultar no fornecimento de armas. Isso não excluiu o fato de que, em junho de 1940, diversos membros pró-germânicos do gabinete do General Dutra sustentaram que, a vitória da Alemanha sobre a Inglaterra só poderia trazer vantagens ao Brasil.

No dia 11 de junho, enquanto a Alemanha ocupava a França, Vargas fez um discurso a bordo do navio *Minas Gerais*. O motivo de abordarmos o discurso de Vargas nesse trabalho é que, o mesmo pode ser compreendido como parte do “jogo duplo” ou da manutenção da “equidistância pragmática”, na medida em que o presidente brasileiro não fez uma declaração explícita de alinhamento com nenhuma das grandes potências. O discurso de Vargas era ambíguo e permitia dupla interpretação. Transcreveremos apenas o trecho que interessa para nosso trabalho:

A economia equilibrada não comporta mais o monopólio do conforto e dos benefícios da civilização por classes privilegiadas. A própria riqueza já não é, apenas, o provento de capitais sem energia criadora que os movimenta; é trabalho construtor, erguendo monumentos imperecíveis, transformando os homens e as coisas, agigantando os objetivos da Humanidade, embora com sacrifício do indivíduo. Por isso mesmo, o Estado deve assumir a obrigação de organizar as forças produtoras. Em vez desse panorama de equilíbrio e justa distribuição dos bens da Terra, assistimos à exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade. Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordem. Felizmente, no Brasil estabelecemos um regime adequado às nossas

necessidade sem imitarmos nem nos filarmos a quaisquer das ideologias correntes²⁹.

O que chama atenção no discurso de Vargas, evidentemente, é a defesa do Estado forte, crítica ao liberalismo e a defesa da industrialização, visto por Vargas como elemento indispensável para a construção de uma nação forte e como meio de compensar a crise nas relações internacionais. Mas ao final, o presidente brasileiro reafirma sua “não filiação” a nenhuma ideologia. Para McCann (1995, p. 154), o discurso foi uma demonstração da “política em cima do muro” de Vargas: “temperado com a exata quantidade de fraseologia fascista, mas incluindo um cerne suficiente de pensamento democrático pra aplacar Washington”.

Para Alves (2002, p. 104):

Vargas, ao mesmo tempo em que reforçou os vínculos que ligavam a nação brasileira aos Estados Unidos e ao Pan-Americanismo, deixou patente também que seu governo tinha como metas desenvolver e industrializar o país e, simultaneamente, garantir sua independência e soberania através da repotencialização de suas forças armadas.

Ou seja, o presidente brasileiro, de forma habilidosa, deixa claro os seus compromissos com o pan-americanismo, expressa admiração pelos Estados fortes, critica o liberalismo e ainda menciona as necessidades mais importantes de seu governo naquele momento: a indústria de aço e armamentos. A habilidade de Vargas em agradar dois públicos distintos é claramente percebida quando o presidente brasileiro afirma a Roosevelt, em 13 de junho, que o presidente norte-americano não precisava se preocupar porque o Brasil “não esmoreceria em sua lealdade para com ele”³⁰. Foram atitudes como essa que levaram alguns historiadores, com destaque para Roberto Gambini, a falar em “jogo duplo”.

Por esses motivos, as reações ao discurso de Vargas foram diversas. Vários jornais norte-americanos, e até mesmo um jornal na Argentina, traziam em suas manchetes que o conteúdo do discurso era fascista. Apesar de receptividades positivas que o discurso gerou na Alemanha num primeiro momento (que será analisado

²⁹ Discurso de Vargas, de 11 de junho de 1940, transcrito na obra de Seitenfus (1985, p. 309, grifo nosso).

³⁰ Documento enviado por Vargas a F. D. Roosevelt, de 12 de junho de 1940, transcrito na obra de McCann (1995, p. 155).

no próximo capítulo), Vargas procurou desfazer qualquer suspeita que seu discurso possuísse orientação fascista.

O primeiro membro do governo a ser desagradado com o discurso foi o americanófilo Aranha, que insistiu que Vargas fizesse esclarecimento para não assustar os americanos. No dia seguinte, Vargas mandou publicar através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), uma nota que justificava o conteúdo do discurso. O presidente brasileiro não deixou dúvidas quanto à orientação de sua política externa e nas relações com EUA:

... a política externa do Brasil é de inteira solidariedade americana integral, na defesa comum do continente contra qualquer ataque vindo de fora, o nosso país, por sua vez, não intervém em conflitos europeus, mantendo estrita neutralidade. As relações entre o Brasil e as outras nações da América, principalmente os Estados Unidos, nunca foram tão boas quanto agora³¹.

De acordo com Seitenfus (1985), o comunicado do DIP foi um sucesso. O embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Carlos Martins, a pedido de Aranha, levou ao Departamento de Estado uma declaração de que o Brasil permanecia solidário ao movimento pan-americano, e aspirava manter relações privilegiadas com Washington. Poucos dias depois, Vargas escreveu pessoalmente um telegrama a Roosevelt reafirmando sua adesão à solidariedade pan-americana.

Como se não bastasse todos os esclarecimentos sobre o conteúdo do discurso de 11 de junho, Vargas, na sede da Confederação dos Trabalhadores Marítimos, no dia 29 de junho, realizou outro discurso. Alguns dias antes, no dia 22, em um almoço de homenagem ao chefe da Missão Militar americana que passava para a reserva, Góes Monteiro fez um discurso considerado como fortemente pan-americano: “tratou-se em corrigir a infeliz impressão que o discurso de 11 de junho havia gerado” (MCCANN, 1995, p. 157).

Mas apesar do conteúdo pan-americano, segundo fontes de McCann (1995), Góes enfatizou que era obrigação dos membros mais capazes da irmandade pan-americana fornecer às demais nações os instrumentos que tornassem mais eficiente e mais eficaz a solidariedade coletiva. Em outras palavras, lembrava aos EUA que o

³¹ Documento enviado por Vargas através do DIP, de 12 de junho de 1940, transcrito na obra de Seitenfus (1985, p. 312).

Brasil necessitava e queria armas. Essa era mais uma demonstração de que a admiração que setores germanófilos do governo, como Dutra e Góes Monteiro, possuíam pela Alemanha, não excluiu a aproximação com os Estados Unidos.

O trecho do discurso de Getúlio Vargas no dia 29 de junho encontra-se abaixo:

Habitados a cultivar a paz como diretriz de convivência internacional, continuaremos fiéis ao ideal de fortalecer cada vez mais, a união dos povos americanos. Com eles estamos solidários para a defesa comum em face de ameaças ou intromissões estranhas, cumprindo, por isso mesmo, abstermos-nos de intervir em lutas travadas fora do Continente. E, essa união, essa solidariedade, para ser firme e duradoura, deve basear-se no mútuo respeito das soberanias nacionais e na liberdade de nos organizarmos, segundo os próprios interesses e necessidades. Assim, entendemos a Doutrina de Monroe e assim a praticamos. O nosso pan-americanismo nunca teve em vista a defesa de regimes políticos, por isso seria atentar contra o direito de cada povo de dirigir a sua vida interna e governar-se³².

Para Seitenfus (1985), quando se compara os discursos do dia 11 e 29 de junho, é possível perceber uma mudança. O tom do discurso do dia 29 é mais moderado. No entanto, Vargas afirma que não mudou de opinião e apenas fortalece seus ideais pan-americanos. Do nosso ponto de vista, os discursos de 11 de junho, mais do que o discurso do dia 29, foram tentativas de se deixar uma “porta aberta” para Alemanha que começava a se fechar.

Curiosamente, ao analisar esses dois discursos, Seitenfus (1985) questiona até que ponto o Brasil defenderia os princípios pan-americanos? Tomaria medidas coletivas eficazes, tais como colocar à disposição dos Estados Unidos as bases militares em território nacional e a militarização da região nordeste? Pelos elementos apresentados por nós, tudo indica que parcerias sólidas entre Brasil e Estados Unidos na esfera militar e de defesa continental só não ocorreram antes por indisposição e/ou incapacidade dos Estados Unidos.

Como o próprio autor menciona em outros momentos, em 1939, o General Góes Monteiro havia oferecido o uso de bases na área de Natal, inclusive Fernando de Noronha, em troca de proteção americana à navegação costeira, só não obteve êxito por indisposição e/ou incapacidade norte-americana.

³² Discurso de Vargas, de 29 de junho de 1940, transcrito na obra de Seitenfus (1985, pp. 319-320).

McCann (1995) esclarece ainda melhor a disposição brasileira, partida de Góes Monteiro, para a cooperação com os Estados Unidos:

Imediatamente depois que a Alemanha lançou sua ofensiva ocidental, Góes Monteiro mandou dizer a Marshall que a colaboração entre os Estados Unidos e o Brasil era uma necessidade vital, porque ambos os países se defrontavam com “perigo real e iminente”. (MCCANN, 1995, p. 166).

Isso mostra como se deve ter cautela em associar o círculo militar de Vargas (principalmente Góes Monteiro e Dutra) como a “ala pró-germânica”. Os militares eram, como já visto, favoráveis ao comércio com a Alemanha por causa do abastecimento de armas que o mesmo proporcionava. Mas na medida em que a Alemanha passaria a deixar de se constituir numa opção para esse comércio, os militares começariam a se voltar cada vez mais para os Estados Unidos.

A despeito das inúmeras conquistas que o *Reich* realizou na Europa, no primeiro semestre de 1940, e da admiração que isso provocou nos militares brasileiros, o comércio teutônico foi duramente afetado no primeiro semestre. Ou seja, de que adiantava a Alemanha continuar sendo um gigante econômico e militar, mas que se encontrava em condições difíceis do ponto de vista comercial por causa do bloqueio inglês?

Para piorar a situação, aquilo que mais interessava no comércio com a Alemanha – a venda de armas – começava a se tornar algo cada dia mais incerto, pois o governo de Hitler precisava direcionar sua produção para o conflito no território europeu. Veremos mais detalhadamente no próximo capítulo o debate controverso sobre o poder de influência da Alemanha no crucial mês de junho, nas questões que o governo brasileiro mais dedicava atenção: a siderúrgica e aquisição de armas. Paralelamente a esses discursos, veremos no próximo capítulo que Vargas realizou encontros secretos com o embaixador alemão Pruffer no Rio de Janeiro tentando explorar todas as últimas possibilidades que havia numa parceria com a Alemanha. Àquela altura da guerra, porém, o *Reich* só poderia fazer promessas para depois do término dos conflitos.

Nesse momento, vamos tecer apenas algumas observações sobre a implantação da usina de Volta Redonda, pois seus bastidores ajudam a compreender não apenas a política externa de Vargas, mas também os limites concretos de seu “jogo duplo” e do

“poder de barganha”, com a rivalidade entre Estados Unidos e Alemanha. Em primeiro lugar, deve-se ter em conta que os Estados Unidos sempre foram a primeira opção do governo brasileiro desde o início das negociações em 1939 como mostra Hilton:

Embora Vargas tivesse encorajado o interesse de *Krupp* no projeto de Volta Redonda, ele claramente preferia fazer o negócio com os Estados Unidos, principalmente porque, talvez, a irrupção de uma guerra poderia interromper o fornecimento de equipamentos e de capital. (HILTON, 1977a, p. 326, grifo nosso).

Em dezembro de 1939, foram feitos os primeiros contatos com os EUA e, naquele momento, os norte-americanos já não demonstram interesse no projeto. Não vem ao caso discutir o porquê da negativa norte-americana, mas Seitenfus (1985) afirma que ela estava relacionada ao não pagamento da dívida externa brasileira e, portanto, à falta de confiança de credores norte-americanos com projetos de financiamento brasileiro. De acordo com Seitenfus (1985), já nos primeiros contatos Vargas preveniu o governo norte-americano de recorrer a outras possibilidades caso as negociações fracassassem. Vargas foi mais específico ainda, ao informar que a empresa alemã *Krupp* havia feito boas propostas. Em meados de 1939, Aranha também tivera o cuidado de informar a Caffery sobre a “lisonjeira oferta” feita pela *Krupp* (HILTON, 1977a).

O Departamento de Estado Americano, assim que soube do pedido brasileiro, entrou em contato com a mais importante empresa siderúrgica dos Estados Unidos, a *United Steel*. Em 16 de janeiro de 1940, Vargas teve a notícia de que a empresa negou cooperação financeira ao plano de criação de uma siderúrgica no Brasil. Vargas ficou decepcionado com a negativa americana, mas isso não seria suficiente para o presidente desistir da parceria com os Estados Unidos como mostra Hilton:

Quando as companhias siderúrgicas americanas, lideradas pela *United Steel*, decidiram, após longos estudos, não investir em Volta Redonda, Vargas aumentou a pressão sobre o governo de Washington. Brandindo sua mais poderosa arma, telegrafou a Martins em janeiro de 1940, comunicando-lhe seu desejo de negociar primeiro com os Estados Unidos. (HILTON, 1977a, p. 326, grifo nosso).

Ainda de acordo com o autor, Vargas disse que se não fosse encontrado apoio nos americanos, seriam examinadas outras possibilidades. Isso revela, do nosso ponto

de vista, que a Alemanha era uma “carta na manga” para Vargas, e que seria utilizada primordialmente para pressionar os americanos para que a parceria fosse realizada com eles.

Conforme Rahmeier (2009), Vargas desistiu de se associar a empresas estrangeiras, optando pela constituição de uma empresa estatal, na qual o capital estrangeiro entraria sob a forma de um empréstimo de 20 milhões de dólares. O Brasil levantaria recursos próprios para cobrir custos locais e usaria os créditos concedidos nos acordos da missão Aranha, em março de 1939, para comprar maquinaria nos Estados Unidos.

Vargas assinou o Decreto-Lei nº 2.054 no dia 4 de março de 1940, que criou a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, diretamente subordinado à Presidência da República (RAHMEIER, 2009). Vargas estava determinado a implantar a indústria de aço no Brasil, e não seria o simples fato da *United Steel* não desejar estender seus negócios fora dos EUA que iria levar ao fracasso o projeto siderúrgico de Vargas.

No dia 1º de março circulou no *New York Times* uma matéria que fazia referência a um despacho enviado pelo Rio de Janeiro aos EUA, especificando as ofertas que a Companhia *Krupp* estava disposta a fazer. A notícia teria causado alvoroço nos círculos políticos e financeiros dos Estados Unidos, mas de acordo com Seitenfus (1985), até aquele momento os brasileiros ainda não conseguiam convencer os dirigentes da Companhia Siderúrgica a dar uma resposta positiva aos pedidos brasileiros. Para agravar ainda mais a situação, o banco *Export-Import* ainda não estava disposto a financiar o projeto (SEITENFUS, 1985).

No dia 24 de maio, foi retomado, junto aos Estados Unidos, o encaminhamento da comissão sobre a criação de uma siderúrgica nacional.

Para McCann (1995), Vargas considerava a ajuda americana “o mais importante teste da Política da Boa Vizinhança e sinalizava que, se a ajuda americana não estivesse a caminho, ‘ele se voltaria para outras direções’”. Entretanto, no primeiro semestre de 1940, mesmo com o bloqueio comercial inglês, o destino da guerra era incerto e em vários círculos políticos da Europa (incluindo na Inglaterra) se cogitava negociações de

paz assumindo a vitória de Hitler na guerra, como consta nos documentos pesquisados por Alves (2002).

Por isso, os acontecimentos na Europa durante o mês de junho de 1940 fizeram com que Vargas apostasse nos dois lados, abrindo conversações também com a embaixada alemã que, como será visto no próximo capítulo, dava todos os sinais de que a guerra seria breve e, com a vitória alemã, o comércio e demais questões (como a siderúrgica) seriam retomadas.

Após o regresso de Sumner Welles de uma viagem à Itália, o Departamento de Estado Americano começou a mobilizar apoio para um programa de assistência ao Brasil. De acordo com Hilton (1977a), numa conferência com Roosevelt, Welles e Jesse Jones (do *Export-Import Bank*), em 10 de abril, o embaixador brasileiro Martins recebeu garantias de que o governo americano faria o possível para ajudar o Brasil. Era o início da mudança de percepção do governo americano de que era necessário ajudar o Brasil em seus projetos para solidificar a aliança na área da defesa continental.

De acordo com as fontes de McCann (1995), no último dia de maio de 1940, o Secretário Hull notificou a Caffery que o administrador do *Federal Loan* havia concordado em conceder os recursos necessários, entendendo-se com isso que o compromisso teria vigência quando ele e as autoridades brasileiras chegassem a um acordo quanto a um plano de construção e operação. Percebendo que os Estados Unidos sinalizavam positivamente com a questão, Vargas nomeou uma comissão para tratar dos detalhes nos Estados Unidos e chegou a contratar uma empresa americana, *Arthur J. McKee Company*, para realizar estudos preliminares e supervisionar a construção (MCCANN, 1995).

Nos dias 11 e 29 de junho, Vargas fez os dois discursos amplamente analisados nas páginas anteriores. Do nosso ponto de vista, os discursos de Vargas surtiram os efeitos desejados pelo presidente brasileiro: reforçaram os compromissos do Brasil com o pan-americanismo, mas ressaltaram os objetivos do governo brasileiro de industrializar o país e reaparelhar as Forças Armadas. Ao demonstrar admiração pelos “Estados fortes”, Vargas deixava, no mínimo, uma porta aberta para a Alemanha.

Por isso, mesmo com negociações que pareciam tão avançadas, Vargas ainda assim não fechou a porta à Alemanha na questão da siderúrgica. Entre junho e agosto de

1940, Vargas manteve conversas secretas com Prufer (embaixador alemão no Rio de Janeiro) sobre a usina.

De acordo com McCann (1995), o embaixador Caffery, em julho de 1940, reportou aos EUA que os representantes da *Krupp* estavam trabalhando duro, e com algum sucesso nos círculos militares, para convencer Vargas a aceitar sua atraente oferta de construção de uma usina siderúrgica. O embaixador dava destaque que, o fornecimento de armas e o financiamento da siderúrgica estavam intimamente relacionados, por isso disse em meados de 15 de julho que só havia dois fatores capazes de se opor à penetração alemã no Brasil: o desejo dos militares brasileiros de obterem armas, e o desejo do Presidente Vargas de obter financiamento para o projeto siderúrgico (HILTON, 1977a). Caffery enviou a Hull o seguinte documento em julho de 1940:

Se as autoridades militares brasileiras não puderem comprar armas a crédito nos Estados Unidos, irão comprá-las a crédito a longo prazo ou mesmo aceitá-las de presente dos alemães. Isso resultará na predominância alemã no Exército e em outros setores [...] Se o Presidente Vargas não puder obter a tão desejada siderúrgica através de financiamento americano, aceitará esse financiamento de *Krupp* [...] Se os alemães fornecerem as armas e financiarem o projeto siderúrgico, ou se eles fizerem uma das duas coisas, será em vão esperarmos conservar nossa atual posição no Brasil [...] Chegou a hora de decidirmos se para manter o Brasil fora da órbita alemã vale a pena correr tais riscos ... ou não³³.

Se o embaixador estava sendo sensacionalista ou não é difícil de saber. Mas no mínimo havia uma preocupação por parte das autoridades americanas com a possibilidade do projeto ser levado a diante pelos alemães.

No dia 24 de julho, uma missão capitaneada pelo industrial Guilherme Guinle foi aos Estados Unidos para negociar os acordos do financiamento. De acordo com as fontes de McCann (1995), Welles enfatizou para Jesse Jones (administrador do *Federal Loan*) da “extrema importância” para os Estados Unidos da indústria do aço, e reforçou que os Estados Unidos haviam se comprometido de todas as maneiras possíveis com o projeto siderúrgico brasileiro. Deixar de ajudar o Brasil nesse projeto resultaria no predomínio da presença alemã na vida econômica e militar no Brasil.

³³ Documento enviado por Caffery a Hull, de 8 e 16 de julho 1940, transcrito na obra de Hilton (1977a, p. 328, grifo nosso).

Naquele mesmo mês, o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha determinou ao embaixador Prufer que pressionasse as discussões no sentido de uma conclusão antes da Conferência Interamericana de Havana, de 21 a 30 de julho. O embaixador alemão só retornou ao Ministério Alemão no dia 07 de agosto, e seu relatório indicava que a atitude das autoridades brasileiras mudara quando as forças do *Reich* deixaram de alcançar uma vitória rápida sobre a Inglaterra.

Naquele momento, o poder de persuasão da Alemanha dependeria do desempenho da Alemanha na guerra e o *Reich* evidentemente sabia disso. Nesse mês, a *Krupp* fez uma última oferta ao Brasil, mas as conversas com os Estados Unidos já estavam muito adiantadas e o ministro da Fazenda evitou aprofundar no assunto. Além disso, o governo alemão estava muito ocupado com a guerra no território europeu.

No dia 04 de setembro, Aranha fez uma última “jogada” com os EUA dizendo a Caffery que a *Krupp* havia feito uma proposta atraente para construir a siderúrgica. Esse comentário de Aranha provavelmente pouca interferência teve, pois as negociações já estavam bastante avançadas e, no dia 26 de setembro foi assinado um acordo no qual se concedia um empréstimo de 20 milhões de dólares do *Export-Import Bank* para o complexo siderúrgico. Estava, portanto, finalmente resolvido a tão sonhada construção da siderúrgica. No Brasil, Aranha declarou que “o acordo esclarecia o significado verdadeiro da amizade brasileiro-americana e aprofundaria a intimidade entre os dois países” (MCCANN, 1995, p. 163).

No próximo capítulo veremos com detalhe a controvérsia sobre a possibilidade efetiva da construção da siderúrgica pela Alemanha. Mas aqui, é importante apenas mencionar que dois meses antes da assinatura do acordo havia sido realizada a Conferência de Havana entre os dias 21 e 30 de julho. O texto final da Conferência, conhecido como Declaração de Havana, estabelecia duas resoluções. A primeira é uma declaração de princípios, na qual o Novo Mundo reafirma a solidariedade continental diante dos últimos acontecimentos europeus. A segunda tem um alcance prático mais imediato, já que trata da criação de uma comissão econômica com sede em Washington, encarregada de estudar as modalidades de fortalecimento da cooperação econômica e financeira entre os países americanos.

Ou seja, era mais um passo no fortalecimento do movimento pan-americano, e reafirmação de solidariedade continental numa conjuntura de guerra. No mês anterior à

Conferência, junho, Vargas teve conversas secretas com o embaixador Prufer na qual ambos discutiam possibilidades comerciais e de construção da siderúrgica. Como será mais bem visto no próximo capítulo, Vargas queria saber as reais possibilidades de a Alemanha participar dos projetos e demandas mais importantes para o governo naquele momento: a indústria de aço e o reaparelhamento das Forças Armadas. Mas àquela altura, o governo alemão não tinha condições de oferecer mais do que promessas e as conversas ficavam restritas a planos para o pós-guerra.

A capacidade da Alemanha de realizar acordos comerciais e se apresentar como um importante parceiro em áreas econômicas estava diretamente relacionado aos resultados da guerra e, nos meses de julho e agosto as tropas nazistas não se sobrepuseram à Inglaterra como ocorreu na França.

Esses acontecimentos são fundamentais para compreender as ações do governo brasileiro nos meses seguintes. Para Seitenfus (1985), o fato do Rio de Janeiro e Berlim estarem conscientes da impossibilidade de dar andamento a seus grandes projetos de cooperação, enquanto o conflito permanecia indefinido, é uma questão fundamental para a compreensão da atitude de Getúlio Vargas, pois:

... se é preciso esperar para ver a Alemanha honrar suas promessas de grandes compras de produtos brasileiros e, sobretudo de fornecimento de equipamentos para o complexo siderúrgico, o Brasil perde uma grande parte de seu poder de negociação, o qual depende, assinalemos ainda uma vez, das rivalidades internacionais do momento. É precisamente enquanto dura a guerra que a margem das manobras brasileiras é mais ampla. Em outros termos, com o fim das hostilidades, Vargas perderá seu maior trunfo das negociações iniciadas tanto com Berlim quanto com Washington. (SEITENFUS, 1985, p. 329).

O argumento de Seitenfus (1985) ajuda a compreender os limites do “poder de barganha” brasileiro frente às grandes potências. Concordamos com a historiografia que vê na rivalidade interestatal da conjuntura da década de 1930 “brechas” para obter ganhos. Afinal, como mostra o relatório enviado por Caffery a Hull, havia o temor de que a Alemanha pudesse firmar parcerias com o Brasil e isso poderia levar o país para sua esfera de influência.

Mas para um país periférico como o Brasil, principalmente do ponto de vista militar, os limites do poder de negociação brasileiro eram claros. Ou seja, o Brasil tinha

importância estratégica geopolítica para as Grandes Potências, mas não tinha condições de efetivamente rivalizar com qualquer uma delas como foi dito no início deste capítulo.

Esse argumento é bem analisado por Alves (2002), segundo o qual, quanto maior e mais nítida a necessidade, para os EUA, em trazer o Brasil para um estreito alinhamento político e militar, maiores as possibilidades. Mas o autor faz a seguinte ressalva:

Entretanto, tais barganhas tinham tempo certo para implementação. Um erro de *timing* ou a insistência em uma posição excessivamente intolerante por parte do governo brasileiro podiam levar a um aumento nas pressões norte-americanas e, com o seu desenvolvimento militar, até a uma solução pela força, tendo em vista a importância que o Brasil tinha para a defesa e projeção de poder dos Estados Unidos em direção aos *fronts* principais da guerra mundial na Europa. Logicamente, um desfecho desta natureza não traria qualquer vantagem para o governo brasileiro. (ALVES, 2002, p. 100).

Dentre a literatura abordada por nós, apenas em Alves (2002) encontramos referência à possibilidade de uma ocupação à força pelos Estados Unidos na época. Apesar de parecer algo pouco provável naquele momento, o autor afirma que há evidências em documentos norte-americanos sobre a possibilidade de uma ação dessa natureza:

Para aqueles que menoscabam esta hipótese, devo ressaltar que pululam remissões, em livros dos mais diversos autores, de diversos planos militares norte-americanos, muitos dos quais feitos sob ordens presidenciais, para desembarque e ocupação de larga faixa de território brasileiro, privilegiando-se, por razões já expostas, o nordeste do país. (ALVES, 2002, p. 100).

Para mostrar que a possibilidade de uma invasão ao Brasil não é uma idéia absurda, Alves (2002) menciona a operação *Torch*, que consistiu na invasão do Marrocos e da Argélia em 1942. Esses dois países estavam sob a administração da França de Vichy (governo hitlerista). Para expulsar a influência do Eixo no norte da África, os norte-americanos não mediram esforços em operações de invasão e ocupação. Por isso o autor questiona por que no Brasil as coisas seriam diferentes?

Caso o governo brasileiro adotasse curso de ação excessivamente pouco cooperativo, em face da importância estratégica do país já descrita, não era

pouco provável, na verdade, um ataque e ocupação de parte do território nacional, levando inclusive a uma possível mudança de governo no país, nos moldes do acontecido com as colônias francesas da África. (ALVES, 2002, p. 102).

Mas comparar o Brasil às colônias européias da África não nos parece um exercício adequado para se acreditar que um ataque norte-americano ao Brasil, em caso de pouca cooperação, pudesse acontecer. Primeiramente porque se tratavam justamente de colônias européias em outro continente que não o americano. Em segundo lugar, o Brasil, como apresentado na primeira seção deste capítulo, já possuía há tempos um bom relacionamento diplomático com os Estados Unidos e uma invasão mais agressiva jogaria por terra a Política da Boa Vizinhança de Roosevelt.

Com isso, não se pode desconsiderar que nos círculos militares mais belicosos de Washington tenha sido cogitado uma ocupação forçada no litoral nordestino brasileiro caso o Brasil não cooperasse, mas certamente essa seria uma última opção.

Mas concordamos com o autor de que havia limites claros para conseguir concessões e parcerias dos Estados Unidos e as mesmas deveriam vir no momento certo: “Era, por isso, necessário barganhar as demandas no momento certo, já que uma vez implementada a decisão em prol de um estreitamento do alinhamento com os norte-americanos, ela não ensejava caminho de volta”. (ALVES, 2002, pp. 102-103).

A análise das relações diplomáticas entre o Brasil e, os Estados Unidos e Alemanha, nos leva à conclusão de que o governo brasileiro (e, sobretudo Vargas) agiu de modo a maximizar os ganhos para o país. Vargas apresentava as demandas e era cuidadoso em estreitar alinhamentos que pudessem comprometer os ganhos com as demais potências. Por isso, o presidente brasileiro nunca se mostrou arredio com os Estados Unidos e tampouco a Alemanha até a declaração de guerra.

Veremos agora, brevemente, a evolução dos acordos ao longo do ano de 1941. Nesse ano, as possibilidades com a Alemanha se estreitaram abruptamente em decorrência do envolvimento da Alemanha na guerra, mas os dois países ainda realizaram trocas comerciais. A diferença em relação ao ano de 1940 é que no ano de 1941, cada passo dado em direção aos Estados Unidos implicava num afastamento com a Alemanha até a ruptura total em janeiro de 1942.

2.3 Fim da neutralidade e inícios do comércio de armas e da aliança militar Brasil-Estados Unidos.

Do nosso ponto de vista, o Brasil só começou a dar sinais de que estava se aproximando dos Estados Unidos em detrimento da Alemanha, a partir de julho de 1940. Esse foi o momento em que o “jogo duplo” rendeu ao governo a assinatura do acordo da usina de Volta Redonda. Até aí, o governo realizou importantes missões diplomáticas, como a missão Góes na qual foram estabelecidas as demandas militares do Brasil.

Um aspecto importante da aliança Brasil-Estados Unidos foi a construção e concessão de bases e linhas aéreas do Brasil aos Estados Unidos. Fugiria de nosso objeto de estudo adentrar nessa questão, mas o leitor que tiver maior interesse sobre esse assunto pode recorrer à autores como Belot³⁴, Hirst³⁵, além dos autores já utilizados por nós com destaque para McCann.

De maneira sucinta, a questão da construção das bases militares e concessão de linhas aéreas foram iniciadas no ano de 1941. De acordo com McCann (1995), a sondagem da base aérea em Natal (RN) foi feita em abril de 1941. Em setembro chegaram os primeiros equipamentos pesados, como niveladoras máquinas de terraplanagem, caminhões pesados e etc. A preocupação com a defesa do continente seria redobrada com o ataque japonês a *Pearl Harbor*, como mostra McCann (1995, p. 190): “a mentalidade de segurança naturalmente aumentou e Vargas atendeu à solicitação de Roosevelt de que o Brasil permitisse fuzileiros navais uniformizados estacionados em Belém, Natal e Recife”.

No entanto, a resistência de alguns membros do governo brasileiro em relação à presença de tropas americanas no país era muito grande. Isso adiou o desembarque de soldados e fuzileiros navais até o ano seguinte (1942), com a oficialização da ruptura com o Eixo.

³⁴ **A Guerra Aeronaval no Atlântico (1939-1945)**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1949.

³⁵ **O Processo de alinhamento nas relações Brasil-Estados Unidos: 1942-1945**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1982.

Surpreendentemente, até mesmo um dos maiores defensores do alinhamento com os EUA, Osvaldo Aranha, foi contrário à admissão de soldados estrangeiros armados, conforme mostra McCann (1995, p. 190), mas “aceitou, em princípio, a necessidade de os americanos trazerem pessoal dos serviços para operar a rota de transporte que se desenvolvia até a África”.

Já no que diz respeito às linhas aéreas houve, de acordo com Seitenfus (1985), uma “americanização” das linhas aéreas brasileiras através da concessão de vários trechos para a *Pan American Airways*, que já possuía uma filial no Brasil, a *Panair*. Os Estados Unidos, de acordo com o autor, pressionaram o governo brasileiro para a total concessão das linhas aéreas ao longo do primeiro semestre de 1941, e obtiveram sucesso:

No fim desse período, os sucessos de Washington já são dignos de nota, pois o Brasil decide não outorgar novas concessões às companhias ligadas aos interesses alemães. A consequência imediata e inevitável dessa decisão é que as novas rotas aéreas abertas no Brasil serão concedidas a companhias norte-americanas. Quando as autoridades brasileiras decidem aumentar o número de vôos entre Assunção e Rio de Janeiro, é à *Panair* que recorrem. Além do mais, são concedidas facilidades às companhias norte-americanas para a rota que margeia o norte da América do Sul até o Nordeste brasileiro. (SFEITENFUS, 1985, p. 346).

A concessão das linhas aéreas é um grande indicativo de que a aliança entre Brasil e Estados Unidos estava não apenas avançada, mas muito próxima de ser oficializada. Na medida em que possuíam as linhas aéreas, as comunicações a nível continental estavam praticamente consolidadas. Esse era um passo importante para o deslocamento de tropas e mercadorias entre o continente americano e a Europa e África, e um passo definitivo para afastar completamente a Alemanha da América do Sul. O Brasil adotava cada vez mais, o que se denominava de não beligerância. Essa era, de acordo com Alves (2002, p. 115), “uma posição de não envolvimento direto no conflito, com forças armadas próprias, mas de apoio declarado e explícito a um dos lados combatentes”.

Tanto era a condição de não beligerante que o Brasil caminhava que, de acordo com McCann, se os Estados Unidos viessem a declarar guerra à Alemanha, como consequência de seu apoio à Inglaterra, Vargas prometia que o Brasil não permaneceria neutro, “assumiria o seu lugar lado a lado com os americanos” (MCCANN, 1995, p.

196). Mas por mais próxima e adiantada que estivessem as negociações militares com os Estados Unidos, Vargas não quis se adiantar (e até mesmo se precipitar) na oficialização do alinhamento com os aliados. Como será visto melhor no capítulo 4 desse trabalho, o presidente brasileiro ao longo do ano de 1941 não quis criar inimizades com a Alemanha, e procurou ser o mais amistoso possível com as autoridades diplomáticas do *Reich*.

O desejo dos norte-americanos de consolidar o Brasil como aliado levou a algumas propostas de missões militares brasileiras fora do território nacional. Um exemplo disso foi quando autoridades norte-americanas questionaram Vargas se, caso Portugal fosse invadido e Salazar pedisse ajuda americana ou brasileira, o Brasil estaria pronto e disposto a agir.

De acordo com McCann, Vargas procurou os militares e Dutra foi enfático: “Dutra respondeu que o Exército não estava pronto e se perguntava por que os americanos consideravam as forças brasileiras capazes de conduzir operações no exterior, mas incapazes de defender o seu próprio território” (MCCANN, 1995, p. 198).

Ou seja, o Brasil continuava a enfatizar que a deficiência do equipamento militar inviabilizaria maiores participações do país na guerra, e não deveria considerar operações fora das fronteiras nacionais enquanto os Estados Unidos não enviassem o equipamento que lhes havia solicitado. Para McCann (1995), nesse momento tornou-se claro para as autoridades norte-americanas que, para a efetivação de uma cooperação mais estreita, os Estados Unidos teriam primeiro de armar o Brasil.

Vejamos agora então os primeiros acordos militares realizados ao longo do ano de 1941 que consolidaram a aliança Brasil-EUA. O primeiro acordo foi assinado no dia 17 de janeiro de 1941 e teve como objetivo a instalação no Rio de Janeiro de duas missões militares norte-americanas – uma do exército e outra da aviação. Alguns meses depois, conforme fontes de Seitenfus (1985), em abril de 1941, foi concluído um novo acordo sobre as facilidades de que doravante se beneficiará a Marinha de Guerra dos Estados Unidos em suas operações no Atlântico.

As autoridades norte-americanas decidem aumentar o número de patrulhas ao longo da costa atlântica do continente americano e, para facilitar sua tarefa, o Brasil, pelo acordo de abril de 1941, abre às forças navais norte-americanas os portos do litoral

norte e nordeste para reparos, ancoragem e reabastecimento. Em troca, Washington prometeu a entrega do material de guerra, além de receber assistência da missão naval.

O terceiro acordo militar atendeu a um pedido de fornecimento de armas por parte do Brasil como mostra Seitenfus (1985):

Os Estados Unidos concordam com o pedido brasileiro e um crédito de 12 de milhões de dólares, concedido em fins de abril de 1941 pelo Banco *Export-Import*, permite ao Brasil adquirir, pela primeira vez, um importante equipamento militar nos Estados Unidos. (SEITENFUS, 1985, p. 352, grifo nosso).

Alves (2002) explica que o que permitiu aos Estados Unidos auxiliar os Aliados (tanto na Europa quanto na América Latina) com armamentos foi a aprovação pelo Congresso dos EUA, em março de 1941, da lei de Empréstimos e Arrendamentos (o *Lend-Lease Act*³⁶), além evidentemente, do grande aumento da produção de armas como mostra a tabela 1 deste trabalho. Essa medida veio em um momento em que o Reino Unido não tinha mais condições de financiar seu próprio esforço de guerra, principalmente as compras de equipamentos bélicos no exterior.

Os Estados Unidos que, como visto, foi o mais retardatário na produção de armas na década de 1930, tornar-se-ia o mais importante para o suprimento de armas. De acordo com Seitenfus, em junho de 1941, o Departamento de Estado prepara um acordo padrão para o *lend-lease* e, a 1º de outubro, os Estados Unidos e o Brasil assinam um acordo no qual os primeiros se comprometem a fornecer até 100 milhões de dólares de equipamento militar ao Brasil durante os três anos seguintes (SEITENFUS, 1985).

Ainda de acordo com o autor, apesar do enorme avanço na venda de armas, o Brasil não modificou sua posição em relação à presença de militares norte-americanos em solo brasileiro. Os primeiros esforços, como mencionado, foram em convidar o Brasil a participar de missões fora do território nacional, o que foi imediatamente

³⁶ De acordo com Alves (2002, p. 117), o funcionamento da lei ocorria da seguinte maneira: “Não haveria empréstimos. No lugar deles os Estados Unidos proveriam os ingleses com todas as armas e equipamentos que eles tivessem necessidade, desde que ao final da guerra eles devolvessem o que lhes havia sido fornecido. Através desse instrumento jurídico, o Presidente dos Estados Unidos podia, discricionariamente, vender, arrendar, emprestar ou trocar armas ou outros equipamentos para defesa com qualquer país, “cuja defesa o Presidente julgasse vital para a defesa dos Estados Unidos”.

rejeitado pela cúpula militar brasileira. Os esforços consentidos por Washington, portanto, até o início do segundo semestre de 1941, para levar o Brasil a uma maior colaboração na defesa continental, permanecem sem qualquer efeito prático.

O Brasil aceitou a criação, em julho de 1941, de uma comissão militar conjunta (Brasil-EUA), para se estudar os meios para colocar em prática uma cooperação militar entre os dois países. No dia 24 de julho de 1941, foi feita a regulamentação das atividades da Comissão Mista, assinada pelo General Eurico Gaspar Dutra e pelo Brigadeiro Lehman W. Miller.

Nesse documento havia promessas por parte de ambos os países, como mostra Rahmeier (2009, p. 284): “O Brasil prometia basicamente auxiliar a defesa comum do continente e construir bases aéreas e navais, e autorizar os demais países americanos a utilizá-las. Os EUA auxiliariam na aquisição de armamentos e de técnicos”.

Rahmeier (2009) utiliza o conceito de “condescendência pragmática” de Leticia Pinheiro (1995, pp. 108-119), que procura ir além do conceito de “equidistância pragmática” de Moura (1980). De acordo com a autora, a proximidade entre Brasil e Estados Unidos intensificou-se a partir da impossibilidade de comércio entre Brasil e Alemanha, em função do bloqueio continental, desde setembro de 1939. Ainda de acordo com a autora, após 1941, a “condescendência pragmática” foi intensificada, dando sinais a um alinhamento militar entre Brasil e EUA.

Do nosso ponto de vista, talvez o conceito de “condescendência pragmática” tenha mais poder explicativo do que o de “equidistância pragmática” de Moura (1980), ainda que o termo “equidistância pragmática” seja em parte adequado para os anos de 1938 e 1939. Mas aqui reside uma divergência entre nossa interpretação dos acontecimentos de 1939 e 1940, e a de Moura (1980).

Para o autor, a Missão Aranha significou uma vitória da política externa norte-americana, embora Moura reconheça que tenha fracassado a implementação das decisões de natureza comercial e financeira. Em suas palavras: “A vitória, como analisamos, consistiu no fato de ter estabelecido um ponto de apoio para romper, nos anos seguintes, a equidistância pragmática da política externa brasileira” (MOURA, 1980, p. 184).

Ainda dentro do raciocínio do autor, o aumento da capacidade de barganha do Estado brasileiro na fase da “equidistância pragmática” fez com que o governo dos Estados Unidos, premido pela necessidade de constituir o seu sistema de poder, lançasse mão da negociação. É justamente essa circunstância, segundo o autor, “que explica que os maiores ganhos da política externa do governo Vargas tenham ocorrido no período de quebra da equidistância pragmática e não durante sua vigência” (MOURA, 1980, p. 185).

Aqui há de se fazer as seguintes observações: para Moura (1980), a partir de 1939 (com a Missão Aranha), é possível falar no início da quebra da equidistância pragmática. Do nosso ponto de vista, a análise simultânea da política externa brasileira, norte-americana e alemã torna difícil fazer tal afirmação. Será visto que no primeiro semestre de 1939, Brasil e Alemanha estavam empenhados em manter relações diplomáticas da melhor maneira possível, afinal, o ano anterior havia sido de excepcional desempenho comercial alcançado pelos EUA. Isso fez com que os dois países providenciassem novos embaixadores em meados de julho de 1939.

Com o estopim da guerra, o Brasil manteve a neutralidade e as negociações sobre a compra de armas e a siderúrgica. No primeiro semestre de 1940, as circunstâncias proporcionadas pelo desempenho alemão na guerra fizeram com que Vargas apostasse nos dois lados para conseguir seus projetos: armas e a siderúrgica. Mesmo que suas intenções fossem “usar” a Alemanha para obter a ajuda norte-americana, o governo brasileiro, e mais especificamente Vargas, mantiveram conversas e negociações, inclusive secretas como foi o caso de julho de 1940. Isso significa que Alemanha ainda era uma opção, por mais que os Estados Unidos fossem a preferência brasileira. Por esse motivo, o Brasil foi bem sucedido no “jogo duplo” que realizou na questão da siderúrgica.

Há que se diferenciar, portanto, os ganhos que o Brasil realizou na fase da “equidistância pragmática”, sendo eles o comércio de matérias primas proporcionado pelos marcos de compensação e a siderúrgica de Volta Redonda; e os ganhos obtidos na fase do alinhamento oficial que foram: aquisição de equipamento bélico norte-americano e demais equipamentos na área da defesa. Essa diferenciação nos parece importante para não incorrer na análise simplificada de atribuir todos os ganhos à fase do alinhamento com os Estados Unidos, pós-1942.

O que parece não haver dúvida, concordando com Moura e praticamente todos os demais autores, é que houve um realinhamento mais forte e explícito no ano de 1941, com a intensificação das negociações militares e na área da defesa. Seria precisamente na passagem do ano de 1940 para o ano de 1941, e ao longo desse ano, que houve a intensificação de um processo que cabe melhor na definição de “condescendência pragmática”, o qual de acordo com Rahmeier (2009, p. 280) significa que “o governo brasileiro não tinha muitas escolhas, mas, mesmo assim, conseguiu impor algumas condições para um alinhamento com os Estados Unidos”.

O documento assinado em julho de 1941 entre os dois países, de acordo com Seitenfus (1985), continha também alguns princípios estabelecidos pelos mesmos:

Em troca de um fornecimento de equipamento militar e dos técnicos, de que o Brasil tem necessidade para sua defesa, o Rio de Janeiro se compromete “a participar, com todas suas forças e meios disponíveis, da defesa comum do continente, bem como organizar a defesa de suas costas e ilhas adjacentes” e admite a “construção das bases navais e aéreas que poderão ser utilizadas pelos Estados Unidos”. (SEITENFUS, 1985, p. 355).

No mês de julho de 1941, novamente Brasil e Estados Unidos têm percepções distintas em relação à guerra. A Alemanha de Hitler lançou uma ofensiva a leste da Europa rumo à União Soviética, o que a princípio parecia indicar que possíveis planos de Hitler em relação à América do Sul iriam se tornar remotos. De acordo com Seitenfus (1985), a mudança de direção da guerra levou os dirigentes brasileiros a considerar o perigo alemão como estando doravante afastado. Desse modo, as medidas preconizadas pelos Estados Unidos em escala continental parecem exageradas diante dos riscos a que efetivamente estão submetidos o Novo Mundo em geral, e o Brasil em particular.

Curiosamente, os norte-americanos fazem interpretação distinta, acreditando que um ataque alemão no Atlântico Sul estaria mais provável de acontecer. O relatório de Cordell Hull alertava sobre uma continuidade das conquistas alemãs na faixa atlântica, em direção à península ibérica e suas ilhas atlânticas, África Ocidental francesa e finalmente nordeste do Brasil como mostra o trecho abaixo:

... a situação está mudando com grande rapidez e a possibilidade de uma agressão alemã contra o hemisfério ocidental está tornando-se mais iminente. Na avaliação do Presidente e dos Chefes de Estado-Maior da Marinha e do Exército, os locais mais vulneráveis sob o ponto de vista da segurança do hemisfério ocidental são: Islândia e Natal, no Brasil. Caso o governo alemão seja capaz, em futuro próximo, de obter controle sobre Dacar, é provável que a Alemanha empreenda um clássico movimento estratégico em forma de pinça, visando a tomada da Islândia e de Natal, o objetivo último sendo, através do uso de forças aéreas baseadas nestas regiões, isolar a Grã-Bretanha dos suprimentos que no momento chegam até ela via oceano atlântico. (DESCH, 1993 apud ALVES, 2002, p. 95).

Essa diferença na percepção do desenrolar da guerra fez com que as autoridades militares norte-americanas, como o coronel Lehman Miller, ficassem irritadas com as atitudes do governo brasileiro que, segundo ele, era negligente perante os fatos. De acordo com Seitenfus (1985), Miller constatou que nenhuma medida considerada urgente em julho de 1941 foi tomada pelos brasileiros. Dirigiu-se a Góes Monteiro em outubro alegando que havia “desconfiança sobre os propósitos do Brasil nas questões da cooperação militar com os Estados Unidos” (SEITENFUS, 1985, p. 355).

O Chefe do Estado-Maior brasileiro não negou as dificuldades de se aprofundar a cooperação militar entre os dois países, devido à “falta de confiança” recíproca que caracterizava as relações militares entre Brasil e EUA. A grande divergência, e motivo de atritos, estava na questão da cessão das bases militares do Nordeste brasileiro aos Estados Unidos. De acordo com Seitenfus:

Diante da rigidez da posição brasileira, o Estado-Maior norte-americano consente em não ocupar as bases do nordeste, mas exige, em troca, ficar livre para agir – sem autorização prévia do governo brasileiro – caso a Região Nordeste seja atacada por forças não americanas. (SEITENNFUS, 1985, p. 356).

Novamente, a resposta brasileira foi negativa, alegando que intervenções estrangeiras não poderiam ser admitidas, pois isso constituiria num atentado à soberania nacional (SEITENFUS, 1985). O trecho acima, extraído da obra de Seitenfus, pode remeter ao argumento de Alves (2002) de que não estaria completamente descartada uma intervenção norte-americana forçada (sem consentimento brasileiro), caso o Brasil não cooperasse melhor com os EUA no âmbito da defesa continental.

Alves (2002) menciona vários documentos governamentais do período, que comprovam que essa não era uma hipótese completamente descartada. Mas as fontes primárias de outros autores, como McCann (1995), revelam que essa era de fato uma possibilidade pouco remota até mesmo no ano de 1941:

O Embaixador Caffery, repetidas vezes, preveniu Washington de que tanto os amigos quanto os inimigos dos Estados Unidos se oporiam à iniciativa. “Eles são irredutíveis quanto a esse assunto”, avisava. “Nossas tropas podem ser enviadas a Natal, mas contra a vontade dos brasileiros, somente pela força das armas a região poderá ser ocupada. É um erro de nossas autoridades militares levar adiante [...] qualquer coisa desse tipo. (MCCANN, 1995, p. 200, grifo nosso).

Seria necessário um acontecimento maior para alterar a postura do governo brasileiro. No dia 07 de dezembro de 1941, o Japão atacou a base norte-americana de *Pearl Harbor*. No dia seguinte, os Estados Unidos declararam guerra ao Japão. Conseqüentemente, no dia 11 a Itália e a Alemanha uniram-se ao Japão e declararam guerra aos Estados Unidos.

O Brasil, como em inúmeros outros episódios da vida política do país, se colocou prontamente ao lado dos norte-americanos manifestando todas as formas possíveis de solidariedade. A principal delas foi um telegrama enviado por Getúlio Vargas diretamente à Roosevelt, no qual manifestava total apoio:

Ao tomar conhecimento da agressão sofrida por parte do Japão, convoquei os membros do meu governo, decidimos por unanimidade que o Brasil se declarasse solidário com os Estados Unidos, coerente com as suas tradições e compromissos na política continental³⁷.

Roosevelt, por sua vez, agradeceu as manifestações brasileiras e preparou o terreno para a terceira Conferência de Ministros de Relações Exteriores do Continente. O objetivo era chegar num acordo sobre medidas concretas a serem tomadas diante da nova situação gerada pelo ataque japonês.

³⁷ Documento da coletânea: **Textos Políticos da História do Brasil**, tema Envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, telegrama nº 221.3, de Vargas a Roosevelt, transcrito na obra de Rahmeier (2009, p. 263).

Antes mesmo do início da Conferência, o governo brasileiro não esperou os resultados dos trabalhos para começar a se movimentar pela defesa continental liderada pelos Estados Unidos, como mostra Seitenfus (1985, p. 368): “Assim, em 23 de dezembro chegam a Recife os primeiros soldados e oficiais norte-americanos destinados à preparação das bases militares da Região Nordeste”.

A escolha do Rio de Janeiro como sede da Conferência não foi ao acaso. De acordo com McCann (1995, p. 203), o governo norte-americano inibiu iniciativas de levar para qualquer outro lugar porque “Hull e Welles acreditavam que a ‘psicologia’ criada com a manutenção do encontro no Rio seria favorável à causa aliada, e porque ali Osvaldo Aranha presidiria a Conferência”.

No Rio de Janeiro, a delegação norte-americana, como não poderia ser diferente, induziu todas as nações ao rompimento das relações diplomáticas com o Eixo. Liderada por Welles, a delegação norte-americana queria que a Conferência chegasse a uma decisão comum obrigatória. Dois países impediram que tal resolução fosse aprovada: Chile e Argentina. Não vêm ao caso analisar os motivos que levaram os dois países do cone sul a adotarem tal posição, mas o fato é que àquela altura interessava para os Estados Unidos que o Brasil oficializasse a ruptura com o eixo. Por esse motivo, Roosevelt se dirigiu pessoalmente à Aranha no dia 07 de janeiro:

Eu desejo expressar pessoalmente minha profunda gratidão por tudo que Vossa Excelência tem feito e continua fazendo para que a solidariedade do hemisfério seja uma realidade. O momento é de importância histórica para as relações entre as 21 Repúblicas Americanas, pois uma decisão tomada agora de honrar rapidamente e definitivamente os compromissos de solidariedade continental assumidos anteriormente garantirá ao Novo Mundo uma defesa contra qualquer ataque³⁸.

A cúpula do governo brasileiro estava ainda relativamente dividida. De um lado estava Aranha, completamente empenhado para que o Brasil rompesse com o Eixo; de outro lado estavam os militares, ainda receosos, pois acreditavam que romper com o Eixo os levaria “inevitavelmente à guerra, e que as Forças Armadas não se achavam suficientemente equipadas para assegurar a defesa de nosso território”³⁹. E no meio,

³⁸ Documento enviado por Roosevelt a Aranha, de 7 de janeiro de 1942, transcrito na obra de Seitenfus (1985, p.382).

³⁹ Documento de Góes Monteiro a Dutra, de 24 de janeiro de 1942, transcrito na obra de McCann (1995, p205.).

estava Vargas, que apesar de ter expressado fidelidade ao pan-americanismo, concordava com o receio dos militares.

Àquela altura dos acontecimentos era praticamente impossível o Brasil não oficializar a ruptura com o Eixo. O armamento norte-americano de fato ainda não havia chegado ao Brasil, mas isso seria apenas uma questão de pouco para ser resolvida. Os acordos militares com os Estados Unidos estavam bastante avançados, e seria justamente a oficialização da ruptura com o Eixo que faria os equipamentos chegarem mais rapidamente.

Vargas, em seu discurso de 15 de janeiro, usou palavras como “defender palmo a palmo, o próprio território”, que em uma conjuntura de guerra só pode ser considerada se houver condições para real defesa do território. Por isso, “logo depois da abertura dos trabalhos da conferência, Getúlio Vargas declara a Sumner Welles que o Brasil conta com os Estados Unidos para tornar possível seu desejo de defesa continental” (SEITENFUS, 1985, p. 384).

Com a ruptura entre o Brasil e o Eixo, os Estados Unidos concordam que o fornecimento de armas e equipamentos para a defesa deverá ser providenciado o mais rápido possível, pois afinal, a defesa continental depende da estrutura brasileira. Todas as autoridades norte-americanas, incluindo Roosevelt, manifestam total apoio ao fornecimento de armas, ainda que o mesmo não pudesse ser feito imediatamente, como mostra Seitenfus:

Para o diplomata norte-americano, o Brasil, em sua qualidade de “amigo e aliado dos Estados Unidos, tem direito ao fornecimento – através do *‘Lend-Lesse Act’* – de aviões, de carros e de uma artilharia costeira suficiente para equipar a Região Nordeste, cuja defesa é vital tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos...”. Roosevelt responde já no dia seguinte à comunicação de Welles e se declara de acordo com os pedidos brasileiros, mas não se compromete formalmente e se contenta em prometer que os Estados Unidos chegarão a isso “o mais cedo possível”. (SEITENFUS, 1985, p. 385).

Ou seja, a chegada do material ainda esperou alguns meses depois da III Conferência do Rio de Janeiro. Vargas encerrou o encontro do Conselho de Segurança Nacional em janeiro de 1942, afirmando que os Estados Unidos “prometeram satisfazer as necessidades de nossas Forças Armadas, mas não cumpriram ainda a promessa”. (ALMEIDA, 2011, p. 6).

Alves (2002) destaca que em fevereiro/março de 1942, Sousa Costa foi enviado aos Estados Unidos para cobrar o cumprimento da promessa feita por Roosevelt, de fornecimento de armas:

Além de novos contratos comprometendo ainda mais o Brasil com o esforço de guerra norte-americano, os EUA elevaram para 200 milhões de dólares o crédito inicial de 100 milhões abertos ao governo brasileiro em outubro de 1941, para aquisição de material bélico no país através do *Lend-Lease*. No mesmo ano seriam, finalmente, entregues os primeiros lotes de equipamentos bélicos pesados (peças de artilharia, carros de combate, aviões e navios de escolta) às três forças brasileiras. O pagamento incidiria sobre 35% do valor das armas, e seria realizado em 6 prestações iguais, a primeira das quais a ser saldada em 1º janeiro de 1943. (ALVES, 2002, p. 132).

Os três anos que se seguiram após a III Conferência do Rio de Janeiro foram de intensos acordos militares e de compras de armas. Ainda de acordo com os dados de Alves (2002), o total chegou a US\$ 332 milhões fazendo do Brasil o 5º maior receptor de recursos norte-americanos para a esfera militar, atrás apenas da Grã-Bretanha, URSS, França e China. Ao final da guerra, o Brasil torna-se a maior potência militar da América do Sul, num contexto em que a Alemanha já não desempenharia mais o papel que desempenhou na década de 1930. A partir de então, as relações entre Brasil e Estados Unidos se realizariam em conjuntura internacional completamente distinta.

II PARTE

**POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA COMERCIAL TEUTO-BRASILEIRA
ENTRE 1930 E 1942.**

3 Política externa e Política Comercial teuto-brasileira entre 1930 e 1942.

3.1 Introdução.

Nesse capítulo analisaremos a política externa e comercial do Brasil com a Alemanha ao longo da década de 1930. O capítulo está organizado da seguinte forma: primeiro será feita uma breve introdução apresentando a crescente presença da economia alemã no comércio internacional, e com o Brasil nas três primeiras décadas do século XX, salvo a interrupção do comércio em 1917 com a declaração de guerra à Alemanha.

Posteriormente será analisado o comércio do Brasil com a Alemanha a partir de 1933, com a recuperação da economia alemã a partir do governo de Adolf Hitler. Nessa parte será destacado o comércio de compensação, a pauta dos produtos comercializados e a política externa do governo brasileiro, sobretudo após 1937 no Estado Novo.

Na terceira parte será apresentada a análise da compra de armamentos da Alemanha entre 1938 e 1940. Neste capítulo, o objetivo é apresentar a política comercial brasileira com a Alemanha vista como essencial pelas autoridades políticas, para diversificar os mercados exportadores além de suprir a demanda de reequipamento das Forças Armadas.

Para o objetivo desse trabalho, procuraremos mostrar como a Alemanha apresentou-se como o melhor parceiro comercial do Brasil (depois dos Estados Unidos), e como o Brasil utilizou-se da rivalidade interestatal entre Estados Unidos e Alemanha para obter dividendos para os principais projetos do Estado Novo: industrialização pesada e reaparelhamento das Forças Armadas. Para a compreensão do “duplo jogo” realizado por Vargas serão analisadas as possibilidades que se abriam para o Brasil com a parceria teuto-brasileira.

Nessa segunda parte do trabalho será aprofundado o debate controverso sobre o peso da economia alemã no comércio exterior brasileiro entre 1934 e 1940. Como mencionado na Parte 1, de um lado do debate estão os historiadores que atribuem um

elevado peso à economia alemã no comércio exterior, e do outro lado estão alguns economistas, como Marcelo de Paiva Abreu, que acreditam ser superestimado o poder de barganha brasileiro face à rivalidade interestatal entre Estados Unidos e Alemanha. Outro trabalho que contribui para a melhor compreensão das relações políticas e econômicas entre Brasil e Alemanha é a tese de Andrea Helena Rahmeier (2009), que realizou parte da pesquisa na Alemanha com documentos e arquivos do Ministério das Relações Exteriores e Departamento de Estado alemão, de modo que seu trabalho contribui com o olhar “de fora para dentro”, ou seja, entender a relação Alemanha-Brasil pela ótica alemã.

Como dito, no debate sobre os ganhos obtidos pelo Brasil a discussão gira em torno da construção da siderúrgica e do reaparelhamento das Forças Armadas. Não será aprofundada a análise sobre a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, uma vez que a mesma não atendeu aos objetivos de diminuir a fragilidade nacional no que diz respeito à defesa. No entanto, sua discussão insere-se dentro daquilo que parte da historiografia chama de “jogo duplo” realizado por Vargas. Ou seja, a implementação da usina de Volta Redonda esteve diretamente relacionada à rivalidade interestatal entre Estados Unidos e Alemanha.

No debate que divide historiadores e economistas há um fator de ordem metodológica que faz as duas correntes ter interpretações distintas sobre a balança comercial brasileira no período: o tratamento que dão às estatísticas do comércio entre o Brasil e Alemanha no período. Mesmo analisando as duas fontes de dados (como veremos a seguir), uma conclusão é possível chegar: o comércio entre Brasil e Alemanha foi crescente até o estopim da guerra.

Apesar de pressões diplomáticas dos Estados Unidos para diminuir a presença da Alemanha, o governo Vargas realizou acordos comerciais com o *Reich* tanto para reequipamento das Forças Armadas quanto demais produtos manufaturados. Veremos que a Alemanha se mostrava a principal alternativa para o comércio de armas com o Brasil, devido o rápido crescimento da produção bélica alemã na segunda metade da década de 1930, e também aos acordos bilaterais de compensação que não eram realizados em moeda estrangeira. O comércio com a Alemanha foi interrompido no final de 1941 com o fim da neutralidade brasileira na Conferência do Rio de Janeiro em 1942.

3.2 Ascensão do Estado Alemão na economia internacional: 1871-1930.

Em comparação com a Inglaterra e França, a Alemanha foi uma nação tardia em sua centralização política e unificação do Estado. Possivelmente, em nenhum outro país a questão da unificação e centralização política/territorial foi tão importante quanto na Alemanha⁴⁰.

O desenvolvimento econômico em bases capitalistas foi impulsionado na Alemanha a partir da centralização do poder político e a unificação do Estado Nacional. Braga (1999) faz uma análise histórica do desenvolvimento do capitalismo alemão desde o século XVIII, ressaltando as condições que viabilizaram a rápida industrialização do Estado alemão e o transformou em uma das maiores potências econômicas no final do século XIX.

Em 1862, a nomeação de Otto von Bismarck para chanceler da Prússia inaugurou a fase militar da unificação. Em aliança com a Áustria, a Prússia derrotou a Dinamarca na guerra dos ducados (1864), e em seguida Bismarck empreendeu a guerra contra a Áustria (guerra austro-prussiana de 1866).

A vitória prussiana resultou na constituição da Confederação Germânica do norte, e no afastamento da Áustria dos assuntos alemães. Em 1870, eclodia a guerra franco-prussiana, através da qual Bismarck obrigou os estados germânicos do sul a se colocarem sob sua proteção. A Prússia derrotou a França em 1870 anexando os territórios da Alsácia e Lorena e, com isso, completou a unidade alemã em 1871. O Estado alemão foi formado com um viés fortemente militarista e bélico.

A Prússia, portanto, erguia-se no século XIX calcada numa forma particular de Estado – o *Estado de polícia*, ou seja, sua base era uma economia militar e bélica. Dentro desse contexto, muitos dos avanços econômicos foram empreendidos a partir dos interesses materiais do Estado, como afirma Braga (1999).

Após 1871, ano da unificação, a Alemanha presenciou seu maior salto econômico que a colocou entre as primeiras potências econômicas do mundo, superando até mesmo a Grã-Bretanha no final do século XIX:

⁴⁰ Sobre o processo de unificação do Estado Nacional Alemão, ver Costa (2008).

Entre 1875 e 1895 as exportações crescem 30% em valor e ainda mais em volume; sendo que, se em 1872, 44% dessas exportações eram constituídas de produtos manufaturados, em 1900 tal montante alcança a marca de 62%. (BRAGA, 1999, p. 198).

Braga (1999) menciona ainda os setores da economia que foram fundamentais para o “sucesso” alemão:

As indústrias elétricas são unanimemente apontadas como o maior êxito da moderna Alemanha, tendo sido alcançado através da pesquisa científica e do suporte financeiro dos grandes bancos. A produção do segmento elétrico “pesado” incluía geradores, acumuladores, transformadores e outros equipamentos para usinas elétricas, fábricas e ferrovias. No segmento “leve” apareciam: cabos, lâmpadas, equipamentos telefônicos e telegráficos e vários utensílios domésticos. A indústria naval também apresenta papel de destaque no desenvolvimento alemão. Entre 1892 e 1907, a participação mundial da Alemanha na construção de navios muda de 7,3% para 13,8%. A tonelagem construída cresce de 240 mil, em 1899, para 390.991, em 1906, enquanto a capacidade de seus estaleiros já tinha alcançado, em 1914 o patamar de 400 mil toneladas de navios mercantes. (BRAGA, 1999, p. 200, grifo nosso).

A Alemanha no início do século era uma das maiores potências econômicas e militares da esfera capitalista. Seu êxito estava associado às guerras do contexto europeu do final do século XIX, mas que se mantiveram ao longo das três primeiras décadas do século XX.

Ao contrário dos Estados Unidos, que possuíam amplas reservas de recursos naturais em seu território, a Alemanha carecia de algumas matérias primas para o desenvolvimento industrial. No início do século XX, o mercado alemão entrava com expressividade no mercado latino-americano e principalmente no Brasil.

Segundo os dados de Moniz Bandeira:

O comércio com a Alemanha era o que apresentava maior incremento. As exportações para o Brasil cresceram de 10.950.000 dólares, em 1902, para 14.150.000, em 1904, enquanto as importações saltavam de 29.650.000 dólares para 39.175.000, no mesmo período. Ela ocupava então o segundo lugar no mercado externo brasileiro, depois dos Estados Unidos (exportações) e da Inglaterra (importações). Suas transações com a América do Sul se desenvolviam mais que as desses dois países. Aumentaram 70 milhões de dólares, em 1904, contra 61 milhões, da Inglaterra, e apenas 13.302.501, dos Estados Unidos. (MONIZ BANDEIRA, 2007, pp. 265-266).

Dando seqüência aos dados de Moniz Bandeira, McCann (1995) afirma que às vésperas da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha se colocava como terceiro parceiro do comércio internacional do Brasil, atrás da Grã-Bretanha e dos EUA. O comércio com o Brasil foi duramente afetado com a Primeira Guerra Mundial. À Alemanha foram impostos acordos de paz punitivos⁴¹ que afetaram sua indústria e moeda⁴². Ao contrário dos Estados Unidos, que tiveram bom desempenho econômico na década de 1920 (HOBSBAWM, 1994, p. 95), a Alemanha conviveu com hiperinflação, resultante das reparações extorsivas impostas. A crise de 1929 agravou ainda mais o quadro econômico da Alemanha, permitindo a ascensão do nazismo.

Segundo Hobsbawm, com exceção dos Estados Unidos, o desemprego permaneceu elevado em boa parte da Europa na década de 1920:

... o desemprego na maior parte da Europa Ocidental permaneceu assombroso e, pelos padrões pré-1914, patologicamente alto. É difícil lembrar que mesmo nos anos de *boom* da década de 1920 (1924-1929) o desemprego ficou em média entre 10% e 12% na Grã-Bretanha, Alemanha e Suécia, e nada menos de 17% a 18% na Dinamarca e na Noruega. (HOBSBAWM, 1994, p. 95).

Com a crise de 1929, os indicadores econômicos e sociais da Alemanha são deteriorados ainda mais, e o desemprego atingiu o maior índice da Europa: “No pior período da Depressão (1932-3), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, e nada menos que 44% da alemã não tinha emprego” (HOBSBAWM, 1994, p. 97).

O caos econômico e social em que se encontrava a Alemanha no final da década de 1920 e início de 1930 foi segundo Hobsbawm (1994) e Braga (1999), os elementos decisivos para a ascensão do nazismo na Alemanha.

⁴¹ Segundo Hobsbawm (1994): “Impôs-se à Alemanha uma paz punitiva, justificada pelo argumento de que o Estado era o único responsável pela guerra e todas as suas conseqüências, para mantê-la permanentemente enfraquecida. Isso foi conseguido não tanto por perdas territoriais, embora a Alsácia-Lorena voltasse à França e uma substancial região no Leste à Polônia restaurada, além de alguns ajustes menores nas fronteiras alemãs; essa paz punitiva foi, na realidade, assegurada privando-se a Alemanha de uma marinha e uma força aérea efetivas; limitando-se seu exército a 100 mil homens; impondo-se “reparações” teoricamente infinitas”. (HOBSBAWM, 1994, p. 41).

⁴² Sobre a desestabilização monetária da Alemanha na década de 1920, ver Eichengreen (2000).

3.3 Ascensão do nazismo e intensificação do comércio Brasil-Alemanha em marcos de compensação.

Hitler se tornou chanceler da Alemanha em 30 de janeiro de 1933 e sua política econômica foi a mais bem sucedida da Europa, o que deu ampla legitimação popular ao regime nazista: “O único Estado Ocidental que conseguiu eliminar o desemprego foi a Alemanha nazista entre 1933 e 1938”. (HOBSBAWM, 1994, p. 97).

Assumiu a presidência do país em 2 de agosto de 1934 com a morte de Hindenburg. A partir desse ano começava a rápida recuperação econômica da Alemanha, apoiada novamente na produção de armamento e bens de capital:

O programa de produção de tratores da *Krupp* era apenas um codinome para a produção de tanques, tendo início já em 1933, ainda que estivesse banida pelo Tratado de Versalhes, assim como banida estava a produção de aviões militares, que, no entanto, correspondia a 42% da produção aeronáutica. O fabricante principal de explosivos elevou de 2 mil para 5.200 homens sua força de trabalho na primeira metade de 1933. (BRAGA, 1999, p. 209).

A crise de 1929 impôs severas restrições aos meios de pagamentos alemães e brasileiros. Devido à escassez de divisas, nos anos de 1931 e 1932, o Brasil realizou negociações com a Alemanha e Estados Unidos nos marcos do escambo, ou seja, acordos que envolviam trocas diretas de café por carvão e trigo⁴³. Ainda em 1933, pouco tempo após chegar ao poder, Hitler iniciou um ativo programa de comércio na América do Sul, cujo objetivo era superar os efeitos recessivos da crise de 1929. Segundo McCann:

Sob o sistema nazista, o Estado dominava e controlava o comércio exterior para apoiar objetivos políticos, operando através de um altamente complexo e elaborado mecanismo de controle de trocas, de equilíbrio do comércio bilateral, de acordos de escambo e compensação e de subsídios à exportação. (MCCANN, 1995, p. 128).

Como visto, a Alemanha já possuía um histórico expressivo no comércio com o Brasil, incluindo a presença de banqueiros, comerciantes, exportadores, importadores e

⁴³ Sobre a economia brasileira na década de 1930, ver Abreu (1999).

financistas que ocupavam lugar de proeminência na economia brasileira. O comércio com o Brasil ganhou força a partir de 1934 com o envio de uma delegação comercial alemã para América do Sul.

Em 1934 foi criado o *Novo Plano*, que tinha dois objetivos: que fosse aceito o comércio nos marcos do escambo (troca de matérias primas por produtos industrializados), e que o comércio fosse de acordo com as necessidades de consumo da Alemanha. Com a adoção do Plano (conhecido como *Plano Schacht*), o governo assumiu controle total sobre as importações. O comércio se daria principalmente pelo uso de marcos de compensação, também conhecidos como marcos *Aski* (abreviação de *Auslander-Sonderkonten fur Inlandszahlungen* que significa Contas Especiais de Estrangeiros para Pagamentos Internos).

O marco *Aski* poderia ser usado somente para comprar produtos alemães. Por isso, seu uso estimulava exportações brasileiras mais ou menos na mesma proporção em que estimulava importações de produtos alemães, pois o Banco do Brasil passou a acumular elevadas somas desses marcos. Uma das principais vantagens dessa forma de comércio era a reduzida pressão que exercia sobre as reservas em divisas estrangeiras. Seu funcionamento ocorria da seguinte maneira:

Bancos brasileiros abriam contas especiais em bancos alemães e os importadores alemães, depois de obterem as necessárias permissões de um escritório de controle de importações, depositariam seus pagamentos em marcos alemães nestas contas, a crédito do vendedor brasileiro. Feito o depósito, o exportador brasileiro conseguiria através do Banco do Brasil vender seus marcos *Aski* a um importador brasileiro que quisesse comprar produtos alemães. O exportador alemão seria pago pelo banco alemão que mantinha a conta *Aski* mediante instruções do banco brasileiro. (MCCANN, 1995, p. 127).

O comércio entre os dois países tendia a aumentar, porque como a economia alemã estava em rápido crescimento na década de 1930, as exportações brasileiras para Alemanha se multiplicavam. O Banco do Brasil se viu com grandes somas de marcos *Aski*, que somente poderiam ser utilizados para a compra de produtos alemães. Como o Brasil também atravessava um processo de crescimento econômico e industrialização, somado posteriormente à necessidade de armamentos, a demanda de produtos alemães era crescente.

De acordo com Rahmeier (2009), o Plano era direcionado para a América Latina e Leste Europeu, pois além de ampliar as zonas importadoras de produtos alemães, interessava ao governo de Berlim parceiros que aceitassem mecanismos “alternativos” de pagamento. O objetivo era tornar o país auto-suficiente em matérias primas e produtos industriais, para não sofrer as consequências de um bloqueio econômico (RAHMEIER, 2009). Desse modo, foram intensificados os laços comerciais com alguns países para que vendessem matérias primas e recursos minerais (indispensáveis para a recuperação industrial alemã), e fossem ao mesmo tempo mercados consumidores para os produtos manufaturados alemães.

O mercado brasileiro se revelou muito atraente para o *Reich*. Para o Brasil, o comércio com a Alemanha era igualmente importante, pois nos primeiros anos da década de 1930 o país carecia de divisas em moeda estrangeira. Havia ainda outro importante benefício com o comércio alemão: ao contrário dos Estados Unidos, que se concentravam na importação de café (já que outras matérias primas como o algodão eram produzidas e exportadas pela economia americana), a pauta das importações alemã era mais diversificada. Os alemães se tornaram os principais importadores de algodão, tabaco, couro, carne, cacau e também o café⁴⁴. O sistema *Aski*, que permitia ao governo alemão controlar seu comércio de exportação/importação, visava comprar produtos somente considerados essenciais para a economia alemã e excluir os que eram considerados desnecessários.

Pelo fato dos Estados Unidos se concentrarem na compra de café, que era um bem não essencial de consumo nos Estados Unidos, Rahmeier (2009) afirma que o Brasil possuía uma relação de dependência mútua comercial com a Alemanha, e de submissão com os Estados Unidos. Mesmo assim, os Estados Unidos tinham interesses estratégicos no território brasileiro.

Do ponto de vista produtivo, apesar dos incentivos à industrialização do governo Vargas ao longo da década de 1930, a estrutura das exportações brasileiras pouco mudou em relação à década anterior. A diferença, segundo os dados de Abreu (1999), foi que a partir de 1934 as exportações de café tiveram um ligeiro declínio como

⁴⁴ Conforme Rahmeier : “O café não era considerado um produto essencial para a economia alemã, por isto não poderia fazer parte do comércio de compensação. No entanto, a Alemanha comprou este grão, pois assim abriu mercado para os produtos germânicos”. (BOSEMBERG, 2006 apud RAHMEIER, 2009, p. 76).

proporção das exportações totais. Essa tendência, segundo o economista, se explica “em parte pelo aumento dramático das exportações de algodão, mas que também está relacionada a uma maior diversificação da composição das exportações, incluindo outros produtos” (ABREU, 1999, p. 189).

De todos os produtos exportados para a Alemanha, o algodão era o mais importante. Segundo os dados de Abreu:

O crescimento de sua participação (Alemanha) nas exportações totais (do Brasil) se deveu principalmente ao aumento das exportações de algodão e café. O Brasil conquistou espaço no mercado alemão de algodão à custa dos Estados Unidos, cuja participação caiu de 75% do mercado em 1932-33 para menos de 30% entre 1935 e 1937, e para menos de 20% a partir de 1938. A participação do Brasil cresceu de praticamente zero em 1932-33 para entre 15 e 32% a partir de 1935. (ABREU, 1999, p. 163).

Ainda segundo o autor, um dos motivos da queda da participação norte-americana no comércio com a Alemanha era sua recusa em realizar acordos comerciais em marcos de compensação. Como visto no capítulo anterior, o debate entre comércio liberal *versus* comércio de compensação foi vencido por Cordell Hull, defensor do comércio multilateralista em bases liberais.

O comércio especificamente do algodão foi motivo dos principais atritos no comércio triangular entre Brasil, Estados Unidos e Alemanha, pois tanto Brasil quanto EUA eram exportadores de algodão para Alemanha. Já no que se refere aos produtos que o Brasil importava da Alemanha, “o crescimento da participação alemã no mercado brasileiro era principalmente resultado da rápida expansão de suas exportações de carvão, cimento, folha de flandres, fios, equipamento elétrico, trilhos, tubos de ferro e aço e rádios” (ABREU, 1999, p. 163).

A principal controversa sobre a rivalidade comercial entre Estados Unidos e Alemanha recai sobre o verdadeiro peso da participação da Alemanha no comércio exterior brasileiro, e se a Alemanha teria chegado a substituir os Estados Unidos como principal país exportador para o Brasil. Antes de apresentar as tabelas com os dados de Abreu, adiantamos seu argumento:

Embora a concorrência alemã obviamente afetasse as exportações dos Estados Unidos, especialmente no caso de bens de consumo duráveis, não era bastante para minar a participação global norte-americana no mercado brasileiro, que de fato aumentou entre 1933 e 1938. Foram as importações britânicas tradicionais – carvão, folha de flandres, fios, trilhos, tubos, equipamento elétrico – as principais vítimas da competição alemã, apesar dos constantes protestos norte-americanos a respeito das conseqüências danosas para suas exportações do comércio de compensação entre Brasil e Alemanha. (ABREU, 1999, p. 163).

Um decreto de Vargas em junho de 1934 autorizou a criação do Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE), órgão que teve participação importante nos debates sobre comércio exterior brasileiro na década de 1930. O CFCE foi um dos órgãos criados no governo Vargas com objetivo de auxiliar o planejamento econômico e comercial, principalmente após as turbulências decorrentes da crise de 1929. As primeiras sessões debateram acordos de compensação como forma de estimular o comércio exterior. Segundo Hilton (1977a), vários foram os porta-vozes na defesa do comércio de compensação com a Alemanha. Além de constituírem-se em mercado para os produtos brasileiros, outro aspecto de maior interesse no comércio com a Alemanha era o fato de muitos produtos manufaturados alemães serem subsidiados, o que lhes conferia maior competitividade internacional:

... o *Reich* autorizou o levantamento de fundos para promoção de exportações por meio de um imposto direto sobre a própria indústria. Comissões de preços concediam subsídios de 10 a 90% do custo de produção, permitindo aos industriais alemães venderem muito de seus produtos a preços mais baixos do que idênticos produtos americanos e ingleses. (HILTON, 1977a, p. 83).

No ano de 1934, o primeiro em que o governo brasileiro estabeleceu acordos de compensação com a Alemanha, muitas foram as declarações, nos círculos governamentais americanos, contra os subsídios alemães. O governo brasileiro, no entanto, rebatia que os preços dos produtos alemães eram mais competitivos. O resultado foi um bom desempenho do comércio Brasil-Alemanha ao longo do ano de 1934: “Os embarques de algodão mostraram um enorme aumento: durante o primeiro semestre de 1934, o *Reich* comprou dez vezes mais do Brasil do que o fizera durante todo o ano anterior” (HILTON, 1977a, p. 87).

Os primeiros sinais da “guerra comercial”, que dominou as relações entre Brasil, Alemanha e Estados Unidos, vieram do Secretário-Adjunto de Estado, Sumner Welles, ao manifestar preocupação com a concorrência alemã. No Brasil, a notícia veio através de constantes mensagens de Osvaldo Aranha, que assumira o posto de embaixador em Washington naquele mesmo ano.

Aranha foi o primeiro Ministro da Fazenda do governo Vargas. Figura importante na Revolução de 1930 deixou o Ministério da Fazenda e assumiu no mesmo ano a embaixada nos Estados Unidos. Aranha foi dentro do governo brasileiro desde 1934, o principal defensor do alinhamento com os Estados Unidos tanto na esfera comercial quanto política. Sua posse no Ministério das Relações Exteriores, (como visto no capítulo anterior) foi passo importante para a maior aproximação com os Estados Unidos. Influente junto à Vargas, as mensagens de Aranha provocaram reflexões no Palácio do Catete. Temia-se a possibilidade de retaliação por parte dos Estados Unidos⁴⁵.

Segundo Hilton (1977a), Osvaldo Aranha levou no ano de 1934, para as autoridades americanas, uma série de demandas do governo brasileiro: altas tarifas sobre o café, transportes, facilidades creditícias entre outras. O governo americano acenou com a possibilidade de atender algumas das demandas brasileiras no que diz respeito ao financiamento, mas sustentava que não prosseguiria caso os acordos de compensação com a Alemanha se mantivessem:

Um porta-voz do Departamento de Estado referiu-se à necessidade de tornar claro à Aranha que, se seu país concordasse com os métodos comerciais da Alemanha, o governo americano talvez “seria forçado” a se proteger; um outro falou sobre a necessidade de dar todos os passos que o Departamento poderia “corretamente” dar, a fim de impedir o Rio de Janeiro de realizar um pacto bilateral com Berlim. (HILTON, 1977a, p. 99).

A solução encontrada pelo governo brasileiro, diante do impasse, foi a manutenção do comércio de compensação com a Alemanha através de um acordo não

⁴⁵ Segundo Hilton (1977a, p. 109): “O Departamento de Estado, segundo os relatórios da embaixada em Washington, ameaçava recorrer a sanções – um *clearing* que forçasse o Brasil a pagar imediatamente seus vários débitos com cidadãos americanos – caso o Brasil assinasse um acordo com a Alemanha”.

contratual⁴⁶. O governo de Vargas não desejava criar tamanho atrito com os Estados Unidos, além disso, não poderia (nas palavras de um ex-cônsul geral em Nova York, Sebastião Sampaio) comprometer o excedente comercial brasileiro com os Estados Unidos assinando um pacto formal com a Alemanha. O comércio seria ampliado por meio de acordo “técnico” entre o *ReichsBank* (Banco Alemão) e o Banco do Brasil (HILTON, 1977a).

Para o Brasil, a Alemanha era um importante mercado para os próprios objetivos do governo Vargas de ampliar os parceiros comerciais. Em uma das sessões do CFCE, representantes alemães se comprometiam a substituir o algodão americano pelo algodão brasileiro⁴⁷.

A preferência pelo mercado alemão ou americano estava relacionada à demanda desses países e aos diferentes grupos internos no Brasil. Alguns produtos exportados pelo Brasil como o café, por exemplo, não eram bens essenciais nos Estados Unidos, mas tinham maior entrada do que na Alemanha. Já os exportadores de carne, couro, lã, tabaco e frutas encontravam maior demanda no mercado alemão.

Os dados de Abreu (1999) corroboram com a tese de que houve uma expansão do comércio com a Alemanha, após a introdução do comércio de compensação em 1934, e reconhece que a participação dos Estados Unidos nas exportações totais brasileiras reduziu-se ligeiramente a partir de 1933. Mas a queda da participação dos Estados Unidos, ressalta o autor, foi compensado por um aumento da participação da Inglaterra como consumidora de produtos brasileiros: “sua participação nas exportações totais do Brasil cresceu de 3% em 1928 para cerca de 10% no final da década de trinta” (ABREU, 1999, p. 190), e não se pode, segundo o autor, explicar a queda da participação norte-americana exclusivamente pela recuperação alemã no comércio exterior brasileiro:

⁴⁶ Segundo Abreu (1999, p. 160), além de não ter sido tornado público, o acordo “fixava quotas de importação para a entrada de certos produtos brasileiros na Alemanha e estabelecia a compensação como forma básica de relação comercial entre os dois países”.

⁴⁷ Segundo Hilton (1977a, p. 115): Uma comissão especial instalada para estudar a questão da produção de algodão recomendou ao CFCE, tendo em vista a “vultosa” colheita ocorrida em 1934 e a previsão de uma ainda maior para 1935, que o governo buscasse, através da delegação de Kiep, “assegurar e possivelmente alargar” as vendas para o *Reich*, recomendação aprovada em sessão plenária em fins de agosto e transmitida ao Catete”.

Embora a Alemanha tenha, a partir de 1934, absorvido proporções cada vez mais significativas de quase todas as principais exportações brasileiras, foi o crescimento das exportações de algodão – possibilitada pela política norte-americana de sustentação do preço do algodão – que resultou em mudanças importantes na distribuição regional do comércio exterior brasileiro. A Alemanha e o Reino Unido, de longe os maiores consumidores do algodão brasileiro, elevaram suas participações no total das exportações do Brasil. (ABREU, 1999, p. 190).

Os dados que superestimam o papel da Alemanha no comércio com o Brasil, segundo Abreu (1999), são relativos aos dados das importações brasileiras. Para o economista, as estatísticas nacionais apresentam um crescimento das importações provenientes da Alemanha tão expressivo que, ao final da década de 1930 (mais precisamente no ano de 1938), a Alemanha teria superado até mesmo os Estados Unidos como principais fornecedores de produtos para o Brasil:

De fato, se as estatísticas forem examinadas superficialmente, isso parece ser verdade: a participação norte-americana caiu de 27% para 23% das importações totais entre 1928 e 1938, a britânica caiu de 22% para 10%, a francesa, de 6% para 3%, enquanto a alemã mais do que dobrava, de 12% para 25%. (ABREU, 1999, p. 192).

O aparente “erro”, segundo o autor, decorre da forma de computar as faturas, em *ReichMark* e não em marcos de compensação. Essa diferença metodológica sobrevaloriza as importações alemãs em 20%. Os dados corrigidos do autor são apresentados na tabela abaixo:

Tabela2: Brasil – participações corrigidas de países supridores de importações, 1933-1939 (em %).

	EUA	Alemanha	Reino Unido
1933	21,2	12,0	19,4
1934	24,4	11,2	17,6
1935	24,4	16,4	12,9
1936	23,2	18,8	11,9
1937	24,2	19,1	12,7
1938	25,5	20,0	10,9
1939	34,8	15,5	9,7

Fonte: Brasil, Conselho Nacional de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940.

Os dados corrigidos de Abreu colocam os Estados Unidos, portanto, na liderança (individualmente) com o Brasil ao longo de toda a década. Mesmo que alguns produtos norte-americanos tenham perdido terreno para a Alemanha, a participação total dos Estados Unidos foi preservada pela conquista de mercados de produtos tradicionalmente fornecidos por outros países. Nos anos de 1934, 1935 e 1936 o aumento da participação alemã nas exportações brasileiras se deu através das exportações de café e principalmente algodão.

Os Estados Unidos na década de 1930 eram importantes exportadores de algodão para a Alemanha, mas o algodão brasileiro mostrou-se mais atrativo para os alemães na medida em que dava vazão aos produtos manufaturados do *Reich*. Os norte-americanos se recusavam aos acordos de compensação. Os acordos de compensação permitiram, ao longo dos anos de 1934, 1935, 1936 e 1937, um crescimento contínuo das exportações alemãs no Brasil. Mas para Abreu (1999), o aumento das exportações totais alemãs não se deu devido à diminuição das exportações norte-americanas, e sim das exportações britânicas.

Entretanto, o argumento de Abreu (1999) choca-se com as fontes primárias do trabalho de Hilton (1977a), segundo o qual o aumento das exportações alemãs se deu às custas dos exportadores americanos. Segundo o autor, ao longo de todo o ano de 1935 e 1936, o setor manufatureiro exportador americano apresentou queixas junto ao Departamento de Estado sobre a concorrência desleal alemã:

Assim que o Brasil começou a comerciar em marcos *Aski*, disse o porta-voz de uma companhia, no início de 1936, “nossas vendas caíram do dia para a noite e estão chegando agora a quase nada”. A AMEA afirmou “vigorosamente” que os marcos de compensação eram “desleais” e que Washington deveria “trabalhar com afinco” para eliminá-los do Brasil e de outros países da América Latina. Essa moeda, queixava-se o presidente de uma agência de publicidade que visitou o Brasil em março de 1936, “causou destruição ao comércio com americanos e ingleses, especialmente em maquinaria, aparelho elétrico e similares”. (HILTON, 1977a, p. 223, grifo nosso).

Os dados sobre do comércio exterior brasileiro de Hilton encontram-se na tabela abaixo:

Tabela 3: Percentual de participação nas importações e exportações brasileiras, 1933-1938.

Importações						
	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Alemanha	11,95	14,02	20,44	23,50	23,88	24,99
Grã-Bretanha	19,44	17,14	12,43	11,26	12,09	10,38
Estados Unidos	21,18	23,67	23,36	22,12	22,99	24,21

Exportações						
	1933	1934	1935	1936	1937	1938
Alemanha	8,12	13,13	16,51	13,23	17,05	19,06
Grã-Bretanha	7,48	12,10	9,26	11,93	9,07	8,77
Estados Unidos	46,71	39,17	39,44	38,85	36,19	34,32

Fonte: Brasil, Ministério das Relações Exteriores, Comércio Exterior do Brasil, 1937-1939.

Abreu reconhece que algumas classes do setor exportador manufatureiro americano perderam terreno para Alemanha, mas afirma que “a participação total dos Estados Unidos foi preservada pela conquista de mercados de produtos tradicionalmente fornecidos por outros países” (ABREU, 1999, p. 193).

Seja nos dados de Hilton (1977a) ou de Abreu (1999), fica claro que as exportações alemãs para o Brasil cresceram de forma contínua ao longo do período analisado, e as exportações britânicas declinaram profundamente. Em todas as demais fontes pesquisadas nesse trabalho, os valores de importação/exportação vão ao encontro dos dados de Hilton (1977a), incluindo o ano específico de 1938 no qual, com exceção de Abreu (1999), em todos os demais consta a Alemanha em primeiro lugar nas importações brasileiras. Por esse motivo, o aumento das exportações alemãs gerou apreensão cada vez maior por parte do governo americano.

Segundo os documentos governamentais de Hilton (1977a), parte expressiva do setor exportador americano se viu prejudicado pelo avanço das exportações alemãs na

América do Sul e levou suas reivindicações até Washington. No Departamento de Estado, as opiniões se dividiam quanto às medidas a serem tomadas contra o comércio de compensação entre Brasil e Alemanha.

Algumas autoridades defendiam medidas mais vigorosas de auto-proteção contra o comércio Brasil-Alemanha, e agentes do Departamento de Estado próximos à Roosevelt defendiam que somente medidas mais drásticas poderiam reduzir o comércio de compensação. No entanto, em nenhum momento de toda a década foi registrado alguma medida de retaliação ao comércio de compensação. Um dos principais defensores da não agressão a aliados do continente americano foi Cordell Hull, segundo o qual medidas retaliatórias seriam um contra-senso no âmbito da Boa Vizinhança e do comércio multilateralista.

O motivo da aparente “benevolência” americana deve ser compreendida nos marcos da Política da Boa Vizinhança de Roosevelt, que se opunha a políticas de intervenção e de caráter mais agressivo. Nesse aspecto, concordamos com Moura (1980) de que, o que estava em jogo para os Estados Unidos não era apenas enfrentar a concorrência alemã, mas garantir a influência sobre o Brasil e garanti-lo como principal aliado na América do Sul. Para isso, os Estados Unidos abdicaram de ganhos econômicos imediatos com vistas a obter ganhos políticos de longo prazo:

... o governo Roosevelt fechou os olhos à aplicação rígida do livre-comércio, não deu ouvidos à totalidade das reclamações de exportadores, investidores e banqueiros norte-americanos, além de conceder facilidades financeiras ao país que ampliava então continuamente seu comércio com o adversário europeu dos Estados Unidos. (MOURA, 1980, p. 96).

Em 6 junho de 1936, um novo acordo não-contratual foi feito entre Brasil e Alemanha. Quando a prorrogação não contratual expirou em setembro, os dois países renovaram o acordo por mais três meses. Apesar de todas as pressões que já vinham sendo feitas pelo governo americano, o Brasil deu continuidade no comércio com a Alemanha. O único agravante para prosseguimento do comércio de compensação eram as elevadas somas de marcos de compensação que se acumulavam no Banco do Brasil⁴⁸, mas no novo acordo de 1936 o Brasil conseguiu uma duplicação da cota para o café em

⁴⁸ Segundo Hilton (1977a, p. 160): “O Brasil possuía cerca de 14,5 milhões de marcos de compensação, montante que equivalia a 80% do seu capital”.

comparação com as vendas no ano de 1935 e também para o algodão em relação ao ano de 1934 (HILTON, 1977a).

Conforme Rahmeier (2009), o acordo não contratual de 1936 foi realizado através de um consórcio privado alemão-brasileiro, a Sociedade Internacional de Comércio (SOINC), e endossada por Berlim. O consórcio agia como intermediário em uma troca de café por equipamento militar e ferroviário (RAHMEIER, 2009). Um dos aspectos que levou o governo brasileiro a considerar o comércio de compensação, como forma de aumentar as relações comerciais entre Brasil e Alemanha eram as demandas das Forças Armadas. Os acordos possibilitariam o fornecimento de material bélico.

No dia 20 de julho de 1936, Hitler nomeou Karl Ritter embaixador do Brasil. Ritter havia sido, desde 1925, responsável pelas negociações econômicas do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Sua escolha tinha como objetivo incrementar as relações econômicas entre Alemanha e Brasil. Sob sua permanência na embaixada, as relações comerciais entre os dois atingiram ápice, curiosamente ao mesmo tempo em que as relações diplomáticas sofreram a mais grave crise da década de 1930.

O embaixador brasileiro Osvaldo Aranha chegou a telegrafar para Vargas pedindo que o Brasil não fechasse o acordo com a Alemanha em 1936, devido às más repercussões que haveria nos Estados Unidos. O embaixador americano no Brasil, Gibson, também teve conhecimento do acordo verbal entre Brasil e Alemanha e manifestou descontentamento. Chegou a se dirigir ao Itamaraty e afirmou que os Estados Unidos tolerariam o acordo com a Alemanha, mas esperavam que esse fosse o último. Nem as opiniões contrárias de Aranha e Gibson foram suficientes para evitar o acordo e de fato o Brasil os manteve até 1939.

Os acordos com a Alemanha, do nosso ponto de vista, não ocorreram por afinidades políticas ou ideológicas do governo Vargas com o III *Reich*. O que o governo brasileiro procurou naquele momento foi atender importantes setores exportadores do Brasil, que por sua vez davam à Vargas apoio político interno. Ao analisar a pauta das exportações brasileiras para a Alemanha percebe-se que muitos produtos advinham de regiões importantes politicamente para Vargas, como o Sul (que concentrava a produção e exportação de tabaco para Alemanha) e o Nordeste (exportadora de algodão). O acordo de 6 de junho de 1936 visava o incremento das vendas de produtos como algodão, cítricos, couro, tabaco e carne.

A partir de 1936 começava a surgir também outra importante demanda interna que pesou para o prosseguimento no comércio com Alemanha: o reaparelhamento das Forças Armadas. No final do ano de 1936, segundo as fontes primárias de Hilton (1977a), no mesmo dia que o Ministro da Fazenda Souza Costa garantiu ao Subsecretário de Estado Welles que o Brasil não pretendia dar continuidade no comércio de compensação, o General Dutra prometera às autoridades alemãs assinar um primeiro contrato sobre compra de armas com a *Krupp*. Esse tipo de relacionamento que o Brasil estabeleceu com os Estados Unidos e a Alemanha parece ser o elemento que levou alguns autores a defender a tese do “jogo duplo”. Se houve de fato um jogo duplo, ou, uma oscilação entre Estados Unidos e Alemanha, seu ponto auge aconteceu nos anos que sucederam 1937, como veremos a seguir.

A necessidade de material bélico por parte das forças armadas já estava colocada na pauta da política nacional desde 1934. A partir do ano de 1935, de todas as empresas que poderiam oferecer propostas para comércio de armas, a *Krupp* alemã oferecia as melhores condições. Conforme Rahmeier:

... desde 1935 a empresa *Krupp*, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores daquele país, demonstrou claro interesse em vender armamento para o Brasil. Tanto a Alemanha quanto o Brasil estavam satisfeitos com esta possibilidade, pois assim seria trocado material bélico por produtos primários, quer dizer, seria utilizado o comércio de compensação. A empresa *Krupp* chegou a enviar em fins de junho de 1936 o funcionário Fritz von Bulow ao Rio de Janeiro, como encarregado para encaminhar as discussões sobre o referido contrato, que era do interesse do próprio governo alemão. (RAHMEIER, 2009, p. 84).

O primeiro contrato do governo brasileiro com a *Krupp* (fevereiro de 1937) veio em um momento em que os alemães reclamavam da baixa demanda do Brasil por produtos alemães. O resultado disso era a acumulação de marcos de compensação no Banco do Brasil. Caso essa situação persistisse, o governo do *Reich* poderia ser forçado a suspender compras no Brasil.

Conforme Abreu (1999), o chefe do Departamento Comercial do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha sugeriu que o Brasil importasse todos os tipos de bens da Alemanha, incluindo material bélico para as Forças Armadas. Considerando, entretanto, a real demanda que os militares brasileiros tinham de reequipar o Exército e

a Marinha, não seriam necessárias pressões por parte do governo alemão para a compra de armamento, e o governo brasileiro deu continuidade nos acordos até 1939.

O Estado Novo suscitou a desconfiança nos Estados Unidos se o novo governo possuía ou não orientação fascista. Esse temor foi esclarecido pelo próprio Vargas que, em 1937, deixou claro aos Estados Unidos que seu governo nada tinha de fascista ou nazista, como será visto a seguir.

4 Estado Novo e o “jogo duplo”. Início da compra de armas.

4.1 Crise diplomática e auge do comércio de compensação.

Vimos detalhadamente na Parte 1 que o Estado Novo⁴⁹ não possuía conteúdo propriamente nazista ou fascista. No entanto, num primeiro momento o golpe teve repercussão positiva em países do Eixo, principalmente Alemanha e Itália, que manifestaram satisfação com um governo autoritário no Brasil.

Algumas atitudes do governo nas primeiras semanas após o golpe permitiram a observadores estrangeiros interpretarem um caráter supostamente fascista ao novo regime. A primeira delas foi a nomeação de Francisco Campos para o Ministério da Justiça. Campos era simpatizante de regimes autoritários, e vinha preparando há alguns anos uma nova Constituição que substituiria a Constituição de 1934. Suspeitava-se que no Ministério da Justiça teria oportunidade de colocar o país no campo dos regimes totalitários.

Outro elemento que permitia associar o Estado Novo ao nazi-fascismo era a própria Constituição. Segundo Seitenfus, “a Constituição do Estado Novo e os decretos-leis adotados pelo EN durante o período que vai de 1937 a 1945, se inspiram profundamente nas experiências “fascistas” realizadas na Europa”, mas esclarece que dentre os “fascismos” europeus (salazarismo e nazismo), “a Constituição do EM é o resultado de uma compilação e do trabalho de um único homem, Francisco Campos,

⁴⁹ Sobre o Estado Novo, ver Fausto (2006).

que recorre em larga escala às experiências italianas e portuguesas” (SEITENFUS, 1985, p. 151).

Outros autores, como Hilton (1977a), por exemplo, afirmam que o Estado Novo representou uma “guinada para a direita” na política brasileira. Seu argumento parece se apoiar na semelhança das formas não democráticas de ambos os governos: Estado Novo e o III *Reich*⁵⁰, e também ao fato de que alguns membros do círculo político mais próximo de Vargas eram germanófilos, como Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra e o General Góes Monteiro, e defendiam maior proximidade diplomática e comercial com a Alemanha.

Argumento semelhante é afirmado por Rahmeier, segundo a qual: “pode-se afirmar que houve certa proximidade, em fins de 1937, nos ideais e na forma de governar dos dois países, porque ambos não eram regimes democráticos” (RAHMEIER, 2009, p. 53). Mas esclarece a diferença entre regimes autoritários (como o Estado Novo) de regimes totalitários, como a Alemanha nazista: “Entretanto, o Estado Novo, governo de Vargas, se caracterizou como uma ditadura sem partido político. Já o III *Reich* é caracterizado como um regime totalitário, e como tal, tem um partido político único, a NSDAP” (RAHMEIER, 2009, p. 89).

Ainda segundo a autora, com a afirmação de Hitler em fevereiro de 1937 que a Alemanha havia se transformado em uma grande potência, a política externa alemã passou a se concentrar em dois objetivos em relação à América Latina: não prejudicar a posição econômica da Alemanha na América Latina; e conseguir manter a neutralidade da região em caso de guerra (RAHMEIER, 2009).

As opiniões, portanto, se dividem entre aqueles que defendem que a política externa do Estado Novo foi pró-Estados Unidos, sobretudo com a nomeação de Osvaldo Aranha para o Ministério das Relações Exteriores em março de 1938; e outros que defendem que o Brasil aproximou-se ainda mais da Alemanha dadas as semelhanças da forma de governo e do peso de setores germanófilos no governo, como os militares.

Hilton (1977a) reconhece que apesar das similaridades, o governo de Berlim não colheu grandes benefícios políticos com a mudança de regime. Brasil e Alemanha se aproximaram do ponto de vista comercial após o golpe não por semelhanças políticas ou

⁵⁰ Sobre a diferença entre regimes autoritários e totalitários, ver Seitenfus (1985).

ideológicas, mas pelas necessidades materiais que ambos os países possuíam naquele momento. À medida que a produção industrial alemã se intensificava, expandia-se seu papel de fornecedor de produtos manufaturados e de armamentos ao Brasil. Em contraposição, aumentava também a demanda alemã de produtos primários básicos para sua indústria com destaque para o algodão, que tinha no Brasil seu principal fornecedor. A percepção da guerra a partir de 1938 levou o governo de Hitler a intensificar ainda mais as importações com objetivo de criar estoques.

No dia 10 de maio de 1938, a Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado, organizou um golpe contra o Palácio Guanabara, residência de Getúlio Vargas. Não cabe nesse trabalho uma análise sobre as causas que levaram ao golpe integralista, mas seus motivos estão relacionados à exclusão dos integralistas da vida política nacional após o golpe de 1937. O decreto de 3 de dezembro, que proibia as atividades dos partidos políticos, oficializou o rompimento.

O golpe foi rapidamente reprimido e alguns membros integralistas e outras pessoas suspeitas de participação foram presas. Segundo alguns autores como McCann (1995), Seitenfus (1985) e Hilton (1977a), pesou na decisão de reprimir os integralistas o desejo de Vargas de afastar (sobretudo perante a opinião norte-americana) qualquer possibilidade de se associar o Estado Novo a regimes fascistas. Isso revela, do nosso ponto de vista, a histórica opção brasileira em preservar ao máximo os vínculos diplomáticos e comerciais com os Estados Unidos.

Se aceitarmos a tese de que em algum momento de todo o período analisado houve uma equidistância pragmática, do nosso ponto de vista, ocorreu nos anos de 1938 e 1939, apesar de 1938 ter sido o ano da maior crise diplomática entre Brasil e Alemanha. Com isso, não estamos interpretando o conceito de equidistância pragmática de Moura (1980) apenas pela ótica diplomática ou comercial, mas como uma somatória de ambas na qual daremos um peso maior para o comércio.

A crise diplomática entre Alemanha e Brasil tem suas origens na tentativa de golpe integralista em maio de 1938. Uma das primeiras suspeitas levantadas pelo governo brasileiro era a de participação de alemães (ou descendentes) no golpe. Em um telegrama do dia 14 de maio enviado pelo embaixador Ritter ao Ministério do Exterior na Alemanha, o embaixador fala do discurso de Vargas sobre a tentativa do golpe e sobre a possibilidade das relações diplomáticas entre os dois países sofrerem piora:

Hoje vários jornais fizeram alarde em torno de uma notícia de que a Alemanha teria financiado a revolta. O Presidente está de posse de informações precisas referentes à intervenção de uma nação estrangeira. Também em seu discurso de ontem, o Presidente mencionou “ajuda do exterior”. Até agora, eu tenho podido contestar todas as afirmações que me tem sido feitas pelo Ministro do Exterior, no que se refere à participação de Koenig no golpe, e pode-se esperar que alguns dos presos sejam soltos, mas a crise está-se tornando fortemente mais aguda como consequência da agitação geral. Estou autorizado a assinalar que a continuação dessa agitação contra a Alemanha conduzirá necessariamente à minha partida, e possivelmente até a um rompimento de relações diplomáticas. (O III *Reich* e o Brasil, 1968, p. 55).

Segundo Seitenfus (1985), o discurso de Vargas deu início a uma campanha antialemã no país, e a diplomacia do *Reich* (através da embaixada e do Ministério das Relações Exteriores) começou a intervir em defesa de cidadãos alemães e descendentes que se viam perseguidos. Ainda para o autor, o governo brasileiro nunca chegou a reunir provas concretas da participação de alemães (e muito menos da própria Alemanha) na tentativa de golpe dos integralistas. Por esse motivo, o embaixador Ritter pediu a Osvaldo Aranha (Ministro das Relações Exteriores) que a imprensa brasileira diminuísse a campanha contra a Alemanha. Aranha responde que: “não vê por que ele deveria impedir as reações da imprensa brasileira, pois, na própria Alemanha, segundo os relatórios de Moniz de Aragão, a imprensa também não é branda em relação a Vargas e seu regime” (SEITENFUS, 1985, pp. 202-203).

Essa seria a primeira entre muitas “trocas de farpas” entre o embaixador Ritter e o Ministro Osvaldo Aranha que deterioraram as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha ao longo do ano de 1938. A Alemanha conseguiu, no dia 21 de maio, uma declaração pública através de um comunicado do Departamento de Imprensa e Propaganda do governo brasileiro, reconhecendo que a Alemanha não poderia ser colocada como suspeita do golpe integralista devido à falta de provas concretas sobre sua participação. Ritter considerou encerradas as desavenças entre os dois países. No entanto, no mesmo mês, um novo episódio agravou de maneira ainda mais intensa as relações diplomáticas entre os dois países.

O episódio tratou-se de um convite à Ritter feito por Osvaldo Aranha, por ocasião da presença no Rio de Janeiro do Ministro das Relações Exteriores do Chile, para um baile no dia 24 de maio. Ritter disse que em circunstâncias normais aceitaria o

convite, mas não achava correto participar de um baile organizado por Aranha, enquanto nacionais alemães estavam sendo presos e perseguidos sem prova alguma de terem participado do golpe integralista naquele mesmo mês.

Aranha rebateu imediatamente a declaração de Ritter afirmando que o embaixador brasileiro na Alemanha, Muniz de Aragão, não iria então aceitar convites feito pelo governo alemão. Ritter disse que isso não seria necessário, pois o embaixador brasileiro não iria receber nenhum convite do governo alemão enquanto o partido nazista estivesse proibido no Brasil.

No dia 28 de maio, conforme Seitenfus (1985), telegramas trocados entre Aranha e Muniz de Aragão revelam que o Ministro brasileiro passava a desejar outro embaixador alemão no Brasil, para que fosse possível a continuidade das relações diplomáticas entre os dois países e pediu, portanto, que Muniz Aragão intermediasse junto ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha a substituição de Ritter.

Segundo Rahmeier (2009), não há documentos ou arquivos no Ministério das Relações Exteriores da Alemanha que comprove tal pedido feito por Aranha: “Todavia, em 3 de junho, em correspondência interna do AA, o departamento político informou ao *Staatssekretar* que, no último relatório de Ritter, este solicitava retornar, mas não havia instruções para isto” (RAHMEIER, 2009, p. 152). Ainda segundo a autora, em junho de 1938, Ritter já sugeria seu afastamento do cargo. Sua substituição parecia ficar mais certa a cada dia.

No mês de agosto, Ritter viajou à Alemanha para um congresso do partido nazista. Essa foi a oportunidade que Aranha vislumbrou para a substituição definitiva de Ritter. Para Seitenfus (1985), Aranha, apesar de ser o mais forte defensor do alinhamento com os EUA, tinha conhecimento da importância do mercado alemão para o Brasil, por isso pretendia realizar a troca de embaixadores da maneira mais harmoniosa possível⁵¹. No entanto, quando soube, no dia 20 de setembro, que Ritter retornaria ao Brasil, Aranha ordenou ao embaixador brasileiro Muniz de Aragão que solicitasse junto ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha a substituição de Ritter (RAHMEIER, 2009).

⁵¹ Segundo o autor: “A maneira como se efetua a substituição de Ritter, sem que o Brasil tome uma atitude oficial, retirando seu *agreement*, satisfaz plenamente a Aranha, pois este não quer piorar ainda mais as relações com a Alemanha e a compreensão que esta manifesta o leva a ser otimista quanto ao futuro das relações entre os dois países”. (SEITENFUS, 1985, p. 214).

Seguindo as orientações de Aranha, Muniz de Aragão, numa audiência no Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, solicitou a substituição de Ritter. Segundo as fontes de Rahmeier (2009), o Ministério disse a Muniz de Aragão que não poderia realizar uma simples “substituição” de seu embaixador no Brasil, e que a única forma de impedir o retorno de Ritter ao Brasil seria declará-lo *persona non grata*.

Muniz de Aragão então (com autorização do Itamaraty) formalizou o pedido para que Ritter não voltasse ao Rio de Janeiro declarando-o *persona non grata*. No dia 3 de outubro, Muniz de Aragão comunicou a Aranha sobre a possibilidade de represália por parte do governo alemão. O ápice da crise diplomática entre os dois países veio no dia 05 de outubro:

... através de uma nota extremamente seca do encarregado de negócios alemão no Rio de Janeiro, von Levetzow, segundo a qual o “Governo do *Reich* tomou conhecimento com espanto de que o Governo do Brasil julga impossível que o embaixador alemão Karl Ritter continue sua missão”, e a Alemanha leva a crise a um grau até então jamais alcançado, pedindo a revocação imediata do embaixador brasileiro em Berlim. (SEITENFUS, 1985, p. 216).

A partir dessa data (05 de outubro), Brasil e Alemanha ficaram sem representações em suas embaixadas. O ano de 1938 foi, dentro do período analisado por nós, de maior crise nas relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha. No entanto, deve-se destacar que no plano comercial não foi percebido crise da mesma magnitude. Na realidade, os dados (tanto na tabela apresentada anteriormente de Abreu quanto nos dados de Hilton) apontam para um recorde nas exportações e importações.

Para Seitenfus (1985), a situação do Brasil era mais confortável do que a da Alemanha, pois o governo brasileiro tinha consciência de que o agredido havia sido ele e, portanto, não deveria mudar sua posição. No plano comercial a situação era ainda mais delicada, considerando que o comércio entre os dois países, como mencionado anteriormente, apresentava mútua dependência. Isso decorria do fato de que a Alemanha não possuía amplas reservas de recursos naturais em seu território que lhe possibilitasse ter alguma autonomia em relação às matérias primas, como era o caso, por exemplo, dos Estados Unidos.

Tanto a expansão industrial quanto as futuras ocupações realizadas pela Alemanha na Europa (na segunda metade de 1939) demandavam importações crescentes de algodão. Por isso, retaliações comerciais por parte da Alemanha não era algo a ser cogitado pelas autoridades do *Reich*. Relatórios trocados entre o encarregado de negócios alemão no Brasil, von Levetzow, e o príncipe von Bismarck, da Wilhemstrasse, deixam claro a opção alemã pelo entendimento e pela não interrupção do comércio:

Já disse que não acredito que seja possível obter através da continuação do conflito, na medida em que não se toma em relação ao Brasil medidas verdadeiramente sérias, qualquer vantagem para os *Reichsdeutsch* ou para os *Volksdeutsch*. O mesmo ocorre no que se refere ao importante comércio alemão no Brasil, do qual depende a maioria dos alemães que vivem aqui. E somos, no fim das contas, responsáveis por sua existência⁵².

Seitenfus (1985) afirma ser inevitável que a crise política entre Brasil e Alemanha repercutisse nas relações comerciais entre os dois países, e aponta algumas medidas tomadas pelo governo brasileiro no ano de 1938 supostamente em retaliação ao conflito diplomático:

A primeira medida importante tomada pelo Brasil a ter incidência direta nas relações econômicas entre os dois países é não mais aceitar o pagamento das exportações brasileiras em marcos compensados. Essa medida é tomada em 24 de junho de 1938, ou seja, em um momento em que a crise política entre os dois países está em seu ponto de quase ruptura. Por outro lado, a decisão brasileira é unilateral e viola as disposições do tratado comercial em vigor entre os dois países desde 1936. (SEITENFUS, 1985, p. 225).

Ainda segundo o autor, o governo brasileiro não poderia ter invocado considerações políticas para tal tomada de decisão, e justificou afirmando que o Banco do Brasil (responsável na época pelas exportações e importações) possuía altas somas de marcos de compensação (aproximadamente 30 milhões de marcos) e ficaria, portanto, “preso” a realizar grandes compras de mercadorias alemãs. Além disso, caso o marco alemão sofresse desvalorização, os interesses brasileiros seriam prejudicados.

⁵² Relatório de von Levetzow ao príncipe von Bismarck, de 2 de janeiro de 1939, transcrito na obra de Seitenfus (1985, p. 224).

A explicação não convenceu o governo de Berlim, pois se assim fosse, por que ao invés do Banco do Brasil interromper unicamente a compra dos marcos bloqueados na Alemanha, não interrompeu também a venda dos marcos bloqueados aos importadores brasileiros que desejavam realizar compras na Alemanha? Para Seitenfus (1985), a decisão brasileira de não aceitar marcos compensados era mais política do que técnica, pois a questão para o Brasil era diminuir o comércio com a Alemanha. No entanto, interromper, ou simplesmente diminuir, o comércio com a Alemanha era algo naquele momento impensável para as autoridades políticas do Brasil.

O comércio com a Alemanha vinha crescendo constantemente desde 1934 e intensificou-se a partir de 1936. Segundo dados de Hilton (1977a, p. 272): “Durante o período de 1936 a 1938, as percentagens respectivas das importações fornecidas pela Alemanha foram de 23,50%, 23,88% e 24,99%”. Além disso, a Alemanha era fornecedora de importantes produtos para o Brasil, com destaque para o carvão de pedra, produtos químicos e farmacêuticos, cimento, artigos de ferro e aço, motores elétricos e ferramentas.

Em igual proporção cresceram as exportações brasileiras para a Alemanha: “durante o biênio 1937-1938, suas compras cresceram em aproximadamente 50% com relação a 1936, e, no último ano antes da guerra, o Brasil obteve da Alemanha mais de 19% de suas receitas de exportação” (HILTON, 1977a, p. 272). Entre os principais produtos de exportação para a Alemanha, como mencionado, estava o algodão, que entre todas as matérias-primas talvez fosse uma das mais importantes para a Alemanha.

À medida que aumentava a expansão industrial do Reich, paralelamente aos planos expansionistas de Hitler, as possibilidades de aumento da venda de algodão tornavam-se ainda mais promissoras. Conforme Hilton:

A Alemanha manteve sua posição recém-conquistada de principal mercado para o algodão brasileiro, com compras de 85.000 toneladas em 1937 e 82.000 toneladas em 1938. Isso representava mais de 30% das vendas globais do algodão brasileiro para o exterior naqueles dois anos. Vista do ângulo de Berlim, a participação das exportações brasileiras no volume total das importações de algodão feitas pelo *Reich* cresceram de pouco menos de 26% em 1937 para mais de 32% no ano seguinte. (HILTON, 1977a, p. 272).

Além do algodão, outros produtos também aumentaram sua participação no consumo alemão como o café – que teve aumento de 75.000 toneladas em 1937 para 100.000 toneladas em 1938 –, o cacau – que teve aumento de nove vezes o montante importado pela Alemanha entre 1937 e 1938 –, madeira – cresceu seis vezes em 1938, peles e couros – a Alemanha tornou-se o maior mercado para esses produtos comprando 38% das vendas brasileiras – e fumo – a Alemanha recebeu 40% das exportações brasileiras em 1937 e 1938 tornando o maior mercado para esse produto. E até mesmo produtos secundários e menos importantes para a balança comercial brasileira tiveram expressivo aumento como a borracha – a Alemanha tornou-se o maior comprador em 1938 – e a laranja – em 1937 as compras foram de 160.000 caixas e em 1938 chegou a mais de 600.000 caixas (HILTON, 1977a, p. 272).

Logo, tornava-se para o setor exportador brasileiro, assim como para o círculo governamental, impossível de se desconsiderar o peso do mercado alemão para as finanças nacionais. Havia ainda outro elemento importante que pesava na consideração da Alemanha como importante parceiro comercial: o reequipamento das Forças Armadas, que ainda permanecia uma questão não resolvida devido à impossibilidade norte-americana de vender armas para o Brasil. O apoio dos militares para o golpe de 1937 foi fundamental, e os mesmos pressionavam e alertavam Vargas para a necessidade de preparar o país militarmente diante de tantas possíveis ameaças, com destaque para a Argentina.

Os dados de McCann (1995) corroboram o peso que a Alemanha possuía no comércio exterior brasileiro nos anos de 1938 e 1939. Segundo o autor, em 1937, o Brasil se colocava como o oitavo país dentre os que vendiam ao *Reich*. No ano seguinte, o aumento das compras elevou o Brasil para o sexto lugar, e acreditava-se no círculo governamental de Vargas que poderia ser alcançado o quarto ou o quinto lugar em 1939 (MCCANN, 1995).

Os dados da tabela 2, apresentada nesse capítulo, revelam que a participação alemã nas exportações brasileiras alcançou 19,00% no ano de 1938, número bem abaixo dos 34% exportado para os Estados Unidos, mas colocava a Alemanha em segundo lugar no destino das exportações nacionais, cujo principal produto era o algodão⁵³.

⁵³ Segundo McCann (1995, p.135): “Em 1938, os alemães importaram 1.212.182 fardos de algodão, dos quais 466.364 vieram do Brasil, 200.170 dos Estados Unidos, 136.953 do Egito e os 407.695 restante de fontes diversas”.

Apesar de o governo nazista priorizar bens e mercadorias que fossem apenas essenciais ao desenvolvimento industrial, como algodão, lã⁵⁴ e borracha⁵⁵, outros produtos menos importantes para a Alemanha também tiveram enorme crescimento entre 1937 e 1938, como café, tabaco e cacau⁵⁶. Ou seja, a Alemanha se tornara um colosso impossível de ser ignorado pelo governo brasileiro, e não seriam desavenças entre o Ministro Osvaldo Aranha e o embaixador Ritter que colocariam o promissor comércio com o *Reich* em risco.

Para certos produtos como algodão, borracha, lã, cacau e tabaco, os produtores brasileiros estavam se tornando dependentes do comércio com a Alemanha e, como o comércio era todo feito em marcos de compensação, quanto mais a Alemanha comprava do Brasil, mais os marcos se acumulavam no Banco do Brasil e mais poderia ser comprado da Alemanha.

Seguindo na mesma linha de argumento de Hilton (1977a), McCann (1995) também defende que o comércio Brasil-Alemanha afetou significativamente as exportações norte-americanas para o Brasil. O setor exportador queixava-se de que além das mercadorias alemãs serem mais competitivas (por conta dos subsídios), as divisas geradas nesse comércio não poderiam ser utilizadas para pagar juros aos portadores de títulos brasileiros e ainda obrigavam ao Brasil a comprar somente mercadorias da Alemanha.

Além da importância do mercado alemão para o Brasil, o mercado brasileiro também tornou-se importante para a Alemanha: “Em 1938, o Brasil foi o principal consumidor não-europeu de produtos alemães e o nono (definido pelo valor das compras) dentre todos os clientes da Alemanha” (MCCANN,1995, p. 137).

Em outubro de 1938, Berlim propôs um novo acordo comercial não contratual cujo pagamento seria efetuado em marcos compensados. Seitenfus (1985) considera curioso o fato de o Brasil ter assinado diante de tantos conflitos na esfera diplomática.

⁵⁴ “Embora o Brasil fornecesse somente 2.177.000 quilos de um total de importações alemãs de 75.436.600(1938), esse volume exportado equivalia a 40% de toda a lã que o Brasil vendeu naquele ano. O fato de que aí se registrava um declínio de 88% em 1936 e 93% em 1937 enfatizava a importância da Alemanha para os produtores brasileiros de lã” (Ibid).

⁵⁵ “Embora a produção do Brasil de borracha tenha declinado de 14.792 toneladas em 1937 para 8.819 em 1938, desses últimos números 6.715 toneladas, ou 77%, foram para a Alemanha” (Ibid).

⁵⁶ “Dos 197.419.700 quilos que a Alemanha importou em 1938, o Brasil forneceu 41% ou 91.789.700 quilos. A história foi a mesma com o cacau, o terceiro mais importante produto brasileiro. Das 127.887 toneladas que o Brasil exportou em 1938, 10.599 foram para a Alemanha” (Ibid).

Mas ao analisar cuidadosamente o peso que a Alemanha vinha tendo desde 1934 no comércio exterior brasileiro, e os dados apresentados, não nos parece tão curioso assim. O *Anschluss* com a Áustria, em março de 1938, aumentou a demanda de matérias primas e gêneros alimentícios, que só podiam ser adquiridos através de uma expansão das exportações; e, semanas mais tarde, o Ministro da Economia indicou a formação de estoques de matérias primas e gêneros alimentícios como a tarefa básica da política comercial.

O Brasil tinha necessidade de dar vazão à produção de áreas importantes politicamente para Vargas como o Sul, Sudeste e Nordeste. Ao mesmo tempo, a Alemanha se apresentava como a melhor opção como fornecedora de armamento e compradora de praticamente todas as matérias primas. Do nosso ponto de vista, portanto, não foram possíveis semelhanças nas formas de governo entre o Estado Novo e o III *Reich* que os aproximou comercialmente em 1937, e tampouco a crise diplomática de 1938 afetou verdadeiramente o comércio com a Alemanha. Foram os interesses políticos e materiais e a conjuntura da política nacional e internacional que levou o governo Vargas a intensificar o comércio com a Alemanha. Ao final de sua análise sobre a crise diplomática de 1938, Seitenfus reconhece que o comércio não foi prejudicado com a crise dos embaixadores:

As conseqüências da crise diplomática atravessada pelas relações germano-brasileiras não se fazem sentir de maneira duradoura nas relações econômicas e comerciais entre os dois países. O exame das relações comerciais no ano de 1938 demonstra a pouca influência que a crise política tem no domínio econômico: a Alemanha mantém praticamente a mesma posição no comércio exterior do Brasil, já que está à frente dos fornecedores desse país, com 25% do valor total das importações, e fica em segundo lugar no quadro das exportações brasileiras, com 19,1% do total. (SEITENFUS, 1985, p. 226).

Por isso, como dito anteriormente, para nós a “equidistância pragmática”, ou “jogo duplo”, se apresentou com mais clareza no ano de 1938, pois esse tipo de política, concordando com o argumento de Rahmeier (2009), tem maiores condições de acontecer quando sistemas de poderes rivais possuem capacidades equilibradas de acesso ao aliado, no caso o Brasil.

No ano de 1938 e 1939, a Alemanha se apresentava como um gigante econômico e militar e suas primeiras conquistas na Guerra, em 1939 e 1940,

impressionaram até mesmo vários membros do círculo político de Vargas, com destaque para os militares que manifestavam admiração pela máquina de guerra alemã.

Os meses de maio, junho e julho de 1938 foram de atritos nas relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, por conta do golpe integralista ao Palácio da Guanabara e a reação do governo brasileiro em relação a alemães e/ou descendentes no Brasil. Para Seitenfus (1985), como mencionado, a retaliação por parte do governo brasileiro foi suspender os pagamentos em marcos de compensação. O autor não deixa de reconhecer que havia um amplo estoque dessa moeda no Banco do Brasil (que nos parece um motivo mais plausível para a suspensão dos pagamentos em marcos *Aski*), e apresenta também o argumento de que a suspensão do pagamento esteve relacionada à pressão americana naqueles meses para interrupção do comércio de compensação com a Alemanha.

Diante da falta de documentos trocados entre o Departamento de Estado e o Itamaraty que evidenciem que a pressão americana causou a suspensão do pagamento nesses quatro meses, nos parece mais provável que a suspensão tenha sido causada pelo excesso de marcos de compensação acumulados no Banco no Brasil, pois o comércio em marcos compensados foi retomado assim que surgiram novas demandas comerciais entre os dois países.

O governo de Berlim não desejava uma ruptura no comércio com o Brasil, fonte de matérias primas vitais naquele momento, com destaque para o algodão que em 1938 alcançou a marca de 30% das importações da Alemanha (MCCANN, 1995). Responsável pelo bom desempenho das exportações brasileiras de algodão para o *Reich* foi, além do comércio em marcos compensados, a diminuição das vendas norte-americanas, bem como problemas nas safras do Egito e da Índia.

Concordamos, portanto, com a idéia de que Brasil e Alemanha apresentavam, no ano de 1938, mútua dependência comercial. Apesar da diferença no conteúdo do comércio (armas e matérias primas), tanto o governo brasileiro quanto alemão não desejavam a diminuição das trocas comerciais. Berlim tinha necessidade de assegurar uma de suas principais fontes de matérias primas, e o Brasil olhava ansiosamente para Alemanha como principal fornecedora de armamento para seu preparo militar.

Ambos os países se esforçaram para que as questões diplomáticas ficassem separadas das comerciais. Do ponto de vista econômico, o Brasil já era, em 1938, mais importante que a Argentina para o comércio alemão na América do Sul, e a expectativa para o ano de 1939 era que o *Reich* faria novas importações de não menos de 80.000 toneladas de algodão, número que se confirmou, segundo os dados de Hilton (1977a), após a anexação da região dos sudetos.

Para outros autores como Abreu (1999) e McCann (1995), a decisão do Banco do Brasil de suspender as compras da Alemanha em marcos compensados e exigir que os contratos fossem fechados em moeda livre, estavam estritamente relacionados ao excesso de marcos compensados acumulados naqueles meses, estimados em 30 milhões (ABREU, 1999).

Para McCann (1995), naquele momento, os importadores brasileiros não conseguiam comprar produtos alemães com a rapidez necessária a manter um equilíbrio nas trocas. Se houve ou não motivações políticas para tal decisão, o Banco do Brasil conseguiu ao menos reduzir os excedentes de marcos compensados de 30 milhões para 5 milhões, quando as exportações foram retomadas (ABREU, 1999).

Diante das necessidades comerciais que ambos os países possuíam, o comércio não poderia ser interrompido por conta das desavenças do Ministro Aranha com o embaixador alemão. O Brasil não podia perder o mercado alemão e tampouco a Alemanha ficar sem o algodão brasileiro. Em 20 de julho de 1938, o Banco do Brasil retomou as compras em marcos de compensação, e em outubro foi firmado novo acordo não contratual.

Não é curioso, portanto, que novos acordos tenham sido realizados no segundo semestre de 1938 e início de 1939. Também não nos parece adequado, concordando com Abreu (1999), que tenha sido “oportunismo” a política comercial que o Brasil realizou com a Alemanha e os Estados Unidos ao mesmo tempo. O multilateralismo comercial que Hull apoiava incondicionalmente foi defendido pelos Estados Unidos não por ser considerado “bom” ou moralmente melhor do que comércio bilateral realizado em marcos compensados, mas por ter sido naquele momento o que melhor atendia aos interesses norte-americanos. O mesmo é possível dizer em relação à política comercial brasileira como explica Abreu:

Da mesma forma, a política brasileira era definida à luz dos interesses de diferentes setores da sociedade, que, nesse caso particular, não estavam em conflito, pois os acordos de compensação favoreciam exportadores – que podiam encontrar para seus produtos um mercado que não estaria disponível a menos que tais acordos estivessem em operação –, importadores e consumidores – já que os produtos eram mais baratos em marcos de compensação que em *Reichmark* –, e também os militares, pois viabilizava a compra de maiores quantidades de equipamento bélico. (ABREU, 1999, p. 179).

O comércio com a Alemanha prosseguiu, portanto, de forma próspera entre 1938 e 1939. Àquela altura, o produto que se tornou a principal demanda do Brasil em relação à Alemanha eram armamentos para o Exército e a Marinha.

Com o estopim da guerra, o comércio com a Alemanha se voltou completamente para a aquisição de armamentos que foram encomendados antes da guerra. O bloqueio marítimo imposto pela Inglaterra diminuiu abruptamente o comércio teuto-brasileiro e os Estados Unidos assumiram em boa parte os ganhos com a retirada dos produtos alemães. Vejamos agora a evolução do comércio de armas com a Alemanha, e como o governo do *Reich* conseguiu até 1941 diminuir a fragilidade brasileira no campo da defesa nacional.

4.2 Comércio de armas com a Alemanha.

As demandas armamentistas do governo Vargas começaram a ser manifestadas pelos militares em 1933. Segundo Rahmeier (2009), o alto comando militar passou a requerer, a partir daquele ano, material bélico e treinamento para oficiais, pois considerava insuficiente o material proporcionado pela missão francesa devido à baixa qualidade das armas e equipamentos. A princípio, entre os países que se apresentavam como melhores opções para o comércio de armas estavam EUA, Itália e Alemanha, mas como apresentado no capítulo anterior, somente a Alemanha, ao longo da década de 1930, se mostrou efetivamente como uma opção.

Em 1935, a empresa alemã *Krupp*, com tradição na produção e venda de armas, demonstrou interesse em vender armamento para o Brasil. O comércio de armas com a

Alemanha era promissor aos olhos do governo, pois poderia ser realizado em marcos de compensação. Conforme Rahmeier (2009), fazia parte dos planos do governo ligar contratos bélicos com acordos comerciais.

Devido o rápido programa armamentista de Hitler, a Alemanha se apresentava como a principal parceira para compra de armas. No ano de 1935, enquanto grandes economias como os Estados Unidos estavam reativando sua indústria bélica, a Alemanha já era o Estado mais militarizado de toda a Europa e com a maior produção de armamentos conforme mostram os dados de Kennedy (1985):

Com uma cultura política favorável à guerra e à conquista, e uma economia política deformada a tal ponto que em 1938 nada menos de 52% das despesas governamentais, e maciços 17% do PNB eram destinados aos armamentos, a Alemanha entrara para uma liga diferente da liga de que participavam quaisquer outros estados europeus. Realmente, no ano de Munique, a Alemanha estava gastando mais com armas do que a Grã-Bretanha, França e Estados Unidos juntos. Na medida em que a máquina estatal podia concentrá-las, as energias nacionais alemãs estavam sendo mobilizadas para a renovação da luta. (KENNEDY, 1985, p. 295, grifo nosso).

Ainda segundo o autor, já em 1933, no mesmo ano que chegou ao poder, Hitler dera instruções claras aos generais mais próximos para “criar um exército da maior força possível”. Os números de efetivos no Exército subiram exponencialmente e os dados da produção armamentista alemã, a partir de 1933, também impressionaram:

A produção alemã de aviões, de apenas 36 unidades em 1932, elevou-se para 1.938 em 1934, e 5.112 em 1936, e os 26 esquadrões da força aérea (julho de 1933) elevaram-se para 302, com mais de 4 mil aviões prontos para a ação, no início da guerra. Se a marinha tinha proporções menos impressionantes, isso devia-se em grande parte ao fato de que a criação de uma poderosa esquadra de combate exigia pelo menos uma ou duas décadas. Não obstante, a em 1939 a marinha tinha cinco vezes o número de homens de que dispunha em 1932, e estava gastando 12 vezes mais do que antes da subida de Hitler ao poder. (KENNEDY, 1985, p. 295).

O programa econômico/militar de Hitler tinha o objetivo de recuperar rapidamente a produção de armamento da economia alemã. Seu plano econômico, como já apresentado, foi um dos mais bem sucedidos da Europa, e praticamente eliminou o desemprego na Alemanha no intervalo de seis anos (entre 1933 e 1939). No entanto, a

principal debilidade da economia e indústria alemã era sua dependência de mercados externos de matérias primas.

A Alemanha possuía reservas em carvão, mas precisava, para dar prosseguimento ao desenvolvimento industrial e militar, de enormes quantidades de minério de ferro, cobre, bauxita, petróleo, borracha, além de outros itens importantes para a indústria moderna e armamentista. O Brasil, que possuía algumas matérias primas fundamentais para a indústria alemã tinha importância estratégica para a Alemanha.

No final de 1936, a empresa *Krupp* chegou a enviar um funcionário ao Rio de Janeiro para encaminhar as discussões sobre um possível contrato. Um dos termos, segundo Rahmeier (2009), era de que 80% dos gastos fossem descontados dos marcos compensados. Em dezembro de 1936, Vargas nomeou o general Eurico Gaspar Dutra para o cargo de Ministro da Guerra. Dutra, juntamente com Góes Monteiro, era favorável ao comércio de armas com a Alemanha e seu apoio para o golpe de 1937, e para a sustentação do novo regime, tornou sua influência junto a Vargas ainda maior.

Em fevereiro de 1937, a *Krupp* conseguiu o primeiro contrato no programa de aquisição de armamento. A compra de armas tinha como prioridade o fortalecimento da defesa nacional perante a “ameaça argentina”⁵⁷.

Conforme Rahmeier (2009), nesse mesmo ano, oficiais brasileiros inspecionaram material bélico alemão para novas aquisições. Nessa época, a preocupação do governo brasileiro com a defesa nacional estava relacionada ao poderio militar argentino, cuja estrutura era aparentemente muito superior à brasileira. Ao contrário dos Estados Unidos que estavam preocupados com o conflito no território europeu (e daí sua preocupação com o Nordeste brasileiro), a ameaça, na percepção das Forças Armadas brasileiras, vinha do sul⁵⁸.

Uma das principais ambições de Vargas e projetos que o Estado Novo apresentava à Nação era a industrialização pesada, com destaque para o aço, vista como

⁵⁷ Para Hilton (1977a, p. 279): “Um ingrediente-chave no pessimismo e na preocupação dos líderes brasileiros era o ritmo da preparação militar argentina. Vários relatórios da Embaixada em Buenos Aires durante 1937, tratando dos preparativos militares argentinos, em combinação com a continuação da crise europeia, aprofundaram – confessou Góes Monteiro – “de modo assustador” os temores dos *policy-makers* no Rio de Janeiro. Tão alarmados estavam os líderes brasileiros que a guerra contra a Argentina apareceu naquele momento como uma possibilidade efetiva”.

⁵⁸ Sobre o debate acerca do “inimigo interno” e o “inimigo externo”, ver Almeida (2011).

fundamental pelo próprio Vargas, tanto para o desenvolvimento econômico quanto para a defesa nacional⁵⁹. Assim como na crise de 1929, mais uma vez, as difíceis condições em que se encontravam as finanças brasileiras em 1937 favoreceram acordos militares com a *Krupp* em marcos de compensação. Conforme Hilton:

A despeito de um déficit de quase 30 milhões de dólares em agosto, o governo concedeu naquele ano, conforme uma lei secreta de novembro de 1936, ao Exército, créditos reservados na ordem de mais de 9 milhões de dólares. Em outubro Vargas aprovou um terceiro crédito secreto, de 2,4 milhões de dólares, para a compra de aviões. Com os cofres públicos sofrendo de anemia crônica, o comércio de compensação tinha pelo menos a vantagem de possibilitar ao Brasil satisfazer suas demandas militares de equipamento. (HILTON, 1977a, p. 285).

No que diz respeito à implantação da siderúrgica, a empresa alemã *Krupp* (mas também outras empresas como *Siemens*, *Demag* e *Stahlunion*) demonstrou interesse em explorar as reservas minerais e financiar o estabelecimento de uma fábrica de aço. Segundo Hilton (1977a), algumas dessas empresas possuíam propriedades ricas em minérios de ferro no Brasil e tinham exportado cerca de 60.000 toneladas de minério de ferro para a Alemanha no ano de 1937, expressando, portanto, interesse em explorar as reservas de minérios e financiar o estabelecimento de uma fábrica de aço. Ainda segundo as fontes de Hilton, foi durante as negociações para novos contratos de armamento (no início de 1938) que a *Krupp* manifestou interesse na questão da siderúrgica.

No relatório escrito por Ritter em março de 1938 e enviado para o Ministério das Relações Exteriores, o embaixador alemão fala sobre a preocupação do Brasil em relação à Argentina (e a superioridade militar do país vizinho em relação ao Brasil) e sobre o interesse do Brasil em realizar um contrato com a *Krupp* para compra de armamento:

O único oponente militar do Brasil é a Argentina. Mas o Brasil é decididamente inferior à Argentina, sob o ponto-de-vista militar, e continuará a sê-lo por muito tempo. O centro do poder militar no Brasil, particularmente

⁵⁹ Segundo Hilton (1977a, p. 46): “Vargas declarou, em 1930, que não apenas o “desenvolvimento industrial” do país, mas também a “própria segurança nacional” requeriam que o Brasil desenvolvesse sua própria indústria siderúrgica, de modo a obter uma maior independência em face dos fornecedores estrangeiros”.

também no sentido industrial, está nos Estados centrais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mas desse centro de poder, não há praticamente qualquer espécie de conexões ferroviárias estratégicas com os Estados do Sul. Considerando a superioridade da marinha argentina, o acesso militar aos Estados do Sul por mar seria controlado pela Argentina, quando houvesse um confronto. Se em tal caso o acesso militar aos Estados sulinos não fosse garantido pelos Estados Unidos, os três Estados sulinos, cuja população é em grande parte de origem alemã, estariam em posição indefensável, diante de uma tomada militar pela Argentina. Nesse sentido quero fazer menção ao Relatório seguro que recebi, no qual se alertava que há algum tempo o Governo brasileiro comunicara aos Estados Unidos que pretendia assinar um contrato de armamentos no exterior (*Krupp*) de muito grande vulto. Solicitava que essa despesa financeira grande não fosse usada como argumento contra o Brasil, ao se considerar o problema da suspensão do pagamento dos juros devidos pelo Governo brasileiro em sua dívida externa. Em uma troca de notas, o Governo dos Estados Unidos expressamente se declarou satisfeito com o contrato de armamentos. (O III *Reich* e o Brasil, 1968, p. 98).

Três coisas chamam atenção no relatório de Ritter: a primeira é a percepção do governo brasileiro de um potencial conflito na América do Sul envolvendo Brasil e Argentina. Enquanto os Estados Unidos estavam preocupados com a Europa e sua preocupação com o Brasil restringia-se, portanto, à região nordeste (que facilitaria acesso ao norte da África e Europa), o Brasil estava mais preocupado com o sul do país (de onde poderia vir o ataque argentino). A segunda coisa era a intenção do governo brasileiro de efetuar a compra de armamento com a *Krupp*, e a terceira é a aparente despreocupação do governo norte-americano com a compra de armas do Brasil com a *Krupp*.

Os Estados Unidos, que ao longo da década de 1930 não exerceram nenhuma retaliação econômica, apesar das inúmeras manifestações contra o comércio de compensação, pareciam dosar a pressão que exerciam contra o Brasil em seu comércio com a Alemanha. No caso da venda de armas, o Congresso americano ainda não havia autorizado o comércio com América do Sul e o Brasil prosseguia, portanto, frágil em sua defesa nacional.

No início de 1938, um carregamento chegou ao Brasil referente ao acordo realizado no ano anterior, “o capitão-tenente Adolpho M. de Noronha Torrezão estava em missão oficial do Ministério da Marinha para a fiscalização da confecção de acessórios encomendados da *Badische Maschinen fabrik Durlasch*” (RAHMEIER, 2009, p. 127). Segundo as fontes de documentos de Rahmeier (2009), no período entre dezembro de 1937 e março de 1938, foram trocadas várias correspondências entre

oficiais brasileiros e autoridades alemãs para avaliar a possibilidade de uma nova compra. O material seria destinado à Marinha, Exército e Aeronáutica. No dia 28 de março foi assinado o segundo contrato entre o exército brasileiro e a *Krupp*: “Neste momento, a compra era de 900 peças de artilharia. A entrega do material ocorreria em 6 anos e o pagamento seria feito pelo governo brasileiro, descontando 75% dos custos em marcos de compensação” (HILTON, 1977b, p. 74).

Em 30 de março, o major brasileiro apresentou cópias do contrato efetuado com a *Krupp* para o aparelhamento do exército a Vargas. Este registrou em seu diário “isto foi um fato auspicioso. O país fará uma grande despesa, necessária não só pela falta de aparelhamento que nos enfraquece, como pela inquietação e insegurança do momento internacional. (RAHMEIER, 2009, p. 127).

A *Krupp* deu ainda ao governo brasileiro a opção de pagar três quartos do custo total da compra (aproximadamente 8 milhões de libras esterlinas) em marcos de compensação, que seria arrecadado pelo Brasil com o aumento das cotas de matérias primas para a Alemanha. Para Hilton (1977a), a essa altura não restava mais dúvida para maioria dos membros do governo que a Alemanha era a melhor opção para a compra de armamento.

A política de Washington era precisamente o oposto da de Berlim, ou seja, desencorajava a exportação privada de armas e munições para a América Latina, embora compartilhasse do desapontamento dos seus agentes diante do conseqüente incremento do “prestígio político e comercial dos nossos rivais europeus”. (HILTON, 1977a, p. 288).

Era importante, portanto, que o comércio não fosse afetado pelos conflitos políticos e de fato não foram. No final de 1938, diante dos preparativos para a guerra e de aumentar sua influência sobre o Brasil, a *Krupp* demonstra novamente interesse em participar da construção da siderúrgica, desta vez com propostas mais concretas:

A firma alemã propunha que o Brasil cobrisse “considerável parte” do custo da siderúrgica com matérias primas, indiscutível atrativo para os planejadores brasileiros. Depois de “numerosos” encontros com Sousa Aranha, o Presidente teria supostamente mandado dizer a *Krupp* que trataria “preferencialmente” com a Alemanha e que não tomaria nenhuma posição definitiva sem consultar *Krupp*. (HILTON, 1977a, p. 279, grifo nosso).

O peso que o governo Vargas deu à *Krupp* para a negociação e a importância que a *Krupp* deu ao projeto siderúrgico brasileiro, ajuda a entender os dividendos obtidos pelo governo nos dois anos seguintes com os Estados Unidos. Mas para solucionar o problema crônico de insuficiência bélica, o próprio exército pouca atenção deu para a construção da siderúrgica que era um projeto de longo prazo, preferindo concentrar as atenções na política comercial.

As encomendas feitas à *Krupp* em março de 1938 começaram a tranquilizar o alto escalão das Forças Armadas. O Ministro Dutra era um dos principais defensores da continuidade da compra de armas da Alemanha. À percepção de um conflito na América do Sul (leia-se um conflito entre Brasil e Argentina) somou-se à percepção de um conflito no território europeu. O Alto Comando intensificou, junto à Vargas, a pressão para que as compras de armas da Alemanha fossem mantidas ao longo do ano de 1938.

A solicitação foi não apenas atendida como intensificada entre 1938 e 1939:

Cinco decretos-leis reservados, em 1938, abriram novos créditos para compras militares, e, em janeiro de 1939, o Plano Quinquenal Especial estabeleceu créditos anuais adicionais de mais de 80.000 contos para as Forças Armadas. Além disso, a verba alocada para o Ministério da Fazenda pelo referido Plano – cerca de 275.000 contos por ano – destinava-se na verdade a cobrir contratos confidenciais do Exército e da Marinha. (HILTON, 1977a, p. 289).

A assinatura do contrato de compra de armas de março de 1938, em peças e acessórios de artilharia, levou alguns militares a acompanhar a fabricação de armas na Alemanha. No dia 25 de junho de 1938, o major Delso Mendes da Fonseca era apresentado ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha como membro da comissão militar incumbida da fiscalização e do recebimento do material bélico.

Em março de 1939, poucos meses antes do estopim da Guerra, chegou ao Brasil a primeira remessa de material de artilharia referente ao acordo de 1937. A chegada do material bélico aumentou o prestígio dos fornecedores alemães, assim como a admiração dos militares brasileiros pela indústria bélica alemã. Para Hilton (1977a), dentre todos os membros do círculo militar próximo a Vargas, Dutra era o mais

favorável à continuação do comércio de armas com a Alemanha e não desejava a interrupção do fornecimento alemão, pois sua percepção era de que o Brasil ainda estava em posição desfavorável perante a vizinha argentina.

A percepção de um conflito latente na América do Sul, assim como o cenário de guerra que se aproximava na Europa, levou até mesmo Osvaldo Aranha, americanófilo desde o tempo que fora Ministro da Fazenda, a defender a continuidade do comércio de armas com a Alemanha. Dutra defendia, corretamente, que somente a Alemanha poderia fornecer equipamento complementar para a artilharia que já havia sido comprada. Ao colocar seu ponto de vista em votação, sua posição venceu por sete votos a quatro (HILTON, 1977a).

O resultado disso foi a obtenção, pela *Krupp*, de um terceiro contrato com o governo brasileiro em 1939. Na realidade, tratava-se de contratos adicionais com várias firmas alemãs (cuja *Krupp* tinha posição de destaque) para a compra de equipamento de transporte para artilharia, que seria pago majoritariamente em marcos compensados: “o custo desse programa suplementar foi de 1,7 milhão de dólares, 85% dos quais deveriam ser pagos em marcos de compensação” (HILTON, 1977a, p. 291).

O comércio de compensação estava funcionando normalmente, e os Estados Unidos, todavia, ainda não haviam liberado a venda de armas para o Brasil.

Os dados permitem concluir que os conflitos diplomáticos envolvendo os embaixadores Ritter, Muniz Aragão e o Ministro Osvaldo Aranha não afetaram o comércio teuto-brasileiro. Até mesmo os meses em que ambas as embaixadas ficaram sem representações, os trabalhos não foram inviabilizados. No Rio de Janeiro, o encarregado dos negócios, von Levetzow, respondia pelas ações diplomáticas enquanto não fosse nomeado novo embaixador. E em Berlim, Themístocles da Graça Aranha, responsável pelos negócios brasileiros, desempenhava a mesma função enquanto não fosse nomeado novo embaixador.

Brasil e Alemanha, em 1938, tinham interesses e necessidades materiais que iam muito além de possíveis atritos entre o ministro Osvaldo Aranha e o embaixador alemão. Pesou na decisão brasileira de não interromper o comércio com o *Reich* as demandas nacionais, com destaque para o setor militar e o setor exportador agrário. Igualmente importante para a Alemanha era sua necessidade de matérias-primas para os

projetos expansionistas de Hitler. A documentação do gabinete de Hitler e do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha revela que um terço de toda matéria prima consumida na Alemanha vinha do estrangeiro e que, as primeiras ocupações de Hitler aumentaram ainda mais a demanda (RAHMEIER, 2009).

O termo “equidistância pragmática” nos parece de certa forma adequado (sobretudo pelo lado do pragmatismo) para a política adotada pelo Brasil nesse momento em relação à compra de armas da Alemanha. Não podendo obter suas demandas bélicas dos Estados Unidos (como visto no capítulo anterior), o Brasil se voltou para a Europa, de onde encomendou artilharia do III *Reich*. Concordamos com McCann (1995) de que essa política comercial não implicava numa mudança quanto à união Brasil-EUA, “mas mostrava com nitidez que o Brasil estava querendo agir por si mesmo, para produzir a sua defesa e para capacitar-se a prosseguir com a ‘histórica função de mediador’ na América do Sul” (MCCANN, 1995, p. 96).

Mesmo no período mais tenso das relações diplomáticas, o comércio entre os dois países foi intensificado. Em março de 1939, Osvaldo Aranha foi aos Estados Unidos em uma missão que ficou conhecida como Missão Aranha. Como apresentado na parte 1, o resultado da missão foi pouco frutífero para o governo brasileiro, uma vez que a tão sonhada compra de armas não foi realizada, e os resultados da missão se resumiram à retomada do pagamento da dívida externa e o compromisso do Brasil de adotar uma política cambial mais flexível.

Entre o final de 1938 e início de 1939, os acordos militares com a Alemanha foram intensificados. Em dezembro de 1938, o governo alemão demonstrou interesse em convidar Góes Monteiro para visitar o país para assistir às manobras aéreas. O convite foi oficialmente feito em 19 de janeiro de 1939, praticamente ao mesmo tempo em que Osvaldo Aranha se preparava para ir aos Estados Unidos. Góes Monteiro chegou a ser autorizado por Vargas para ir à Alemanha, mas a viagem não chegou a se concretizar por causa da preparação para a guerra na Europa.

O convite feito a Góes Monteiro representava a intenção da Alemanha de não apenas manter, mas procurar intensificar seus laços com o Brasil. Da mesma maneira, como os Estados Unidos procuravam diminuir a influência e a presença da Alemanha nos assuntos brasileiros, a Alemanha tinha objetivos parecidos. Veremos mais adiante, baseado nos documentos analisados por Rahmeier (2009), dos Ministérios da

Alemanha, que o *Reich* via uma ofensiva antialemã no Brasil por parte dos Estados Unidos e procurou “jogar” com as cartas que podia: dando continuidade no comércio de armas, acenando positivamente com a implantação da siderúrgica e mantendo relações diplomáticas mais cordiais possíveis. O governo alemão tomou conhecimento da viagem de Aranha aos Estados Unidos e procurou se contrapor, fazendo o convite a Góes Monteiro.

O Ministério das Relações Exteriores da Alemanha também convidou Sousa Costa para visitar o país e, procurando fazer contrapropostas aos Estados Unidos, demonstrou interesse em participar dos projetos que o Brasil tanto almejava, principalmente o reequipamento do Exército e a industrialização (com destaque para a siderúrgica):

Von Levetzow foi instruído a informar às autoridades brasileiras que, “como sempre”, as firmas alemãs podiam e desejavam oferecer termos de créditos generosos aos importadores brasileiros. Devemos sublinhar nosso interesse em fornecer equipamento ferroviário, maquinaria industrial e material bélico, disse o Wilhelmstrasse. (HILTON, 1977a, p. 317).

Em fevereiro do mesmo ano, tanto Brasil quanto a Alemanha percebem a necessidade de retomar as relações diplomáticas, lembrando que nesse momento ambos os países estavam sem representações nas suas embaixadas. No dia 23 de março de 1939, chegou ao Brasil material de artilharia da Alemanha referente ao acordo de 1938. Após a entrega desse material, as negociações para um terceiro contrato das Forças Armadas do Brasil com a Alemanha se intensificaram. Tornava-se importante, para os dois países, retomar as representações diplomáticas nas embaixadas, para evitar que as importantes transações comerciais não fossem prejudicadas.

Por uma troca de notas diplomáticas em 1º de junho de 1939, os dois países designaram seus novos embaixadores. O Brasil foi representado em Berlim por Cyro de Freitas Valle e o governo alemão designou Curt Prufer. Segundo Seitenfus (1985), a preocupação maior da missão de Cyro de Freitas Valle seria de manter a cordialidade nas relações com a Alemanha. Segundos as fontes documentais do autor, Aranha pediu a Freitas Valle que se abstinhasse de opinar sobre os novos regimes, pois o Brasil queria permanecer afastado dos problemas que ocupavam e dividiam a Europa. Ou seja, em

caso de um conflito declarado seria esperado que o Brasil mante-se a neutralidade, como de fato aconteceu.

Freitas Valle chegou a Berlim a poucos meses do estopim da Segunda Guerra Mundial. A Alemanha, nesse momento, ainda contava com grande simpatia do governo brasileiro, principalmente devido ao programa comercial nazista que atendia às principais demandas do Brasil naquele momento. Conforme mostra Rahmeier (2009), no dia 28 de julho de 1939, foram assinados mais cinco contratos para a compra de material de transporte de artilharia. Para o pagamento, poderia ser utilizado 85% de marcos de compensação. A *Krupp*, como nos outros contratos, era a principal empresa, mas outras empresas menores também entraram nos contratos. Naquele momento, as demandas militares davam total suporte às relações políticas entre os dois países.

De acordo com Seitenfus (1985), a modernização do Exército brasileiro não encontrava oposição dentro do governo. Favoreceu também para a intensificação do comércio de armas com a Alemanha, o péssimo desempenho da missão Aranha no que diz respeito à questão da defesa. Naquele momento, o Brasil estava determinado a suprir, seja com quem fosse, sua demanda armamentista.

O desenrolar da guerra, no entanto, poderia alterar completamente os planos do governo caso a Inglaterra viesse a realizar (como de fato o fez) um bloqueio marítimo contra o comércio alemão. Depois de estourada a guerra, o Brasil tinha, portanto, pouco tempo para realizar seu “jogo duplo” e buscou o mais rápido possível obter vantagens da conjuntura geopolítica internacional junto aos Estados Unidos.

Às oito horas da noite de 31 de agosto, no momento em que Freitas Valle preparava-se para apresentar sua credenciais a von Ribentrop e Hitler no dia seguinte, Naujocks, cumprindo ordens recebidas ao meio-dia, completou sua missão. A missão consistia em liderar um grupo de membro das S.S. que, vestido com uniformes do exército polonês (na cidade de Gleiwitz, Alemanha), fingiria um ataque à estação de rádio de Gleiwitz, fornecendo assim o pretexto de que precisava Hitler para acrescentar a Polônia à lista das suas conquistas. Cerca de nove horas depois, ao raiar do dia, tropas e aviões do III *Reich* cruzavam a fronteira polonesa. Três dias depois, a Inglaterra e a França responderam com declaração de guerra. Era o início da Segunda Guerra Mundial.

4.3 Segunda Guerra Mundial: neutralidade estratégica, comércio de armas e a construção da siderúrgica. Da reaproximação ao rompimento.

O início da guerra teve, num primeiro momento, repercussão ambígua no Brasil. A possibilidade de um bloqueio comercial marítimo, efetuado pela Inglaterra, como de fato não tardou a acontecer, fez com que o Exército se preocupasse com o transporte das compras de artilharia alemã para o Brasil. Com o início do conflito, a diplomacia brasileira se apressou em tentar averiguar como seria encaminhada essa questão, principalmente com os equipamentos comprados em março de 1938 e julho de 1939.

Conforme Rahmeier (2009), em 8 de setembro de 1939, Osvaldo Aranha questionou ao encarregado dos negócios da Embaixada Alemã no Rio de Janeiro se o material encomendado a *Krupp* seria entregue. Von Levetzow respondeu afirmativamente. Ainda de acordo com a autora, dois meses depois (início de novembro), o embaixador brasileiro Freitas Vale teve uma audiência com Ribbentrop, na qual ficou decidido que a entrega seria feita com navios brasileiros.

No dia 15 de março de 1940 foi definido pelas Forças Armadas alemãs que a entrega do armamento comprado pelo Brasil seria entregue em quatro partes: a primeira seria feita no final de março, e as demais no final de junho, setembro e dezembro. A última entrega iria protagonizar uma grande crise diplomática entre o Brasil e a Inglaterra causada pelo bloqueio marítimo. Os documentos analisados por Rahmeier (2009), mais especificamente os relatórios escritos pelo embaixador Pruffer em março, mostram que o Ministro Dutra pressionava o embaixador para que a entrega de armas fosse feita o mais rápido possível.

A pressão partiu também de Osvaldo Aranha, que nesse mesmo mês “compartilhou com o Embaixador Alemão no Rio de Janeiro que a situação criada, a partir da não entrega do material bélico, havia tornado difícil o posicionamento de Vargas” (RAHMEIER, 2009, p. 238). O grande problema na questão sobre o fornecimento de armas para o Brasil ao longo do ano de 1940 recaiu sobre a necessidade de armas da própria Alemanha. No dia 26 de março, o embaixador brasileiro em Berlim questionou se não seria possível a entrega de armas e lhe

informaram que naquele momento a ordem era armar o exército alemão, por isto, parte das armas produzidas para o Brasil foi requisitada pelas Forças Armadas (RAHMEIER, 2009).

O embaixador brasileiro demonstrou insatisfação com a notícia e disse que se o governo soubesse disso teria encomendado o material de outros países. Lembrando que nessa época nada de concreto ainda havia com os Estados Unidos na compra de armas, o governo brasileiro estava em plena negociação com os dois países, procurando de todas as formas suprir sua demanda bélica.

Analisando a política externa alemã de Hitler nesse momento, tudo indica que a continuidade da entrega de armas ao Brasil tinha como objetivo não desagradar excessivamente autoridades brasileiras, para que o país continuasse com sua posição de neutralidade. Foi visto detalhadamente que nos meses de maio, junho e julho, Vargas fez seus maiores esforços para extrair os ganhos que o “jogo duplo” poderia lhe proporcionar. A Alemanha, no entanto, a partir de julho já não estava mais em condições de oferecer muito.

Em setembro, Brasil e EUA assinaram o contrato da siderúrgica. Nesse mesmo mês, no dia 13, de acordo com Rahmeier (2009), o embaixador Prufer enviou para Alemanha a cópia do contrato que o governo brasileiro assinou com os EUA sobre o fornecimento de projetores antiaéreos, sendo que a entrega estava prevista em cinco lotes: o primeiro para novembro de 1940 e o último para maio de 1941. Outra informação enviada para a Alemanha sobre as ações das Forças Armadas Brasileira foi a criação de uma comissão mista entre Brasil e EUA, em outubro de 1940, que tinha como objetivo estudar as medidas comuns de defesa (RAHMEIER, 2009).

Ou seja, a assinatura do contrato da siderúrgica (em setembro de 1940), do nosso ponto de vista, marcou a aproximação do Brasil com os Estados Unidos em detrimento da Alemanha. Naquele momento, mesmo com a insegurança que os EUA ainda davam ao Brasil, o governo brasileiro se deu conta que não poderia contar com o governo do *Reich* da mesma forma como poderia contar com os Estados Unidos.

Mas mesmo com a aproximação com os Estados Unidos, o Brasil não abandonou as conversas com a Alemanha sobre a entrega do material já encomendado como mostra Rahmeier (2009):

Neste contexto de aproximação militar entre Brasil e Estados Unidos, foi retomada a conversação sobre a entrega do armamento encomendado às fábricas alemãs. Nos primeiros dias de outubro de 1940, voltou-se a negociar a possibilidade de se transportar a metade da encomenda feita pelo Brasil, em março de 1938. Isto é, o carregamento seria referente às duas primeiras partes da encomenda daquele ano. (RAHMEIER, 2009, p. 241).

Para garantir que as mercadorias não fossem atacadas por navios ingleses, no dia 11 de outubro de 1940, o Itamaraty enviou um telegrama ao embaixador brasileiro em Londres, para que este obtivesse junto ao governo britânico o livre-trânsito do navio *Siqueira Campos*, que iria transportar o material bélico adquirido da Alemanha. No dia 30 do mesmo mês, o embaixador brasileiro informou que o Comitê Britânico do Bloqueio Econômico não permitiu que o navio transportasse o material bélico. Mesmo assim, no dia 19 de novembro, o *Siqueira Campos* partiu de Lisboa sem autorização inglesa e dois dias depois foi aprisionado pela marinha britânica.

O acidente gerou grave crise diplomática entre Brasil e Inglaterra. De acordo com McCann, as autoridades brasileiras ficaram furiosas e o episódio quase levou a um rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra:

Aranha classificou de brutal a ação britânica e relatou à embaixada americana que estava colocando suas funções de chanceler em jogo contra a liberação britânica da embarcação. Se o Brasil deixasse de receber o material, ele renunciaria e permitiria a nomeação de um ministro do Exterior de posições antidemocráticas. A continuidade das políticas e atitudes do Brasil pró-Aliados e pró-democráticas estava na balança. Góes Monteiro e outros generais exigiam ruptura de relações, e houve até conversas arrebatadas em nível de ministério sobre declaração de guerra à Inglaterra. O Brasil minutou decretos de expropriação de empresas privadas britânicas e proibiu todas as matérias pró-Inglaterra na imprensa e no cinema. (MCCANN, 1995, p. 172).

O impasse só foi devidamente solucionado com interferência norte-americana. Ainda de acordo com o autor, o General Marshall deixou claro aos ingleses que era fundamental que o navio chegasse ao Brasil, até mesmo porque as armas compradas da Alemanha seriam utilizadas na defesa de Natal. No dia 18 de dezembro, os ingleses finalmente liberaram o *Siqueira Campos*. O episódio, para McCann (1995), deixou ainda como saldo um fortalecimento na amizade Brasil-Estados Unidos. O próprio

Dutra declarou que “as autoridades de Washington estavam se comportando mais como irmãos do que como amigos”. (MCCANN, 1995, p. 173).

A questão do fornecimento de armas em 1940 (e sua não resolução) levou a uma pequena crise no governo Vargas em dezembro do mesmo ano. No dia 21 do mesmo mês, o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, pediu demissão do cargo numa audiência com Vargas. Conforme Rahmeier (2009, p. 243): “Justificou que estava sendo impedido de exercer a função, pois não conseguia armar as Forças Armadas, porque dos Estados Unidos nada esperava e estava “desesperançado” em receber o restante do material encomendado da Alemanha”.

Vargas não aceitou o pedido de Dutra. Ao final de 1940, um segundo carregamento de material bélico estava sendo preparado para ser transportado da Europa para o Brasil. Houve divergência entre os militares e a diplomacia liderada por Osvaldo Aranha sobre o envio do carregamento. Os militares, e especialmente Dutra, queriam o envio do material mesmo sem autorização do governo inglês. Já Aranha, considerou avaliar um momento melhor para o envio do material. No final, prevaleceu a posição de Aranha.

Concordamos com Rahmeier (2009) de que a vitória de Aranha foi uma demonstração da maior proximidade que o Brasil realizava em detrimento da Alemanha. Esse é o exato momento em que é possível perceber a substituição que o Brasil fazia da Alemanha para os Estados Unidos. O mesmo não pode ser dito em relação às missões anteriores, como a missão Aranha, por exemplo, que para Moura (1980), marcou o início da aproximação entre Brasil e Estados Unidos.

Mesmo com todas as incertezas que ainda havia com os Estados Unidos ao final do ano de 1940, as relações comerciais com a Alemanha estavam muito difíceis e, uma vez que a questão da siderúrgica estava suprida, só restava ao Brasil fazer seu reaparelhamento das Forças Armadas. Essa questão (suprimento de armas) já dava sinais positivos com os Estados Unidos, e seria uma questão de pouco tempo para os norte-americanos realmente “cederem” às reivindicações do Brasil.

Caso isso acontecesse (o fornecimento de armas norte-americanas para o Brasil), tudo estaria pronto para o rompimento total entre Brasil e Alemanha. Esses foram os acontecimentos ao longo do ano de 1941: a aliança militar Brasil-Estados Unidos foi se

consolidando, o rompimento com o *Reich* seria apenas uma questão de tempo, e se tornou inevitável diante da aliança com os Estados Unidos. Este raciocínio parece ser o elemento que levou Alves (2002) a falar num “envolvimento forçado”. Um dos “custos” da aquisição de armas dos Estados Unidos, e reaparelhamento de suas Forças Armadas, foi o próprio envolvimento do país na guerra.

O governo alemão pouco podia fazer em relação à entrega do material para o Brasil, pois estava em guerra com a Inglaterra. A única coisa que podia ser feita era o Brasil negociar com a Inglaterra a entrega do material. De acordo Rahmeier (2009), a irritação de Dutra perante o governo inglês fez com que o ministro sugerisse o rompimento com a Inglaterra, mas claro que isso estava fora do alcance do Brasil fazer.

A última remessa de material bélico ficou no porto de Lisboa, esperando a liberação inglesa para transporte. Segundo as fontes documentais de Rahmeier (2009), entre janeiro e julho de 1941, a diplomacia alemã no Brasil enviava telegramas informando como estava sendo negociada a situação e a necessidade de entrega desse material. Entretanto, também apontava dificuldades para as novas entregas do restante do armamento encomendado.

O embaixador Prufer acompanhava de perto a aproximação militar entre Brasil e Estados Unidos, pois a mesma estava se tornando cada dia mais consistente. Conforme Rahmeier:

Em junho de 1941, Prufer apontava para a possibilidade de os Estados Unidos assinarem novos acordos militares para o fornecimento de armas para o Brasil. Aos poucos, a diplomacia alemã percebeu que o principal elo de união diplomática, entre Brasil e Alemanha, em 1941, que eram as encomendas militares, estava sendo aos poucos desfeito. (RAHMEIER, 2009, p. 244).

Além disso, havia outras preocupações com o desenrolar da guerra. Por um lado, do ponto de vista comercial, havia preocupação por parte de alguns membros do governo por conta dos 17 milhões de marcos que o Banco do Brasil possuía depositados na Alemanha para uso dos compradores brasileiros, enquanto no Brasil, o banco detinha 80 milhões de marcos (MCCANN, 1995).

A preocupação era de que o comércio em marcos *Aski* poderia deixar o Brasil com papéis inúteis na mão, se um bloqueio impedisse a troca de mercadorias. Mas para preservar a confiança dos brasileiros, as autoridades do *Reich* asseguraram que a Alemanha pretendia receber, pagar e estocar no Brasil todo o algodão que havia comprado, e que se achava disposta a fazer um acordo que fosse conveniente para ambos os países, com relação aos saldos não utilizados em contas *Aski*. Contudo, o *Reichbank* manteria seu saldo em depósito no Banco do Brasil para estar pronto a retomar as operações de trocas imediatamente após a guerra.

Para McCann (1995), essa postura do governo alemão decorria da percepção das autoridades do *Reich* de que a guerra seria breve e, com a vitória do Eixo, o comércio seria retomado normalmente. Por outro lado, o primeiro ano da guerra deixou boa parte das autoridades brasileiras impressionadas com a eficiência da máquina de guerra alemã. Em cinco meses os alemães ocuparam a Áustria, Tchecoslováquia e Polônia, que fizeram o *Reich* aumentar em 13 milhões sua população. Como observa Hilton (1977a, p. 277): “Com a Alemanha aparentemente destinada a controlar a maior parte da Europa, não seria politicamente prudente manter relações razoavelmente boas com Berlim?” A resposta era sim, e o governo brasileiro procurou enquanto pôde manter relações comerciais com a Alemanha, que objetivassem diminuir suas debilidades e fraquezas na área da defesa nacional, uma das maiores prioridades do governo naquele momento.

De acordo com Rahmeier, os documentos analisados na Alemanha mostram que o Brasil era um dos países mais importantes na América do Sul, senão o mais importante:

Já nos primeiros dias após o início do conflito na Europa, isto é, setembro de 1939, os funcionários das forças armadas alemãs criaram uma pasta específica sobre o Brasil, em função do aumento considerável da documentação sobre este país. (RAHMEIER, 2009, p. 199).

Toda a política externa do governo de Hitler foi voltada para a manutenção da neutralidade nos países da América do Sul. Com a aproximação do conflito, as orientações para a manutenção da neutralidade foram intensificadas. No dia 12 de junho

de 1939 começou em Berlim a Conferência Ibero-Americana, que tinha por objetivo elaborar a política externa alemã para a América Latina.

De acordo com as fontes de Rahmeier (2009), na abertura da Conferência, o ministro das Relações Exteriores, von Ribbentrop, afirmou que numa eventual guerra, o fundamental para a política externa alemã seria conseguir a neutralidade dos países latino-americanos. O ministério das Relações Exteriores na Alemanha passou a acompanhar, a cada nova conquista territorial do *Reich*, o posicionamento brasileiro, por esse motivo há uma ampla documentação de telegramas trocados entre as embaixadas no período entre setembro de 1939 e julho de 1940.

O Brasil, pela sua importância, foi um país que teve acompanhamento de perto por parte das autoridades alemãs. Mas evidentemente que a “importância” brasileira para a Alemanha decorria de seu amplo mercado para os produtos alemães, fornecedor de matérias-primas, e principalmente por sua posição geográfica estratégica na América do Sul. Foi sua localização geográfica, com o “Saliente” da região nordeste sendo o ponto da América Latina mais próximo da África, que tornou o Brasil o país mais importante para as grandes potências na Segunda Guerra.

É possível falar numa certa calma nas relações entre Brasil e Alemanha nos anos de 1939 até julho de 1940. Nesse período, não foi observado nenhum grande atrito entre os dois países como houve, por exemplo, em 1938. Nesse mesmo período, o Brasil se aproximou dos Estados Unidos em função da necessidade de preencher lacunas econômicas deixadas pela impossibilidade da Alemanha em fornecer os produtos até então comercializados, em virtude do bloqueio marítimo efetuado pelo governo britânico e, por outro lado, pela força da pressão estadunidense sobre os ideais pan-americanos.

No entanto, o que queremos demonstrar nas páginas seguintes é que, a despeito da aproximação entre Brasil e EUA, do nosso ponto de vista, não é possível falar num afastamento da Alemanha, como sugere Alves (2002), segundo o qual “cada passo em direção aos EUA implicava num afastamento com a Alemanha”. A análise da política externa brasileira entre setembro de 1939 e julho de 1940 permite concluir que o Brasil procurou ao máximo manter os vínculos comerciais e econômicos com o *Reich*. Por isso, como afirmado no capítulo anterior, o que o governo brasileiro procurou fazer foi

se aproximar dos Estados Unidos sem se afastar da Alemanha. Mas isso ocorreu apenas entre o estopim da guerra e julho de 1940.

A diplomacia alemã acompanhava de perto desde 1938, com a Conferência de Lima, as resoluções das Conferências Pan-Americanas. A posição do Brasil, de acordo com Rahmeier (2009), era muito importante e por esse motivo o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha enviava para embaixadas alemãs em vários países da América do Sul o posicionamento brasileiro. Vimos no capítulo anterior que nas Conferências Pan-Americanas, a posição brasileira estava em sintonia com a dos Estados Unidos, apesar do país sempre ressaltar sua neutralidade. A Conferência do Panamá realizada em setembro de 1939 estabeleceu a Zona de Segurança Continental de 300 milhas, onde não seriam permitidas ações entre os beligerantes dentro dessa área, para permitir que os países americanos mantivessem uma navegação marítima costeira sem receio de serem envolvidos em operações de guerra.

No entanto, como mostra Rahmeier (2009), essa resolução (Zona de Segurança Continental) deveria ser ratificada pelos países beligerantes e a posição da Alemanha, desde o encerramento da Conferência, era indefinida e só começou a ser definida em 18 de outubro de 1939. As reuniões entre representantes do Exército, Marinha, Aeronáutica, do Ministério da Justiça e da Economia determinou que se esperasse pelas reações dos inimigos. Como mencionado no capítulo anterior, a Zona de Segurança não foi suficiente para evitar atos de guerra dentro de sua área.

Após esses incidentes⁶⁰, no mês de janeiro de 1940, a Alemanha ainda não havia adotado um posicionamento oficial, mas mostrava-se tendencialmente contrária à mesma (RAHMEIER, 2009). Vimos que as resoluções da Conferência do Panamá foram um passo dado para aumentar a coesão do continente americano e tentar afastar a Alemanha de todas as formas de influência. Por esse motivo, as reações da Alemanha foram negativas. Para Seitenfus:

⁶⁰ Segundo Rahmeier (2009, p. 208): “Em dezembro de 1939, o ato de maior repercussão foi a destruição do navio alemão *Graf Spee*, na zona e segurança do Uruguai. Outro incidente com navios alemães foi a destruição do *Wakama*. Este navio ficou ancorado no porto do Rio de Janeiro, de agosto de 1939 a janeiro de 1940, em função da guerra iniciada em setembro e de conversações sobre a possibilidade de compra do mesmo pelo governo brasileiro. Em janeiro de 1940, definiu-se que a referida embarcação retomaria sua atividade. Em 11 de fevereiro daquele ano, *Wakama* partiu em direção à Alemanha, carregada de banha, cacau, algodão e peles. No dia 12 de fevereiro, estava navegando no litoral carioca, a 18 de milhas de Cabo Frio, quando foi afundado, isto é, estava dentro da Zona de Segurança Continental brasileira”.

A diplomacia alemã vê na urgência da convocação o desejo, claramente expresso pelos Estados Unidos, de “promover o programa das conferências precedentes”. Esse programa tem por finalidades, segundo a Wilhemstrasse, “unir a América do Sul à do Norte por um pacto de defesa militar e coordenar a política dos países ibero-americanos com a da América do Norte, diante do conflito europeu”. (SEITENFUS, 1985, pp. 256-257).

Ainda segundo Seitenfus (1985), só restava a Berlim uma atitude: levar a conferência ao fracasso. Mas, para o autor, a Alemanha tinha poucos meios para isso: “Berlim tenta apenas exercer pressões sobre os participantes ibero-americanos, a fim de que não abandonem sua neutralidade” (SEITENFUS, 1985, p. 257).

Analisando especificamente o caso do Brasil, é possível afirmar que apenas pressões para o país se manter neutro não seriam suficientes. O governo de Vargas tinha várias demandas e, as principais eram a industrialização (com foco na siderúrgica) e aquisição de armas. Se havia alguma chance do Brasil se manter efetivamente neutro, apenas seria caso a Alemanha sinalizasse com parcerias para esses projetos. Por esse motivo, toda a pauta de conversas entre os dois países girou em torno desses dois pontos.

O primeiro semestre de 1940 foi de grandes vitórias para a Alemanha. Em 09 de abril de 1940, o exército nazista iniciou a ocupação da Dinamarca e invadiu a Noruega. Franceses e britânicos intervieram, mas foram derrotados ao final daquele mês. Em 10 de maio de 1940, o exército alemão lançou uma ofensiva contra os Países Baixos e a Bélgica, visando contornar as poderosas fortificações francesas da Linha Maginot, construídas anos antes na fronteira da França com a Alemanha.

Os alemães derrotaram sem grande dificuldade as forças franco-britânicas destacadas para a defesa da França. Em 22 de junho de 1940, o Marechal Petain, da França, assinou o acordo de rendição com a Alemanha, e começou a colaborar com o governo de Hitler.

Essa série de acontecimentos gerou, como dito, movimentos ambíguos no Brasil. Parte do governo Vargas via com bons olhos as vitórias alemãs que, caso se mantivessem e a Alemanha fosse vitoriosa na guerra, apenas traria benefícios para o Brasil. Lembramos aqui que na troca de telegramas entre os governos no primeiro ano da guerra, os alemães demonstravam confiança de que a guerra seria curta e seriam vitoriosos. A força alemã dava ao governo Vargas mais fôlego para realizar o seu “jogo

duplo”, e tentar tirar proveito ao máximo com os Estados Unidos nos dois projetos centrais do governo: a siderúrgica e armamentos.

Para Seitenfus (1985) a intensificação do conflito na Europa dava a Getúlio Vargas oportunidade de exprimir-se sobre uma nova etapa do conflito:

Em um discurso pronunciado durante a visita ao Estado de Minas Gerais, a 12 de maio de 1940, o presidente confirma a posição de neutralidade do Brasil, que permanecerá afastado dos “acontecimentos que perturbam a vida de outros povos”. (SEITENFUS, 1985, p. 198).

Outra evidência que revela o interesse da Alemanha em manter a neutralidade do Brasil foi um telegrama enviado no dia 15 de maio de 1940, cinco dias depois da invasão dos Países Baixos, para postos diplomáticos no Rio de Janeiro, Santiago e México. De acordo com Rahmeier (2009):

Este documento tinha como fim solicitar aos diplomatas que interviessem junto aos governos dos países em que estavam atuando, de forma secreta, para que fosse evitada uma ação em conjunto das nações americanas. No dia seguinte, Weizsacker enviou novo telegrama, solicitando o empenho dos diplomatas e fornecendo subsídios para esta intervenção. Este documento reafirma a intenção alemã de manter a neutralidade dos países latino-americanos. (RAHMEIER, 2009, p. 211).

Ainda segundo a autora, a posição brasileira, após a invasão dos Países Baixos, foi esperada com expectativa pela diplomacia alemã. O governo brasileiro apresentou uma posição oficial apenas 11 dias depois do início das hostilidades com a Bélgica e os Países Baixos. O embaixador alemão Prufer somente informou a posição brasileira no dia 21 de maio.

De acordo com Rahmeier (2009), nesse dia, o embaixador brasileiro teve um jantar com o mMinistro Aranha, que afirmou que o Brasil não tinha nenhum desejo de abandonar a neutralidade. De acordo com Seitenfus (1985), a declaração de Aranha levou o embaixador Prufer a dizer ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha que o Brasil não estava disposto a tomar “medidas ativas antialemãs”. Para Rahmeier (2009):

Esta demora de uma manifestação sobre qual posição seria assumida, faz parte dos constantes encaminhamentos de Vargas, pois ele esperava o desenrolar dos acontecimentos para ver qual atitude os outros tomariam, para depois avaliar, e tomar a sua. Enfim, o que era muito importante para a Alemanha, não o era para o Brasil. (RAHMEIER, 2009, p. 212).

Isso mostra como o governo brasileiro acompanhava cuidadosamente o desenrolar da guerra, não apenas para “escolher seu alinhamento”, mas, sobretudo, para obter dividendos da conjuntura interestatal. Um dos símbolos do jogo duplo de Vargas foi o discurso de 11 de junho a bordo do navio *Minas Gerais*. Seus desdobramentos em relação aos Estados Unidos já foram analisados no capítulo anterior.

O discurso teve grande repercussão nos Estados Unidos, principalmente porque veio um dia após o discurso de Roosevelt atacando as potências do eixo. A preocupação do governo norte-americano fez com que o governo brasileiro explicasse que não se tratava de um discurso que se contrapusesse ao discurso de Roosevelt, e muito menos ao Pan-Americanismo. Já nas Potências do Eixo, o discurso foi recebido com entusiasmo como se percebe na carta enviada do embaixador brasileiro em Berlim, Freitas Valle, a Vargas no dia 13 de junho:

Na Alemanha a impressão [provocada pelo discurso] foi a melhor possível. A Rádio de Berlim, em seus comentários para a América Latina, declarou que o sr. Getúlio Vargas era o primeiro estadista americano que reconhecia e proclamava a fraqueza das Democracias e o vigor dos regimes Totalitários⁶¹.

Para Rahmeier (2009), o discurso a bordo do navio é interpretado por boa parte da historiografia brasileira como um episódio de grande repercussão, tanto na Alemanha quanto nos Estados Unidos e no próprio Brasil. No entanto,

... para as relações entre a Alemanha e o Brasil, este só foi informado, diplomaticamente, após o discurso de 29 de junho. Ambos os discursos foram resumidos, pelo Embaixador Alemão no Rio de Janeiro, em um telegrama ao AA. O primeiro discurso, conforme a diplomacia alemã se distanciou dos ideais políticos norte-americanos. Na visão de Pruffer, o presidente, no discurso de 29 de junho, reafirmou as idéias de 11 de junho. As principais ideias de Vargas seriam a manutenção da neutralidade brasileira e dos ideais

⁶¹ Carta de Freitas Valle, embaixador brasileiro em Berlim, dirigida a Vargas, de 13 de junho de 1940, transcrita na obra de Seitenfus (1985, p. 313).

pan-americanos, respeitando a liberdade de ação e a fidelidade à doutrina Monroe. (RAHMEIER, 2009, p. 213).

Ou seja, segundo as fontes documentais da autora, para os alemães, o discurso de 11 de junho foi um discurso ambíguo, que pode ter gerado a necessidade de intensificar acordos comerciais para serem executados após o término da guerra, e negociações sobre a implementação de uma usina siderúrgica no Brasil.

Seja na interpretação de Seitenfus (1985) de que o discurso gerou grande repercussão, ou na interpretação de Rahmeier (2009) que suaviza os impactos do discurso de 11 de junho, a Alemanha passava a ver necessidade, cada vez mais, de procurar formas de manter a neutralidade de países importantes na América do Sul como o Brasil. Mas para isso, como dito, era necessário propostas concretas de cooperação com o Rio de Janeiro, tanto no plano econômico quanto no militar. Essa parceria vinha num momento importante para a Alemanha, principalmente porque se aproximava uma nova Conferência de Ministros das Relações Exteriores das Américas, a ser realizada em Havana, que tinha tudo para ser a mais decisiva dos últimos anos.

Do nosso ponto de vista, o discurso de Vargas do dia 11 de junho foi uma “porta” que ainda mantinha-se aberta para a Alemanha e que foi reforçado quando, sigilosamente, no dia 21 de junho, Vargas convocou o embaixador alemão “para dizer-lhe que via a salvação do Brasil na continuação do comércio com a Alemanha e solicitava a formalização dos acordos” (MCCANN, 1995, p. 158).

De acordo com McCann (1995), naqueles meses, o *Reich* desejava colaborar com o desenvolvimento dos grandes recursos naturais do Brasil, afinal, a Alemanha havia saltado de 65 milhões de habitantes para 90 milhões. Essa nova massa de produtores e consumidores compraria mais produtos brasileiros e forneceria mais produtos acabados. Ainda para o autor, o governo alemão estava pronto para construir a importante usina siderúrgica e concordar, em princípio, com o pagamento em produtos. Vargas ficou satisfeito e pediu a Prufer que transmitisse seus agradecimentos a Berlim (MCCANN, 1995).

Essas são as evidências que nos levam à afirmação de que, até julho de 1940, o governo brasileiro e mais especificamente Vargas, manteve a “equidistância

pragmática”, mas manobrando-a de forma delicada: aproximando-se dos Estados Unidos sem se afastar da Alemanha.

Pelos elementos apresentados acima é que nosso trabalho não interpreta a “Missão Aranha” como o primeiro movimento de quebra da “equidistância pragmática”, como faz Moura (1980). A literatura que nos leva a tal interpretação são as fontes de documentos da diplomacia alemã e do governo brasileiro, que mostram o total interesse que havia até junho de 1940 em manter relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha.

Vejamos então agora qual foi a evolução do comércio e dos acordos na área militar entre Brasil e Alemanha nos primeiros dois anos da guerra. A primeira constatação é a de que o comércio teuto-brasileiro sofreu profunda regressão, ao mesmo tempo em que o comércio entre Brasil e Estados Unidos teve expressivo aumento. Não chegou a se “extinguir da noite para o dia” como afirma Hilton (1975), pois seus próprios dados mostram que o comércio entre os dois países só realmente se extinguiu em 1942, com a total ruptura entre os dois países. Seus dados encontram-se na tabela abaixo:

Tabela 4: Percentual de participação nas importações e exportações brasileiras, 1940-1942.

Importações			
	1940	1941	1942
Estados Unidos	51,0	60,3	53,3
Alemanha	1,8	1,8	0,0
Grã-Bretanha	9,5	5,7	5,8
Argentina	10,8	11,3	16,9

Exportações			
	1940	1941	1942
Estados Unidos	43,0	57,0	45,6
Alemanha	2,2	1,2	0,0

Grã-Bretanha	17,3	12,2	16,4
Argentina	7,2	9,2	13,2

Fonte: CFCE, Dez Anos de Atividades.

O algodão, por exemplo, que como vimos era um dos principais produtos de exportação do Brasil para a Alemanha sofreu uma forte queda:

As estatísticas das vendas brasileiras de algodão ao *Reich* refletiam dramaticamente os efeitos da guerra: as compras alemãs, durante os primeiros seis meses de 1940, foram de apenas 3.000 toneladas, em comparação com mais de 53.000 para o mesmo período de 1939. (HILTON, 1977a, p. 319).

De acordo com o autor, a ausência da Alemanha do mercado brasileiro com a intensificação do conflito pela Europa não trouxe grandes benefícios para a Inglaterra. De acordo com o autor:

No essencial, foram os Estados Unidos que fizeram os maiores avanços no mercado brasileiro em consequência da Guerra. As possibilidades eram naturalmente evidentes, e, uma vez iniciado o conflito, Roosevelt logo instruiu o Departamento de Comércio no sentido de “fazer esforços particularmente intensos para segurar para nós, o comércio latino-americano que seria desviado das nações beligerantes”. O setor comercial privado voltou-se para o sul, já que os mercados europeus tinham se fechado. (HILTON, 1977b, p. 325).

As informações de Hilton (1977b) significam que alguns produtos que antes o Brasil importava da Alemanha, com a intensificação da guerra, passou a importar dos Estados Unidos. Já as exportações brasileiras, tiveram queda acentuada para Alemanha e foi, de modo geral, aumentada para os Estados Unidos e Inglaterra como Hilton reconhece:

... as importações britânicas do Brasil elevaram-se a aproximadamente 15% das exportações globais do Brasil durante o triênio 1940-1942, enquanto as exportações para o Brasil declinaram até chegar a 7 % de suas importações totais. (HILTON, 1977a, p. 324).

A tabela de Hilton (1977a), contudo, apenas mostra os dados a partir do ano de 1940. Seitenfus (1985) apresenta dados entre 1939 e 1940, de modo que é possível perceber os primeiros impactos da guerra sobre o comércio exterior brasileiro. Seus dados encontram-se na tabela abaixo:

Tabela 5: Evolução do valor das importações brasileiras por país: 1939-1940.

(Dados calculados em contos de réis)

	Primeiro semestre		Variação
	1939	1940	
Estados Unidos	678.000	1.352.000	+674.000
Alemanha	585.000	80.000	-505.000
Inglaterra	230.000	264.000	+54.000
Argentina	212.000	264.000	+52.000
França	78.000	73.000	-5.000
Itália	43.000	53.000	+10.000
Japão	30.000	63.000	+33.000

Fonte: Banco do Brasil, Seção de Estatísticas e Estudos Econômicos, *In*: MTIC, Boletim, nº 90, fevereiro de 1942, pp.166-167.

Evolução do valor das exportações brasileiras por país: 1939-1940.

(Dados calculados em contos de réis)

	Primeiro semestre		Variação
	1939	1940	
Estados Unidos	868.000	932.000	+64.000
Alemanha	420.000	104.000	-316.000
Inglaterra	278.000	540.000	+262.000
Argentina	102.000	153.000	+51.000
França	158.000	210.000	+52.000
Itália	65.000	108.000	+43.000
Japão	190.000	101.000	-89.000

Fonte: Banco do Brasil, Seção de Estatísticas e Estudos econômicos, *In*: MTIC, Boletim, nº 90, fevereiro de 1942, pp. 166-167.

A primeira observação do autor é a de que, não foi os Estados Unidos que substituiu a Alemanha como destino de boa parte das exportações brasileiras, e sim a Inglaterra, que praticamente dobrou o valor de suas importações provenientes do Brasil. Seja na fonte de Hilton (1977a) ou Seitenfus (1985), chama atenção o enorme aumento de importações brasileiras provenientes dos Estados Unidos. A tabela 2 de Hilton, mostrada no início do capítulo, mostra que os Estados Unidos, ao longo da década de 1930, nunca chegaram a ultrapassar a marca de 30% do total das importações brasileiras.

No ano de 1940, de acordo com os dados de Hilton (1977a), alcançaram 51% e nos anos seguintes mantiverem taxas acima de 50%. Mesmo considerando certa diferença na fonte dos dados ou na metodologia adotada, os dados de Seitenfus (1985) também permitem concluir que os Estados Unidos tiveram enorme aumento como fornecedores de produtos para o Brasil, como mostra o autor:

... a guerra na Europa e as medidas restritivas tomadas pelo Rio de Janeiro em seu comércio com a Alemanha chegam a modificar as fontes de abastecimento do Brasil. O Velho Continente, outrora em pé de igualdade com o Novo Mundo, cedeu seu lugar. A Europa, que fornecia, em 1939, 52% do total das importações brasileiras, fornece no ano seguinte apenas 26%. Em compensação, o continente americano passa de 44% em 1939 para 69% no ano seguinte. (SEITENFUS, 1985, p. 271).

A Inglaterra utilizou-se da modalidade de guerra imediata com a qual já possuía certa tradição: o bloqueio naval. Este foi responsável significativamente pela diminuição do comércio. Outras medidas, como mencionado anteriormente, contribuíram para abalar o comércio entre os dois países, como a suspensão dos marcos bloqueados pelo Banco do Brasil. Essa medida veio do temor de que a Alemanha, na medida em que estava em guerra, não poderia cumprir seus compromissos comerciais e financeiros. Essa decisão,

... tem como consequência imediata a diminuição das exportações brasileiras para a Alemanha, e pensando nas dificuldades encontradas pelos navios mercantes alemães ou aqueles que se dirigem para a Alemanha para atravessar o bloqueio imposto pela Inglaterra no Atlântico, pode-se medir

melhor o impacto dessas duas medidas sobre o comércio germano-brasileiro. (SEITENFUS, 1985, p. 270).

Para Seitenfus (1985), nos primeiros momentos da guerra, a Alemanha parece não dar grande importância ao comércio com o Brasil, e menciona ainda uma possível ameaça de suspender o fornecimento de armas da *Krupp* em outubro de 1939, provavelmente devido à sua própria demanda armamentista para a guerra. Vargas protestou afirmando que tal medida deterioraria as relações comerciais entre os dois países. Imaginando que tal medida levaria o Brasil ainda mais em direção aos Estados Unidos, o governo alemão não interrompe as vendas.

Sem ter ainda todo o armamento que desejava, Vargas dava grande importância ao equipamento alemão, até porque nada havia ainda de concreto sobre o fornecimento de armas dos Estados Unidos. O grande problema é que a partir da segunda metade de 1940, a produção armamentista alemã se volta quase que exclusivamente para sua própria demanda.

Com o início do conflito, foram necessárias negociações para o transporte das mercadorias compradas e vendidas pela Alemanha, ficando acordado que as mesmas seriam transportadas por países neutros (RAHMEIER, 2009). Nos primeiros meses da guerra, o Brasil recebeu artilharia da *Krupp*, encomendada em 1938. De acordo com McCann (1995), por se tratar de mercadorias referentes a acordos feitos antes da guerra, a Inglaterra permitiu que várias remessas chegassem, por via da Itália (antes de entrar na guerra), entre setembro de 1939 e junho de 1940. Depois dessa data, o comércio se tornaria cada vez mais difícil com o recrudescimento da guerra.

O autor destaca ainda que nos primeiros meses da guerra, os alemães prometiam remeter todo o armamento em termos generosos: 10 anos de pagamento e 75% do total aceitáveis em matérias primas. Havia, naquele momento, convicção de que os alemães conseguiram cumprir suas promessas, e a questão do fornecimento de armas era a principal razão de o Brasil querer manter boas relações com o *Reich*.

O primeiro ano da guerra, de fato, deu fôlego para as relações diplomáticas entre o Brasil e Alemanha, devido ao bom desempenho das conquistas alemãs a despeito das dificuldades do comércio causado pelo bloqueio inglês. Como a situação estava indefinida em relação ao desfecho do conflito, a Alemanha era uma opção que dava

certo poder de barganha para o Brasil negociar com os Estados Unidos. Como mostra McCann:

Se os Estados Unidos previam combater a crescente influência nazista no Brasil, Washington “deve prontamente encontrar meios de prestar uma efetiva ajuda ao Brasil em condições as mais favoráveis possíveis”. De outra maneira, Muller tinha certeza, os Estados Unidos não conseguiriam a cooperação brasileira. As vitórias alemãs, ao invés de criarem temores, estavam “despertando esperanças de maiores oportunidades para o Brasil”. Em conversa com Caffery, em 18 de junho de 1940, Aranha declarou veementemente que, se os Estados Unidos não encontrassem meios de assistir o Brasil na obtenção de armamento, os chefes militares brasileiros voltar-se-iam para a Alemanha. (MCCANN, 1995, pp.168-169).

Os meses de junho e julho foram, portanto, decisivos para o “jogo duplo” de Vargas. Apesar das dificuldades comerciais, a Alemanha ainda era uma opção para os projetos do governo brasileiro. E apesar de certos avanços na área militar com os Estados Unidos, nenhum armamento havia chegado até então. Por esse motivo a historiografia dá importância para as conversas sigilosas realizadas entre Vargas e o embaixador alemão Prufer.

Para Seitenfus (1985), um dos elementos que parece ter sido importante para o bom andamento das conversas nesses dois meses foi o discurso de 11 de junho de Vargas. Outro fator foi a percepção, por parte das autoridades do *Reich*, que havia ofensiva anti-alemã por parte dos Estados Unidos para isolar a Alemanha. Estava claro para o governo alemão que a manutenção da neutralidade do Brasil dependeria de propostas concretas na área econômica e militar. Por esse motivo, o embaixador Prufer solicitou ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha que apresentasse propostas de cooperação.

No dia 18 de junho de 1940, o embaixador Prufer perguntou ao Ministério das Relações Exteriores se poderia contar à Vargas que havia interesse alemão em adquirir grande quantidade de algodão e café, e que seria possível sinalizar para uma tratativa sobre uma usina siderúrgica, lembrando que essa questão já sido abordada entre a diplomacia alemã e o governo brasileiro em 1938.

Segundo as investigações de Rahmeier (2009), nessa troca de correspondências entre Prufer e o Ministério alemão, nada consta que o mesmo possa ter sido incentivado pelo discurso de 11 de junho de Vargas a bordo do navio. A autora destaca ainda que no

dia 15 de julho, o próprio ministro das Relações Exteriores alemão, von Ribbentrop, enviou telegramas a todas as missões diplomáticas da América Latina, para que as mesmas acentuassem junto aos governos em que atuavam a intenção alemã de regularizar as relações comerciais em níveis superiores aos existentes antes da guerra (RAHMEIER, 2009). Por esse motivo, a autora não dá o mesmo peso que Seitenfus (1985) para o discurso de 11 de junho.

A política externa alemã estava voltada para a manutenção das relações comerciais e diplomáticas com a América Latina e, no caso especificamente do Brasil, o governo brasileiro respondia positivamente, pois isso lhe permitia avançar mais rapidamente nas negociações com os Estados Unidos.

O secretário de Estado alemão, no dia 19 de junho, informou que o embaixador Prufer, no Rio de Janeiro, poderia propor a aquisição de grande quantidade de algodão e café para depois do término da guerra, momento em que a Alemanha retomaria sua capacidade econômica. Para isso, enfatizava o Ministério das Relações Exteriores alemão, era necessário que o Brasil mantesse a neutralidade. As conversas entre o embaixador alemão e Vargas aos dias que se seguiram ao longo do mês de junho, não deixa dúvida sobre a vontade de ambos os países de manterem as relações comerciais:

Em 20 de junho de 1940, um dia após ter recebido as orientações do AA, Prufer procurou Vargas para propor aquisição de algodão e café, para ser entregue no pós-guerra, que se esperava ser breve. No dia seguinte, dia 21 de junho, Vargas afirmou ao embaixador alemão que lamentava que as relações comerciais não pudessem continuar prosperando, e agradeceu a proposta da aquisição para depois do término da guerra. Ainda questionou por que não poderiam prosseguir com as relações comerciais mantidas até então, sendo informado que esta questão seria levada adiante. Em resposta ao questionamento de Vargas, Ritter, atuando no departamento econômico, respondeu que a Alemanha era favorável a um intercâmbio comercial intenso entre Alemanha e Brasil, mesmo que alguns órgãos do governo, principalmente o Banco do Brasil, dificultassem algumas nações. (RAHMEIER, 2009, p. 230).

Três coisas chamam a atenção na troca de relatórios entre o embaixador Prufer e o Ministério da Alemanha. A primeira delas foi ter sido realizada entre o próprio Vargas e o embaixador Prufer. A segunda foi o fato das autoridades alemãs sinalizarem positivamente com todas as transações comerciais que o Brasil desejava, mas para serem efetuadas após a guerra.

Esse detalhe é importante para entender o comportamento do governo brasileiro nos meses seguintes. Vargas e seu governo acompanhavam cuidadosamente o resultado de cada passo dado pela Alemanha na guerra e o futuro do comércio teuto-brasileiro dependia disso.

Caso a guerra fosse breve e a Alemanha vitoriosa (um cenário que se apresentava como possibilidade real naquele momento), os dois países retomariam rapidamente todas as transações comerciais. O primeiro sinal e alerta para o governo brasileiro foi a não conquista da Inglaterra pelo *Reich*, como Hitler esperava que pudesse acontecer. Mesmo assim, no dia 20 de junho, após ouvir todas as propostas de Prufer, Vargas afirmou que lamentava a deterioração do comércio entre os dois países, “pois via na continuação do comércio entre os dois países a salvação do Brasil”. O presidente brasileiro, após ouvir as propostas de Prufer, “ficou visivelmente satisfeito com elas e pediu para transmitir seus agradecimentos a Berlim” (RAHMEIER, 2009, p. 230).

Partiu ainda do presidente brasileiro, avançar mais na discussão de acordos comerciais para saber se não seria possível fazer, durante a guerra, um acordo referente à aquisição mútua de mercadorias. Nesse momento, no entanto, o embaixador não consegue se comprometer com tanto e se limita apenas a dizer que transmitirá a proposta ao governo de Berlim.

Os meses de maio, junho e julho de 1940, são do nosso ponto de vista, uns dos mais importantes para o “jogo duplo” de Vargas. Por esse motivo, a historiografia sobre esse assunto reserva grande atenção para esses meses. Foram nesses meses que Vargas obteve um de seus maiores ganhos com a rivalidade entre Estados Unidos e Alemanha: a siderúrgica. As negociações sobre sua instalação foram analisadas detalhadamente no capítulo anterior. Nesse capítulo vamos apenas apresentar a controvérsia que existe sobre a real capacidade da Alemanha ter endossado o projeto brasileiro.

O principal crítico da interpretação de que a Alemanha era uma alternativa real para o projeto siderúrgico brasileiro é Marcelo de Paiva Abreu. Em seu trabalho, *Brazil and the World Economy, 1930-45: Aspects os Foreign Economic Policies and International Economic Relations under Vargas*, o autor coloca a possibilidade de implementação de um acordo Brasil-Alemanha em meados de 1940, visando a construção de uma siderúrgica como uma completa “obra de imaginação”. Seu

argumento é: Como os alemães conseguiriam trazer todas as peças e materiais, por via marítima, necessárias para a montagem de uma planta siderúrgica no Brasil, se nem mesmo um padrão mínimo de comércio marítimo entre os dois países era possível, devido ao bloqueio que a Real Marinha britânica empreendia contra a Alemanha? (ABREU, 1977, pp. 215-216).

Alves (2002) critica o argumento de Abreu (1977) afirmando que o autor erra e acerta ao mesmo tempo ao analisar as possibilidades da Alemanha participar do projeto siderúrgico brasileiro:

Erra quando afirma [Marcelo de Paiva Abreu] a impossibilidade alemã de montar a siderúrgica brasileira. Sem a menor sombra de dúvida, tal empreendimento seria realmente impossível na manutenção do presente estado de guerra de então. Ocorre que a continuidade desta só pode ser afirmada num exame *ex-post-facto*. Em junho/julho de 1940 a guerra parecia, para muitos, incluindo aí importantes estadistas e *policy makers*, acabada. (ALVES, 2002, p. 106, grifo do autor).

Ou seja, o argumento de Alves (2002) vai ao encontro do que temos afirmado ao longo do trabalho de que, no primeiro semestre de 1940, apesar do bloqueio marítimo inglês, as conquistas alemãs mostravam a superioridade bélica do *Reich* em relação à toda a Europa. O autor chega a mencionar que dentro do governo britânico, importantes lideranças como o ex-Primeiro Ministro Neville Chamberlain e o Ministro das Relações Exteriores Lord Halifax, explicitavam inclinações para um acordo de paz com os alemães. Entre aqueles que se recusavam a isso estava o novo Primeiro Ministro Winston Churchill, disposto a lutar até o fim.

Hitler encontrou em julho, uma Inglaterra sólida em sua capacidade de defesa, mas ainda assim a Alemanha lançou uma forte ofensiva aérea contra as ilhas britânicas, visando quebrar a resistência inglesa em continuar lutando, e ganhar supremacia aérea sobre o Canal Mancha e as proximidades costeiras britânicas para uma invasão da ilha. Tudo isso trazia a possibilidade real de o governo alemão se programar para uma situação de paz num futuro muito próximo, no qual, uma vez vitoriosos, poderiam retomar todo o comércio internacional e atravessar pelo atlântico todo o equipamento necessário à montagem da siderúrgica brasileira.

Esse é o elemento que Alves (2002) esclarece em relação ao argumento de Abreu (1977) sobre a possibilidade de a Alemanha fornecer os equipamentos:

Abreu erra, portanto, quanto aos motivos que impediam os alemães de implementar suas promessas. Acerta, entretanto, ao predizer a ausência de vontade, por parte dos alemães, em se comprometer de modo mais assertivo para “ganhar o Brasil”, o que de fato, seria necessário caso o país aumentasse seus compromissos comerciais com o Brasil ao nível previsto pelo embaixador Pruffer, e ao mesmo tempo efetuasse a construção da siderúrgica nacional. (ALVES, 2002, p. 109).

Essa é, portanto, a controvérsia sobre a construção da siderúrgica de Volta Redonda. Concordamos com Alves (2002) de que o desfecho incerto da guerra nos meses de maio, junho e julho de 1940, causou grandes preocupações no governo norte-americano. Caso contrário, o embaixador Caffery não teria enviado um telegrama a Hull tão preocupante como o que enviou.

A usina siderúrgica de Volta Redonda foi um importante ganho do governo brasileiro, numa conjuntura em que ainda não estava claro quem seria os vitoriosos da guerra. A partir daí, e, sobretudo ao longo do ano de 1941, o “pêndulo” da guerra começa a se movimentar em favor dos aliados, e os ganhos do governo Vargas serão frutos do alinhamento “sem volta” com os Estados Unidos.

Veremos agora então, o desfecho da questão diplomática e comercial no ano de 1941, que resultou no rompimento entre os dois países em janeiro de 1942.

O ano de 1941 foi de incerteza para a diplomacia alemã em relação à posição do Brasil na guerra e sua continuidade como neutro, sobretudo no segundo semestre. Para Rahmeier (2009), a partir de março de 1941, a diplomacia alemã passou a não ter mais certeza da neutralidade brasileira. Como visto no final da Parte 1 deste trabalho, os motivos eram claros para a desconfiança alemã: o Brasil caminhava cada vez mais para a condição de não beligerante, demonstrando apoio aos Estados Unidos através de concessão de bases militares e de linhas aéreas.

De acordo com Rahmeier (2009), as ações dos dirigentes brasileiros tornavam-se cada vez mais inconstantes, e passaram a gerar dúvidas na tão almejada manutenção da neutralidade. O embaixador Pruffer acompanhou cuidadosamente as ações, tanto no

campo militar quanto diplomático, entre Brasil e Estados Unidos e as remetia através de telegramas para o *Reich*.

Conforme as fontes de Rahmeier (2009), os telegramas de junho e julho enviados por Prufer informavam sobre a pressão estadunidense em questões de defesa, principalmente na área marítima e aérea do litoral nordestino, e das vantagens econômicas que estavam sendo oferecidas ao Brasil. A interpretação do embaixador alemão era de que o Brasil estava cedendo aos interesses norte-americanos. Esse era o teor dos telegramas e relatórios trocados entre Prufer e o Ministério das Relações Exteriores, como mostra Rahmeier (2009) e Seitenfus (1985).

Outros acontecimentos começaram a questionar por quanto tempo o Brasil ainda permaneceria neutro, como por exemplo, a entrevista de Vargas publicada no jornal argentino *La Nacion* no dia 27 de junho, na qual o presidente brasileiro afirmava que “o Brasil permaneceria neutro enquanto não fosse atacado ou não fossem violados os ideais pan-americanos de solidariedade⁶²”. A partir desse momento, Vargas colocava os princípios pan-americanos defendidos nas Conferências acima da posição de neutralidade.

Por volta do dia 15 de julho, Prufer enviou um importante telegrama ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha com uma lista de ações que o Brasil realizava, que claramente sinalizava para um alinhamento. Eram elas:

... construção de portos e aeroportos no norte e nordeste brasileiro com incentivos estadunidense; utilização destes campos de pouso por aviões dos EUA pilotados por cidadãos canadenses e ingleses em direção à África; visitas de navios de guerra estadunidenses aos portos do nordeste brasileiro, fortalecimento das relações pessoais entre políticos, militares e economistas estadunidenses e brasileiros. Além do aumento nas relações comerciais, tanto na compra de produtos, quanto no auxílio financeiro na construção da indústria siderúrgica. (RAHMEIER, 2009, p. 258).

Mas por mais explícito que se apresentava a aliança brasileira com os Estados Unidos, Vargas não queria “adiantar” a oficialização de seu alinhamento, e deu mais uma demonstração de seu “jogo duplo” no dia 18 de julho, quando afirmou que “o Brasil permaneceria neutro, e não adotaria a situação de não beligerante” (RAHMEIER, 2009, p. 259). Por incrível que pareça, Vargas, em seu diário datado em 16 de julho de

⁶² Telegrama n° 1168, de Prufer ao AA, de 27 de junho de 1941, transcrito na obra de Rahmeier (2009, p. 258).

1941, registrou que “o Brasil e os EUA já tinham assumido a posição de não beligerante” (VARGAS, 1995 apud RAHMEIER, 2009, p. 259).

Evidentemente que a essa altura, o “jogo duplo” em nada tinha a ver com a finalidade de obter ganhos com a rivalidade entre Estados Unidos e Alemanha, como fora em 1939 e 1940. Tratava-se apenas de “não entrar na guerra antes da hora”.

Seitenfus (1985), diferentemente de Rahmeier (2009), afirma que, até junho de 1941, a posição do Brasil foi vista com otimismo pela diplomacia alemã. O *Reich*, segundo o autor, acreditava que o Brasil conservaria sua neutralidade. Tal convicção decorria das declarações dos próprios políticos brasileiros, como Osvaldo Aranha, por exemplo, que declarou a Prufér no início de outubro que: “mesmo a entrada dos Estados Unidos no conflito não compromete a neutralidade do Brasil”, já que, acrescenta Aranha “a participação norte-americana não ultrapassará o fornecimento de material de guerra à Grã-Bretanha”⁶³.

Em junho de 1941, os embaixadores da Itália e do Japão se encontraram com Vargas, e ficaram impressionados com as declarações do presidente brasileiro que não demonstrava inimizade com os países do Eixo, como mostra sua afirmação de que “aquele que dá o primeiro golpe nem sempre é o agressor”⁶⁴.

Em julho de 1941, o Brasil deu um novo passo rumo ao alinhamento explícito com os Estados Unidos ao aderir à proposta do Uruguai de não beligerante. Era um primeiro sinal de que, caso algum país do continente americano (leia-se EUA) entrasse na guerra, o Brasil não permaneceria neutro. Constata-se nas fontes primárias dos autores que aqui utilizamos que, os relatórios da embaixada alemã no Rio de Janeiro usavam expressões como: “O Brasil dobrou-se diante dos Estados Unidos”, ou “o Exército brasileiro está submetido aos Estados Unidos”. Todas essas expressões mostravam a forma como o *Reich* via as atitudes e o desenrolar do posicionamento brasileiro, ou seja, para a Alemanha, tratava-se de uma submissão em relação aos Estados Unidos.

⁶³ Declaração de Osvaldo Aranha a Prufér, de 10 de outubro de 1940, transcrita na obra de Seitenfus (1985,p.361).

⁶⁴ Declaração de Vargas, enviado por Ugo Sola ao palácio Chigi, de 20 de junho de 1941, transcrita na obra de Seitenfus (1985, p. 362).

Mas apesar das seguidas demonstrações de que o Brasil estava cada vez mais ao lado dos Estados Unidos, havia uma diferença entre a postura do Ministério das Relações Exteriores (sobretudo Aranha) e de outros membros do governo como Vargas, e os militares (com destaque para Dutra e Góes Monteiro). Aranha já era favorável ao alinhamento com os Estados Unidos antes mesmo do ataque de *Pearl Harbor*. Vargas e os militares ainda demonstravam certa cautela, afinal, o país ainda não estava preparado militarmente para entrar numa guerra.

De acordo com Seitenfus (1985), em julho de 1941, Prufér comunicou ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha que tanto “Getúlio Vargas quanto Dutra tentavam resistir às pressões norte-americanas⁶⁵”. A Alemanha tentava manter ao máximo com que o Brasil permanecesse neutro, e procurou cumprir com o fornecimento de material bélico que ainda faltava, referente aos acordos de 1938 como será mostrado nos parágrafos seguintes.

Em novembro de 1941, um mês antes do ataque de *Pearl Harbor*, Aranha fez declarações que demonstravam grande confusão em relação ao posicionamento do Brasil perante a guerra. Em Porto Alegre, falou sobre “solidariedade efetiva” do Brasil, caso um país “americano entrasse em guerra contra um país não americano” (SEITENFUS, 1985).

Tal declaração levou Prufér a pedir explicações a Vargas, que prometeu esclarecer tais declarações de Aranha. Dias mais tarde, em Buenos Aires, Aranha repete o discurso e, dessa vez, foi o embaixador japonês quem pediu esclarecimentos. Surpreendentemente, Aranha afirma que o “Brasil não tem posição diante da guerra”⁶⁶. Ou seja, parece haver enorme confusão nas declarações das autoridades políticas brasileiras e certo descompasso entre as declarações do americanófilo Aranha e de Vargas juntamente com os militares.

Do nosso ponto de vista, o que o governo parecia fazer era ganhar tempo. Aproximava-se explicitamente cada vez mais dos Estados Unidos, mas ao mesmo tempo, dada a vulnerabilidade militar e da defesa nacional, não poderia se chocar contra o *Reich*.

⁶⁵ Declaração de Prufér ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, de 15 de julho de 1941, transcrita também na obra de Seitenfus (1985, p. 364).

⁶⁶ Declaração de Aranha a Ishii, transmitida a Wilhemstrasse por Prufér, de 2 de dezembro de 1941, arquivada em DDA, dossiê n° 6, doc. n° 2403.

No dia 07 de dezembro de 1941, o Japão lançou um ataque contra a base naval norte-americana e *Pearl Harbor*. No dia seguinte, Washington declarou guerra à Tóquio, e no dia 11 a Itália e a Alemanha unem-se ao Japão, declarando guerra aos Estados Unidos.

Foi visto no final da Parte 1 deste trabalho, que o Brasil se posicionou prontamente ao lado dos Estados Unidos, como ficou claro através da declaração de Vargas à Roosevelt. Para concluir esse trabalho iremos apresentar rapidamente os últimos acontecimentos que culminaram na ruptura entre Brasil e Alemanha em janeiro de 1942.

Com a declaração de guerra dos Estados Unidos à Alemanha, o governo do *Reich* se preocupou com a posição dos países latino-americanos. O Ministério das Relações Exteriores da Alemanha enviou vários telegramas às embaixadas pedindo que os embaixadores alemães afirmassem o desejo de que os respectivos governos permanecessem neutros.

No dia 12 de dezembro, conforme Rahmeier (2009), o embaixador Prufer teve uma audiência com o secretário geral do Ministério das Relações Exteriores, Maurício Nabuco. De acordo com a autora:

Nabuco teria expressado com pesar que era necessário manter os compromissos pan-americanos e que as relações entre Alemanha e Brasil entravam numa nova condição, neste momento desfavorável. Conforme Prufer, ao questionar até onde iria a solidariedade pan-americana, Nabuco teria afirmado ainda não saber, mas que não havia intenções de cortar as relações diplomáticas. (RAHMEIER, 2009, p. 265, grifo nosso).

Chama atenção o fato de que mesmo após o ataque japonês, o Brasil não deixou completamente claro que iria se alinhar aos Estados Unidos. Essa postura era forte, sobretudo no próprio Vargas, que até o dia de abertura da III Conferência estava em dúvida se o Brasil realmente deveria romper com o *Reich*. Exemplo disso, como mostra Rahmeier (2009), foi a afirmação de Vargas a Filinto Muller, chefe da Polícia do governo federal, que “não havia interesses em cortar relações com os países do Eixo, posição compartilhada por outros ministros brasileiros” (RAHMEIER, 2009, p. 267). Essa posição foi fortalecida por declarações de Luís Vergara, secretário pessoal de Getúlio Vargas, que se encontrou com Prufer e garantiu que

“[...] a declaração governamental de solidariedade aos Estados Unidos é platônica” e que o Brasil sequer pensa em “romper suas relações diplomáticas com o Japão”. Nessas condições, conclui Vergara, mesmo que a Itália e a Alemanha entrem em guerra contra os Estados Unidos, o Brasil “não tomará posição”. (SEITENFUS, 1985, p. 369).

Do nosso ponto de vista, tais declarações não podem ser interpretadas como um “jogo duplo”. Não havia mais nada naquele momento que a Alemanha poderia oferecer ao Brasil, e as autoridades brasileiras sabiam disso. Naquele momento, tratava-se apenas de tentar “forçar” os Estados Unidos a suprirem o Brasil de armamento, para que o rompimento pudesse acontecer de forma minimamente mais segura. Para isso, a melhor ocasião seria uma reunião pan-americana na qual todas as questões relativas à defesa seriam mais bem delineadas.

Por isso, os Estados Unidos decidiram então convocar a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, conhecida como Conferência do Rio de Janeiro. A Reunião ocorreu entre os dias 15 e 28 de janeiro de 1942, reunindo vinte países latino-americanos. Como visto, o objetivo era a aprovação unânime de uma resolução de rompimento imediato de relações diplomáticas e comerciais dos países americanos com o Eixo. Vargas estava mais em dúvida do que Aranha que, na realidade sequer em dúvida estava, defendia a ruptura imediata com o Eixo.

Ainda durante a Conferência, o governo alemão procurava obter a maior quantidade possível de informação. De acordo com Rahmeier (2009), no dia 22 de janeiro de 1942, o embaixador brasileiro Freitas Valle teve audiência com Ribbentrop, pois os alemães desejavam saber se o Brasil cortaria as relações diplomáticas. De acordo com os telegramas analisados pela autora, foi colocado claramente para o embaixador brasileiro que este movimento (ruptura) significaria o caminho aberto para o estado de guerra.

O embaixador informou que poderia haver corte nas relações diplomáticas, mas pessoalmente, considerava isso pouco provável (RAHMEIER, 2009). No dia 23, a Conferência recomendou a seus participantes romper relações diplomáticas com o Eixo. O Itamaraty tomou certas disposições, e avisou que suas embaixadas em Roma, Berlim e Tóquio que a ruptura era iminente. Nesse mesmo dia, Freitas Valle foi comunicado

que a Conferência havia aprovado a resolução que recomendava a ruptura nas relações diplomáticas.

De acordo com Seitenfus (1985), Dutra e Góes Monteiro fizeram uma última tentativa, argumentando junto à Vargas que o país não estava militarmente preparado para romper com o Eixo. Mas os discursos de Aranha naqueles dias, praticamente atropelaram qualquer possibilidade de não ruptura. No dia 27 de janeiro, o embaixador Prufer comunicou ao Ministério das Relações Exteriores que, segundo “novas fontes bem informadas”, parece que “Getúlio Vargas concorda com o rompimento. A partir desse momento, a diplomacia alemã está convencida do fim próximo da neutralidade brasileira” (SEITENFUS, 1985, p. 391).

Para Rahmeier (2009), parte da estratégia de negociação de Vargas foi não ter se posicionado formalmente antes do término da conferência. Os motivos dessa tentativa de postergação eram claros:

A área militar era o grande problema nas relações entre Brasil e Estados Unidos, até este período, porque os militares brasileiros exigiam o fornecimento de armamentos para reaparelhar as forças armadas nacionais e os militares estadunidenses consideravam primordial defender o Nordeste brasileiro com tropas do seu país. Quer dizer, as forças armadas de ambos os países não confiavam uma na outra. O governo brasileiro, desde o início de 1941, já havia concedido diversos privilégios às forças armadas dos EUA; no entanto, o desejado armamento que, desde outubro de 1941, estava ratificado não chegava às mãos dos militares brasileiros. (RAHMEIER, 2009, p. 275).

Mesmo sem ter o equipamento militar em mãos, havia pouquíssima margem de manobra para o Brasil naquele momento. Como dito, já não havia mais possibilidade alguma de “jogo duplo” e, uma vez que contratos militares já haviam sido assinados, tudo que o governo brasileiro podia fazer era continuar com seus compromissos para com o pan-americanismo, que há anos o governo vinha mantendo. A decisão de romper diplomaticamente com o Eixo foi ratificada numa reunião que ocorreu no dia 27 de janeiro de 1942, às 15 horas. Fora definido o rompimento com o Eixo, que seria comunicado oficialmente no encerramento da Conferência por Osvaldo Aranha.

No dia 28 de janeiro de 1942, o embaixador Prufer recebeu uma nota informando o corte de relações entre os dois países, e que já estavam sendo tomadas medidas para fechar os postos diplomáticos brasileiros na Alemanha. No dia seguinte, o

embaixador Freitas Valle, em Berlim, comunicou ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, que estavam cortadas as relações diplomáticas entre os dois países, e entregou uma nota ao Ministro.

A ruptura diplomática com o Eixo seguiu-se à ruptura nas relações comerciais. Esse foi um pedido complementar da Conferência do Rio de Janeiro. Poucos meses antes ocorreram as últimas trocas comerciais entre os dois países.

No segundo semestre de 1941, a Alemanha terminou de enviar o equipamento militar restante referente aos acordos de 1938. Devido ao bloqueio naval inglês, a *Krupp* enviou as encomendas para Lisboa e a partir de lá seria de responsabilidade do governo brasileiro. De acordo com Rahmeier (2009), durante os sete primeiros meses de 1941, o Itamarati não conseguiu obter a autorização inglesa para transportar esse material.

Em função da necessidade dos Estados Unidos em agradar os militares brasileiros e de não conseguir fornecer armas, no dia 23 de agosto de 1941, o navio norte-americano *Excambiom* transportou de Lisboa até Nova Iorque parte da encomenda brasileira de armamentos feita a *Krupp*. Dos Estados Unidos, o material foi transportado por um navio brasileiro. Conforme Rahmeier (2009), essa foi a única forma encontrada para que a Inglaterra autorizasse o transporte de material bélico adquirido da Alemanha. Esta forma de transportar o equipamento ocorreu mais uma vez no mês de setembro.

Essa foi a última transação comercial realizada entre Brasil e Alemanha. Nos três anos que se seguiram, o comércio foi totalmente interrompido. Só retornou após a guerra. Mas aí já seria em uma conjuntura internacional completamente distinta e seria também um novo capítulo na história brasileira.

CONCLUSÃO

Neste trabalho, o objetivo foi apresentar os ganhos e possibilidades que se abriram para o Brasil no âmbito da rivalidade interestatal, e como o país utilizou-se da mesma para diminuir suas fragilidades na área da defesa nacional.

Pode-se considerar que o sistema interestatal, na década de 1930, era formado por três sistemas de poder: Estados Unidos, Alemanha e União Soviética. Esses sistemas tinham algumas características distintas, sobretudo do ponto de vista político. Não interessa para nosso trabalho a presença e participação da União Soviética e suas relações com o Brasil. Para o Brasil, interessava as relações comerciais e políticas com os Estados Unidos e Alemanha, que foram seus dois maiores parceiros no período.

Em 1823, os Estados Unidos anunciaram ao mundo a Doutrina Monroe, cujo lema era: “A América para os americanos”. Seu pensamento pode ser resumido nos seguintes pontos: i) não criação de novas colônias na América; ii) não intervenção (não americana) nos assuntos internos dos países americanos. A posição americana era contra o colonialismo europeu e era um claro recado à Santa Aliança e, mais especificamente para a Inglaterra, concordando com Fiori, foi uma declaração sem maior consideração pela vontade política dos novos estados recém-criados na América espanhola e portuguesa.

Mesmo ainda sem sequer ter completado sua unificação territorial, os Estados Unidos já advogavam para si o papel de “tutores” da América Latina. Por isso, concordamos mais uma vez com o raciocínio de Fiori de que, os Estados Unidos nasceram como uma espécie de “minotauros”, isto é, “meio-estado” e “meio-império”. A Doutrina Monroe foi a primeira de muitas doutrinas e políticas que travestiam de forma sofisticada os interesses de longo prazo do Estado americano. Ou seja, os EUA procuravam mostrar que o que era “bom para eles” era “bom para a América Latina”. No final do século XIX tem-se a consolidação e amadurecimento do sistema interestatal, com a unificação nacional dos principais estados que compuseram o seleto “clube” das Grandes Potências. Entre eles estavam os EUA e a Alemanha que, com sua unificação territorial e formação de seu capital financeiro, projetaram suas economias

nacionais e o poder de seus Estados para áreas de influência, na qual uma das principais foi a América Latina, pois era uma importante supridora de matérias-primas.

Mostramos no início do capítulo sobre os Estados Unidos, que a força da economia americana e de seus valores políticos já se fazia sentir no Brasil desde o final do século XIX, com a proclamação da República. Nessa época, os norte-americanos já eram os maiores consumidores do café brasileiro e isso já lhes dava poder de influência sobre algumas questões nacionais, como o episódio da Revolta da Armada apresentada no início do capítulo. Do ponto de vista financeiro, a Inglaterra ainda era a principal potência influente no país, ocupando o primeiro lugar nos investimentos brasileiro. Em um curto intervalo de tempo, aproximadamente trinta anos, os Estados Unidos ultrapassaram a Inglaterra em todos os quesitos e, no ano de 1930, eram individualmente o maior importador do Brasil, ocupando uma forte e sólida posição nos investimentos do país.

A Alemanha não teve uma trajetória contínua com o Brasil, tanto do ponto de vista comercial quanto diplomático, entre o início do século XX até o ano de 1930. A Primeira Guerra Mundial cortou o comércio e a diplomacia entre os dois países e afetou duramente a economia alemã. Enquanto os Estados Unidos estavam com seu parque produtivo intacto após a Guerra e se consolidaram como o maior credor internacional, a Alemanha estava destruída. A década de 1920 foi de colapso da economia alemã causada pelas reparações de guerra. O caos social e econômico em que o país se encontrava, agravado pela crise de 1929, favoreceram a ascensão do nazismo.

Hitler, Roosevelt e Vargas, chegaram ao poder praticamente ao mesmo tempo, e suas políticas responderam ao contexto da crise econômica de 1929. Mesmo com políticas semelhantes que visavam à recuperação econômica e do emprego, esses três líderes eram representantes de países diferentes entre si. Vargas era presidente de um Estado periférico no sistema interestatal, Roosevelt era presidente da maior potência econômica, e Hitler era presidente de um Estado que se conclamava “nacional-socialista”. O Estado Nazista era crítico do liberalismo e defendiam um poder centralizado e forte, capaz de direcionar a economia para a produção e o emprego, além de retomar os territórios historicamente “tomados” da Alemanha.

A economia internacional, de maneira geral, começou a se recuperar a partir de 1933, com políticas de caráter keynesiano que visavam a retomada da produção e

emprego. Brasil, Alemanha e Estados Unidos foram três países bem sucedidos na recuperação de suas economias e cresceram a taxas expressivas a partir de 1933. A economia alemã direcionou precocemente sua produção para o setor armamentista e, no ano de 1938, além de ser o único Estado europeu que operava no pleno emprego, possuía uma das maiores produções de armas do mundo.

Os Estados Unidos foram muito mais retardatários na produção de armamentos e só começaram a investir maciçamente nesse setor em 1939. Nos anos seguintes, a produção armamentista norte-americana explodiu e os Estados Unidos ultrapassaram todas as demais potências nesse setor.

A Alemanha, a partir de 1933, se apresentou como um grande parceiro comercial do Brasil devido o rápido crescimento da economia alemã. Os dois países criaram formas de pagamentos que não necessitavam de moeda estrangeira. A moeda utilizada para esse comércio foi o marco de compensação, que só poderia ser utilizado para comprar mercadorias alemãs. Como ambos os países atravessam um ciclo de crescimento econômico, o resultado dessa forma bilateral de comércio foi o contínuo aumento do comércio entre os dois países.

Alemanha e Estados Unidos tinham demandas comerciais diferentes com o Brasil. Enquanto os EUA eram importantes para o escoamento do café, a Alemanha era um importante mercado para produtos como algodão (que não tinham entrada nos Estados Unidos, pois também eram produtores e exportadores de algodão), tabaco, cacau e, no final dos anos 1930, até mesmo café. Esse cenário permitiu ao Brasil ter um excepcional comércio exterior.

O Brasil tinha, ao longo de toda a década de 1930, uma importante demanda comercial: armas. O país sempre teve (antes mesmo de 1930) um fraco e obsoleto aparelho militar. Isso foi constatado pelo governo na Revolução Constitucionalista de 1932. A Alemanha, por conta de sua forte produção bélica, se apresentava como a melhor opção para esse comércio, e favorecia ainda o fato desse comércio se dar em marcos de compensação. O golpe de 1937 levou os militares brasileiros a exercerem ainda mais influência junto a Vargas, além de a demanda de equipamentos militares apenas crescia nos anos de 1937, 1938 e mais ainda em 1939, com o estopim da guerra.

Os Estados Unidos nunca viram com bons olhos o comércio de compensação entre os dois países. Para os norte-americanos, tal comércio era um atentado ao comércio em bases liberais (tão defendido por Cordell Hull), e manifestaram ao longo de toda a década descontentamento com essa forma de comércio. No entanto, havia uma “janela de oportunidade” para que o comércio compensado ganhasse cada ano mais força: a Política Externa de Roosevelt chamada “Boa Vizinhança”. A Política da Boa Vizinhança, ao contrário do *Big Stick*, pregava a cooperação ao invés da intervenção.

Mas a Política da Boa Vizinhança não pode ser compreendida por uma perspectiva moral de se substituir a violência pelo diálogo e a cooperação. Estava em jogo para os Estados Unidos consolidar o Brasil como aliado estratégico na América do Sul sem recorrer à força. A Política da Boa Vizinhança, concordando com Vagner Alves, sob os ideais de união e da “defesa comum do continente”, travestia de forma sofisticada os interesses americanos.

Essa pesquisa deixou claro para nós a diferença de projetos que havia entre os Estados Unidos e a Alemanha em relação ao Brasil. Os Estados Unidos renunciaram a alguns ganhos econômicos imediatos, em troca de um projeto de longo prazo. Esse projeto consistia em manter e aprofundar o Brasil e a América Latina sob a influência norte-americana, desejos que nasceram na Doutrina Monroe de 1823, e estiveram presentes em todas as Conferências Pan-Americanas a partir de 1891, sendo solidificados na década de 1930.

No caso do suprimento de armas, pode-se dizer que a política externa de Vargas foi habilidosa para sustentação da compra de armamentos da Alemanha nos anos de 1938, 1939 e 1940. Nesses anos os Estados Unidos, por uma série de motivos, não tinham condições de vender armas ao Brasil, e o país recorreu ao *Reich* para suprir sua demanda. Também houve habilidade, do nosso ponto de vista, na transição dos parceiros para tal tipo comércio. O governo acompanhou cuidadosamente o desenrolar da guerra nos anos de 1939, 1940 e 1941 para realizar seu alinhamento. O governo Vargas, como amplamente analisado ao longo do trabalho, não pautou seu comércio por critérios ideológicos. Para nós, a manutenção da neutralidade ocorreu com o único objetivo de extrair ganhos da conjuntura geopolítica internacional. E o próprio alinhamento com os Estados Unidos em 1942 também estava diretamente relacionado a esse objetivo. Não por outro motivo, os ganhos do Brasil na área da defesa nacional

aconteceram após o alinhamento como mostra Gerson Moura, Frank McCann entre outros.

Concordamos com a historiografia que vê no “jogo duplo”, um elemento decisivo para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. Os documentos de governo, com destaque para o telegrama do embaixador americano Caffery para Hull em 1940, mostram grande preocupação com a possibilidade de a Alemanha oferecer os equipamentos necessários. Isso não chega a ser um total consenso na historiografia, pois como vimos, Marcelo de Paiva Abreu é o maior crítico da interpretação que acredita que seria possível tal empreendimento por parte da Alemanha.

Retomando a questão sobre os projetos distintos que haviam entre Estados Unidos e Alemanha, é possível perceber que a Alemanha não tinha interesses de longo prazo no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos. Para a Alemanha, os interesses no Brasil situavam-se estritamente no campo comercial, apesar de que não se pode esquecer que a Alemanha procurou ao máximo manter a neutralidade do Brasil, para que os Aliados não tivessem um ponto de apoio geopolítico estratégico, como era o Brasil.

Para manter a neutralidade, entretanto, eram necessárias propostas concretas nos projetos econômicos do governo e, por isso, o governo do *Reich* se empenhou o quanto pôde na questão do fornecimento de armas e da siderúrgica. Ao afirmarmos que a Alemanha não tinha interesses de longo prazo no Brasil, queremos dizer que não havia projetos para tornar a América Latina uma zona de influência alemã maior do que norte-americana. Isso seria sequer possível no longo prazo para Alemanha, com uma economia e população inferior à dos Estados Unidos.

Já para os Estados Unidos, como dito, tratava-se de consolidar a aliança brasileira sob todos os aspectos, e não apenas comercial. Nesse sentido houve uma ofensiva por parte dos Estados Unidos, que jamais existiu da Alemanha. Ou seja, à influência comercial somou-se a influência militar, política e até mesmo ideológica e cultural. A questão ideológica nos parece ser um elemento importante para entender como os Estados Unidos conseguiram trazer a América Latina para sua influência sem recorrer à força.

Nesse aspecto (ideológico), o pensamento norte-americano era mais forte e muito mais atraente do que a ideologia nazista. Essa questão é bem elaborada por Gerson Moura no final de sua obra. De acordo com o autor, o nacional-socialismo continha simultaneamente elementos de grande força e de grande fraqueza. Sua força residia na crítica ao liberalismo, capacidade mobilizadora de massas e promessas de uma nova ordem. Sua principal e maior fraqueza residia na contradição insanável entre sua pretensão de ideologia internacionalizante e sua dimensão irredutivelmente alemã. Por isso seu pensamento, no Brasil, ficou restrito às colônias do sul do país.

Já o sistema de poder americano nasceu passando à América Latina uma ideologia internacionalista, que suplantava a idéia de defesa nacional dos Estados Unidos, e acentuava a solidariedade entre as nações americanas e o respeito à sua soberania, em nome de um objetivo maior: a defesa hemisférica contra o inimigo externo. Essa ideologia segregada pelo sistema de poder norte-americano se corporificou nos ideais do pan-americanismo.

Os Estados Unidos dedicaram-se a construir uma “amizade” com o Brasil, de modo que ao final da guerra até mesmo parte da população via com bons olhos a parceria com os EUA. A influência alcançou o cinema e a televisão com a criação de personagens de *Walt Disney* em 1941, como o Zé Carioca que expressavam a cultura brasileira. No campo da persuasão ideológica, os Estados Unidos foram mais bem sucedidos que a Alemanha.

O conceito de “equidistância pragmática” de Gerson Moura não pode ser levado “ao pé da letra” e ser compreendido como distâncias iguais. Do nosso ponto de vista, não se tratava de distâncias iguais em relação aos Estados Unidos e à Alemanha. A análise da política externa brasileira revela que o Brasil sempre optou preferencialmente pelo alinhamento com os Estados Unidos. No caso da década de 1930, em alguns momentos em que se suspeitava que o Brasil pudesse estar se inclinando para Alemanha, a política externa brasileira e o próprio Vargas tratavam rapidamente de esclarecer que eram sólidos parceiros dos Estados Unidos.

Assim foi, por exemplo, com a Revolução de 1930, na qual a política externa rapidamente procurou exaltar a histórica aliança com os EUA, e também foi com o golpe de 1937, no qual Vargas deixava muito explícito que nada mudaria nas relações com os Estados Unidos. Com o estopim da guerra, o governo manteve a neutralidade

(como dito com o objetivo de obter ganhos), mas em todas as Conferências Pan-Americanas a posição brasileira sempre estava junto com a dos Estados Unidos. E quando Vargas realizou os famosos discursos de 11 de junho no navio *Minas Gerais*, que teve claramente o objetivo de deixar uma porta aberta para a Alemanha, o governo brasileiro, mais uma vez, fez questão de exaltar posteriormente sua fidelidade ao pan-americanismo.

No caso do “jogo duplo” em questões como a siderúrgica, todas as evidências mostram que se tratava de fazer o “jogo duplo” para que os acordos acontecessem com os Estados Unidos. Também foi assim com a aquisição de armas. Por isso, pode-se afirmar que a Alemanha sempre fora o “plano B” do governo. O trabalho procurou, portanto, deixar uma contribuição para a Economia Política Internacional e para os estudos sobre a inserção brasileira no sistema interestatal na década de 1930 e início de 1940. O período é rico para o debate sobre possibilidades que se abrem para a periferia em tempos de relativo “equilíbrio de poder”.

Mesmo assim, não fugiu de nossa percepção a constatação que havia limites claro ao poder de barganha brasileiro, pois como afirmado no início deste trabalho, para o Brasil, estava colocado como opção os ganhos que poderiam ser obtidos com um ou outro aliado dentre as grandes potências, e não com o enfrentamento do Brasil perante uma delas. Se possibilidades maiores se abrem para a periferia do sistema nessas circunstâncias, e se outras conjunturas são mais favoráveis, isso o autor do trabalho não sabe, e somente a continuidade do estudo do sistema interestatal no âmbito da Economia Política Interestatal permitirá saber.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A. Fontes Primárias:

O III Reich e o Brasil: As informações secretas dos Embaixadores de Hitler na América Latina e as Ordens Recebidas de Berlim, vols.1 e 2. Rio de Janeiro: Laudes, 1968.

Banco do Brasil. Seção de Estatísticas e Estudos Econômicos, In: MTIC, Boletim nº 90, fevereiro de 1942.

BRASIL. Conselho Nacional de Estatística, Anuário Estatístico do Brasil, ano V, 1939-1940. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores, Comércio Exterior do Brasil, 1937-1939. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Conselho Federal de Comércio Exterior, Dez Anos de Atividades. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

B. Fontes Secundárias:

1. Livros:

ABREU, Marcelo de Paiva. **O Brasil e a economia mundial:** 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. (Org). **A ordem do progresso:** cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. **Brazil and the World Economy, 1930-45:** aspects of foreign economic Policies and International Economic Relations under Vargas. Tese (Doutorado) – Faculty of Economics, University of Cambridge, 1977.

ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a segunda guerra mundial:** história de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2002. (Coleção Ciências Sociais, n. 3).

BRAGA, José C. de S. Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e Moedas no desenvolvimento das Nações.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. (Coleção Zero à Esquerda).

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** São Paulo: Editora Ática, 1992.

COHEN, Eliot A. Churchill and Coalition Strategy in World War II. In: KENNEDY, Paul. **Grand Strategies in War and Peace.** New Haven: Yale University Press, 1991.

EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital:** uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Ed. 34, 2000.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas:** o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FIORI, José Luís. O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites. In: _____. (Org.). **O poder americano.** Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **O vôo da coruja:** Para reler o desenvolvimentismo brasileiro. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GAMBINI, Roberto. **O duplo jogo de Getúlio Vargas:** influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977.

HILTON, Stanley. **O Brasil e as grandes potências:** os aspectos políticos da rivalidade comercial 1930-1939. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **O Brasil e a crise internacional (1930-1945).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências:** transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Elsevier, 1985.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria:** História do Exército brasileiro, 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

_____. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937-1945.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

MONIZ BANDEIRA, Luíz Alberto: **Presença dos Estados Unidos no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOURA, Gerson: **Sucessos e ilusões:** relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra mundial. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

_____. **Autonomia na dependência:** a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

RAHMEIER, Andrea Helena P. **Relações diplomáticas e militares entre Alemanha e o Brasil:** da proximidade ao rompimento (1937-1942). Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

SEITENFUS, Ricardo Antônio S. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

_____. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1985.

TAVARES, M. C.; BELUZZO, L. G. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, J. L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.) **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). **Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

TEIXEIRA, Aloisio. Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. In: FIORI, J. L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

2. Artigos:

ALMEIDA, Guilherme Bacha. Defesa nacional com dependência externa: o Conselho (Superior) de Segurança Nacional de 1934 a 1944. In: XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011.

ALVES, Vagner Camilo. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n.1, jan/jun. 2005.

AZEVEDO, Mônica Velloso. Relação Brasil-Alemanha (1937-1945): evolução e paradoxos. In: XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UniRio, 2010.

BUENO, Ironildes. Estados Unidos versus Alemanha: o falso dilema sobre o início da indústria de base brasileira. **Cena Internacional – Instituto de Relações Internacionais da UnB**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 170-192, jul/dez. 2006.

LOCASTRE, Aline V.; FERRAZ, F. C. A. Brasil, Estados Unidos e a política da Boa Vizinhança, através da revista “Em Guarda” (1940-1945). In: VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 2011, Londrina. **Anais...** Londrina: EDUEL, 2010.

MARTINS, Roberto Ribeiro. **A Segurança Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PINHEIRO, Letícia. “A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial”. **Revista USP**. São Paulo, n. 26, jun/agos. 1995, pp. 108-119.

RAHMEIER, Andrea Helena P. As relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, no período de 1937 a 1942. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 17, n. 2, p. 168-178, mai/ago. 2013.

SANTANA, Welber Santos. A política externa do governo Vargas no Estado Novo. In: **Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário UNIEURO**, Brasília, n.5, jan/jul. 2010.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O pragmatismo brasileiro na cooperação militar com os Estados Unidos nas décadas de 1930 e 40. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.XXXIV, n.1, p.76-91, junho. 2008.

_____. Oficiais do Exército Brasileiro nos EUA: experiência, memória e incorporação seletiva de ideias nas décadas de 1930 e 40. In: XXIV Simpósio Nacional e História, 2007, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Unisinos, 2007.

_____. Os atores da política externa varguista no Estado Novo. In: II Congresso Sul-Americano de História, 2006, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Clio, 2005.

VIZENTINI, Paulo G. F. **Segunda Guerra Mundial: As Relações Internacionais do Século XX.** v. 1, 4. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1996.